

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

JEFERSON ROBERTO ROJO

**CORRIDA DE RUA E POLÍTICA PÚBLICA: UM
ESTUDO A PARTIR DAS AÇÕES DO PODER
PÚBLICO MUNICIPAL DE CURITIBA-PR.**



CURITIBA

2017

JEFERSON ROBERTO ROJO

**CORRIDA DE RUA E POLÍTICA PÚBLICA: UM ESTUDO
A PARTIR DAS AÇÕES DO PODER PÚBLICO
MUNICIPAL DE CURITIBA-PR.**

**Dissertação apresentada como
requisito parcial para a obtenção do
Título de Mestre em Educação Física
do Programa de Pós-Graduação em
Educação Física, do Setor de
Ciências Biológicas da Universidade
Federal do Paraná.**

Orientador: FERNANDO MARINHO MEZZADRI

Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas

Rojo, Jeferson Roberto

Comida de rua e política pública: um estudo a partir das ações do poder público municipal de Curitiba-PR. / Jeferson Roberto Rojo. – Curitiba, 2017.

137 f.: il. ; 30cm.

Orientador: Fernando Marinho Mezzadri
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

1. Corridas. 2. Políticas públicas. 3. Lazer. 4. Esportes. I. Título II. Mezzadri, Fernando Marinho. III. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

CDD (20. ed.) 796.428



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Educação Física



TERMO DE APROVAÇÃO

JEFERSON ROBERTO ROJO

“Corrida de rua e política pública: um estudo a partir das ações do poder público municipal de Curitiba-PR”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física, Área de Concentração Exercício e Esporte, Linha de Pesquisa de Esporte, Lazer e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Professor Doutor Fernando Marinhe Mezzadri
Presidente

Professor Doutor Marcelo Moraes e Silva
Membro Interno

Professor Doutor Fernando Augusto Starepravo
Membro Externo

Curitiba, 17 de Fevereiro de 2017.

DEDICATÓRIA

Esse trabalho é dedicado a todos os membros de minha família, a base de tudo. Em especial ao meu avô Almiro Schmidt (em memória).

AGRADECIMENTOS

*Um nó, dois nós
Eu, mais um ou mais, um ser simplesmente
O eu poético do verdadeiro encontro
Nó, no plural, nós
Se o nó é na garganta e um de nós aflito
O outro sossegado, erudito, tem o antídoto
E assim, sucessiva, alternada
E alternativamente, amigos
Do saber, no lazer, no ócio e no labor
Buscando o equilíbrio, temperante
Dás-me que dou todo meu ser
Todo meu querer ser
Todo ouvido, havendo ouvido
E por seus conteúdos movido
Cada indivíduo vai e ver vir ávido dizer...
Conte comigo!
Práxis edificante
(Encontro – Oficina G3)*

Com o poema acima inicio essa, que talvez, seja uma das partes mais complicadas, porém, das mais esperadas no processo de desenvolvimento da pesquisa e redação de uma dissertação. A dificuldade vem do risco que corremos de esquecer pessoas importantes para a realização dessa jornada, ao mesmo tempo em que lembrá-las torna-se um exercício prazeroso de gratidão. Portanto, já parto nessa empreitada agradecendo a Deus pela oportunidade de conhecer cada uma das pessoas que serão mencionadas e também contempladas ocultamente nesse texto.

Meus sinceros agradecimentos ao Prof. Fernando Mezzadri, pelo acolhimento no grupo, pela oportunidade aberta e pelos seus ensinamentos e contribuições com esse trabalho como orientador. Também aproveito para lembrar do Prof. Marcelo Moraes e Silva, que de certa forma iniciou essa trajetória, partindo de uma paixão em comum, a corrida de rua. Mesmo que sejamos agora “dois aposentados”, agradeço não só pelas contribuições acadêmicas, como também pelo apoio e companheirismo na vida fora das paredes da universidade. Para finalizar os agradecimentos aos membros da banca examinadora, meu muito obrigado ao professor que me iniciou na

pesquisa, me ensinou os primeiros passos e me “empurrou” para estar aqui, Prof. Fernando Starepravo, obrigado por tudo.

Não posso esquecer do Prof. Fernando Cavichioli e, estendo o agradecimento aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPR, pelos ensinamentos e conselhos. Ainda, aproveito para lembrar do Rodrigo, mais que um secretário, é uma mão amiga nas horas difíceis, obrigado pelos diversos salvamentos.

Instituições são muito importantes nas realizações de nossos projetos, agradeço aqui à UFPR, ao PGEDF, ao DEF, e a todos os professores e funcionários que contribuíram para essa formação. Agradeço também à CAPES pela concessão da bolsa de mestrado, sem a qual não teria condições de cursá-lo. Meu muito obrigado aos funcionários e representantes da SMELJ, que abriram as portas para que eu pudesse realizar minha pesquisa e sempre foram muito atenciosos e pacientes.

Aos grupos de pesquisa que fizeram parte da minha formação também minha gratidão. Aos integrantes do GEPOL-UEM, que mesmo de longe, por meio de conversas e conselhos sempre me ajudaram a melhorar. Ao NEPPE com as leituras e críticas que fizeram amadurecer minhas reflexões, ao grupo “MM’s”, que para além da vida acadêmica trouxe muita diversão nesses anos. E por fim, ao Inteligência Esportiva, que me permitiu fazer parte de um projeto de tamanha importância para o esporte brasileiro.

Amigos são peças fundamentais em nossa caminhada pela vida, por isso deixo meus agradecimentos a todos os amigos que cultivei nesses dois anos no DEF/UFPR (graduação e pós-graduação) e aos amigos de corrida (equipe de atletismo UFPR/UEM). Sou grato também aos meus professores de corrida da ACORREMAR e ao mestre Capistrano por me ensinar mais sobre o nosso esporte.

Gostaria de agradecer a alguns amigos em especial. Ao Luizão, que foi como um irmão mais velho, parceiro pra toda hora, com quem tive muitos “papos”. Além disso, possuo uma sensibilidade para ajudar ao próximo imensurável, obrigado meu *brother*. A alguns amigos de “Maringá” minha gratidão é pouca comparada ao que vocês significam em minha vida. Nos momentos em que mais precisei, a sensibilidade de tomar atitudes que confortaram meus dias esteve presente em vocês, toda a minha gratidão é

insignificante perto do que vocês representam. Muito obrigado Amanda, Andressa, Ana, Bruna, Fran, Gi, Marco, Vandega, e Yara. Vocês são demais.

Por fim, não poderia deixar de agradecer a todos de minha família. Lembro de minhas avós Alzira e “Maria”, e de meu avô Almiro (em memória) e, assim, estendo meus agradecimentos a todos os meus tios e tias, primos e primas, que de alguma forma colaboram com minha formação, e também às minhas irmãs Suellen e Ellen.

Concluo essa etapa, agradecendo às pessoas que me permitiram vivenciar todas essas oportunidades e, mesmo sabendo das dificuldades e obstáculos que teriam me apoiaram nessa jornada. Muito obrigado aos meus pais José e Enira. Eu amo vocês.

Entendo que o que sou e todo o desenvolvimento que tive nesse processo têm um pouco de cada um de vocês aqui lembrados. Muito obrigado a todos, e espero ter a oportunidade de um dia conseguir retribuir cada gesto de carinho, atenção e solidariedade destinados a mim.

EPIGRAFE

Não sabeis que entre todos os que correm no estádio, na verdade, somente um recebe o grande prêmio? Correi de tal maneira que o alcanceis!

(Bíblia, Coríntios - 9:24)

RESUMO

No presente estudo temos a leitura da corrida de rua como um fenômeno social em evidência no cenário esportivo nacional, porém com apontamentos da literatura acadêmica dando indícios para uma possível exclusão de praticantes. Tal fato entra em conflito com a Constituição Federal de 1988, em que o esporte e o lazer são tratados como um direito social do cidadão brasileiro. Pensando na atuação do Estado como uma potencial interferência nesse espaço social, por meio de suas ações, ou seja, das políticas públicas para o esporte e lazer, o poder público pode agir transformando ou mantendo as estruturas e leis do campo da modalidade. Diante disso, temos como objetivo analisar as ações do poder público municipal do esporte e lazer da cidade de Curitiba – PR em relação ao universo da corrida de rua. Como estudo de natureza qualitativa, utilizamos a pesquisa documental para atender ao objetivo proposto. Como resultados, diagnosticamos seis diferentes ações desenvolvidas pelo poder público municipal em relação às corridas de rua, sendo elas divididas em impactos diretos e impactos indiretos. Acreditamos que as ações sejam elementos que atuam e desenham o cenário das corridas de rua em Curitiba, podendo atenuar as discrepâncias entre o número de praticantes de diferentes classes e setores sociais. Em acordo com as propostas estabelecidas pela SMELJ em sua missão, as ações, aparentemente, têm cumprido o papel de fomentar a prática esportiva em suas diversas dimensões. Por fim, consideramos válido que aja estudos futuros que se dediquem a aprofundar as reflexões em cada uma dessas ações individualmente, podendo assim compreender o processo político e seus impactos sociais no universo das corridas de rua de Curitiba.

Palavras chaves: Corrida de rua; Esporte; Lazer; Política Pública.

ABSTRACT

The present study does a reading of the running as a social phenomenon in evidence in the national sports scene, but with notes from the academic literature that gives indications for a possible exclusion of practitioners. A fact that conflicts with the Federal Constitution of 1988, in which sports and leisure are treated as a social right of the Brazilian citizen. Thinking about the State performance as a potential interference in this social space, through their actions, in other words, of public policies for sport and leisure, public power can act by transforming or maintaining the structures and laws of the modality field. In view of this, this study aim to analyze the actions of the municipal public power of sport and leisure of the city of Curitiba - PR. in relation to the universe of the running. As a qualitative study, documentary research was used to meet the proposed objective. As a result, were diagnosed six different actions developed by the municipal public power related to runnings. These are divided into three direct impacts and three indirect impacts. We believe that actions are elements that act and design the scenario of runnings in Curitiba, and they can attenuate the discrepancies between the number of practitioners from different classes and social sectors. In agreement with the proposals established by the SMELJ in its mission, the actions, apparently, have fulfilled the role of fomenting the sports practice in its diverse dimensions. Finally, we consider valid future studies that are dedicated to deepen the reflections in each one of these actions individually, being able to understand the political process and its social impacts in the universe of runnings in Curitiba.

Key-words: Running; Sport; Leisure; Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura das Políticas Públicas.....	33
Figura 2: Policy Cycle.....	38
Figura 3: Corrida das cores.....	47
Figura 4: Largada da São Silvestre 2013.....	49
Figura 5: Cartaz de divulgação de corrida.....	59
Figura 6: Organograma SMELJ.....	65
Figura 7: Organograma Departamento de Esporte.....	66
Figura 8: Chamada para curso para Atleta-Guia SMELJ.....	68
Figura 9: Quadro de pontos para ranqueamento.....	84
Figura 10: Protesto da ATCC em busca de segurança no Parque Barigui. ..	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição dos entrevistados, quanto à formação profissional de seu acompanhante na prática da corrida de rua.	60
Gráfico 2: Média de participantes por etapa/ano (Infantil).....	71
Gráfico 3: Média de participantes por etapa/ano.....	74
Gráfico 4: Número de inscritos/ participantes.....	77
Gráfico 5: Número de participantes por ano (Maratona)	78
Gráfico 6: Distribuição de corredores por sexo.	91
Gráfico 7: Distribuição dos participantes por faixa etária (Masc)	92
Gráfico 8: Distribuição dos participantes por faixa etária (Femi).	93
Gráfico 9: Número de participantes cadeirantes.	94
Gráfico 10: Número de participantes com DV.	95
Gráfico 11: Modalidades do calendário oficial de 2015	99
Gráfico 12: Distribuição de corridas de rua por mês.	101
Gráfico 13: Responsáveis pela organização das corridas de rua em Curitiba.	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tempos de conclusão da Maratona de Berlim.....	52
Tabela 2: Tempos de conclusão SP classic 10km.....	52
Tabela 3: Lista das categorias para pessoas com deficiência.....	75
Tabela 4: Valores para realização do Circuito Adulto de Corridas de Rua.	76

LISTA DE SIGLAS

ATCC – Associação dos Técnicos de Corrida de Curitiba.

CAEEL – Comissão de Aprovação de Eventos de Esporte e Lazer.

CBAAt – Confederação Brasileira de Atletismo.

CRQVM – Centro de Referência de Qualidade de Vida e Movimento.

DV – Deficiência Visual.

IMAP – Instituto Municipal de Administração Pública.

IAAF – Associação Internacional das Confederações de Atletismo.

Km – Quilômetros.

PR – Paraná.

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.

SESC – Serviço Social do Comércio.

SESI – Serviço Social da Indústria.

SETRAN – Secretaria de Trânsito.

SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

SMELJ – Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude.

SP – São Paulo.

UFPR – Universidade Federal do Paraná.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1. Metodologia	21
2. ESPORTE E POLÍTICA PÚBLICA.....	25
2.1. Esporte.....	25
2.2. Política Pública	28
2.3. Política Pública para o esporte e o fazer pesquisa.	33
2.4. Policy Analysis	34
3. AS CORRIDAS DE RUA	40
3.1. O esporte institucionalizado	40
3.2. Uma “gênese corrida”	42
3.3. As transformações das corridas de rua	43
3.4. O mercado das corridas.....	53
3.5. O Estado e as corridas de rua	62
4. AÇÕES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL	64
4.1. Ações de impactos indiretos	67
4.2. As corridas da SMELJ.....	70
4.2.1. Crianças nas ruas.....	70
4.2.2. Brincadeira de gente grande	73
4.2.3. Maratona	78
4.2.4. Outras provas.....	80
4.3. Comissão de Avaliação de Eventos de Esporte e Lazer (CAEEL) ..	81
4.4. Programas de assessoria para a prática da corrida de rua.....	85
4.5. Reflexões sobre as ações.....	87
5. CURITIBA, A CIDADE QUE CORRE.....	89
5.1. O corredor curitibano	90
5.2. As corridas de Curitiba.....	98
5.3. Associação dos Técnicos de Corrida de Curitiba (ATCC)	104
6. UMA LEITURA A PARTIR DOS CONCEITOS	109
6.1. Estrutura da política	109
6.2. Aplicando a <i>PolicyAnalysis</i>	111
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS.....	120
ANEXOS	129

1. INTRODUÇÃO

A corrida de rua é um dos esportes que mais cresce no Brasil nos últimos anos (DALLARI, 2009; OLIVEIRA, 2010; GONÇALVES, 2011). Tal fato é de tamanha notoriedade que no ano de 2011, uma pesquisa¹ apontou que a corrida de rua era o segundo esporte mais praticado em território brasileiro.

Os apontamentos citados anteriormente corroboram com um levantamento realizado por pesquisadores em relação ao cenário das corridas de rua no estado de São Paulo durante o período de 1997 a 2005. Os dados apresentados por Salgado e Chacon-Mikhail (2006) dão indícios de que o número de participantes nas corridas no estado aumentou significativos 995%.

Com relação ao número de provas registradas na Federação Paulista de Atletismo durante o período de 2001 a 2005, o levantamento apontou um aumento no número de eventos de 1.481%. Segundo os autores as perspectivas dos organizadores e responsáveis pela modalidade naquele período eram de que o crescimento continuaria nos anos posteriores (SALGADO; CHACON-MIKHAIL, 2006).

Assim como a projeção realizada pelos autores, e voltando os olhares para a cidade de Curitiba–PR., lócus de nosso estudo, recentemente os dados levantados por Batista (2016) indicam que o número de inscritos nas corridas de rua na cidade aumentou 41% do ano de 2014 para 2015. Segundo o relatório de gestão do município, no ano de 2015 foram registrados 96.037 participantes (CURITIBA, 2015a).

A literatura produzida sobre corrida de rua aponta que o fenômeno do crescimento do número de corredores tem como marco fundamental de início o “*jogging boom*”, um advento que ocorreu em meados da década de 1970, impulsionado pelas teorias do médico americano Kenneth Cooper, que pregava a corrida de rua como forma de busca pela aptidão física (SALGADO; CHACON-MIKHAIL, 2006).

¹ Muito além do Futebol: Estudos sobre esportes no Brasil, setembro de 2011. A pesquisa foi realizada pela empresa **Deloitte**. Em seus resultados a corrida de rua aparece como o segundo esporte mais praticado no Brasil.

Para Evangelista (2014), a modalidade atualmente consegue reunir em um único evento milhares de participantes. Seguindo nessa concepção, observamos que Proni (2011) apresenta a corrida de rua, como um esporte com uma peculiaridade com relação à maioria das modalidades. Para o autor, a corrida de rua é capaz de congrega em um único evento atletas de elite - ou seja, indivíduos que tem relação “profissional” com o esporte - e corredores amadores, que por vezes competem por lazer sem se preocupar com resultados ou desempenho.

A partir da constatação de Proni (2011), avançamos no sentido da peculiaridade da corrida de rua em relação às demais modalidades, no que tange aos participantes desse esporte. Acreditamos que além da divisão entre atletas de elite e amadores, exista outras subdivisões dentro da categoria referente aos corredores amadores. Pensamos que na categoria de amadores, existam atletas, que mesmo não sendo de alto rendimento, dedicam parte de sua rotina diária, conciliando o esporte ao trabalho, treinam em busca de melhoria de desempenho e competem entre si, mesmo que de uma forma não profissional. Por outro lado, há também indivíduos que se inscrevem nas provas de corridas de rua como uma forma de lazer e busca pela saúde, e sua participação é mais despreocupada com o rendimento técnico.

Considerando a grande abrangência do evento de uma corrida de rua, no sentido dos vários perfis de participantes e objetivos estipulados por esses para uma prova, bem como a peculiaridade com que esses aspectos influenciam na realização e desenvolvimento de corridas de rua, optamos por realizar nosso estudo acerca do presente fenômeno social. Inicialmente, ao optarmos por discutir a respeito da corrida de rua, entendemos a modalidade como uma possível particularidade dentre outras que permeiam o campo esportivo. Dentro desse campo estão presentes diversas instituições relacionadas ao fenômeno, como o Estado, que de alguma maneira age no funcionamento do campo, como ocorre no caso do Estado brasileiro, uma vez que, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o esporte passou a ser considerado um “direito social”, sendo o dever do Estado, portanto, fomentar a sua prática.

Quando se pensa o esporte como um direito social aos cidadãos e se observa que as corridas de rua, inclusive muitas realizadas por prefeituras

municipais (ROJO, 2014), estão se transformando em corridas que Oliveira (2010, 2016) conceitua como “corridas *fashion*” - modelo que, segundo o autor pode gerar exclusão de uma parcela dos potenciais praticantes da modalidade - acreditamos que há a necessidade de nos voltarmos também às ações dos gestores públicos do esporte e lazer frente à garantia do direito explicitado na Constituição Federal de 1988.

Ao entendermos os gestores públicos como agentes representes do Estado e que, por esse motivo, suas ações ocasionam efeitos diretos na vida dos cidadãos, concordamos com Starepravo (2011, p. 178), quando afirma que as políticas públicas são “uma estratégia de intervenção e regulação do Estado, que objetiva alcançar determinados resultados ou produzir certos efeitos no que diz respeito a um problema ou a um setor da sociedade”. Em vista disso, acreditamos que os gestores aspiram por retorno e resultados com a realização das corridas de rua, o que também nos motiva à realização do presente trabalho.

Ainda em relação à ação dos gestores, observamos que Mezzadri e seus colaboradores (2006), em estudo realizado em cidades do Paraná, apontam que as ações são, quase sempre, reduzidas à realização de eventos pontuais. Ao nosso juízo esse tipo de atuação não gera programas realmente efetivos e que atendam à comunidade interessada.

Diante do fato de que o acesso às práticas esportivas é direito de todos e observando que as corridas de rua, de certo modo, passam a ter características excludentes para alguns praticantes (OLIVEIRA, 2010, 2016; ROJO, 2014). Além do grande aumento na procura da prática e organização de eventos na modalidade. Considerando ainda a necessidade de superar o paradigma de que eventos pontuais sejam centrais nas ações para o esporte e lazer, nos vem o seguinte questionamento: **Como se caracterizam as políticas públicas de esporte e lazer voltadas ao universo das corridas de rua na cidade de Curitiba – PR?**

A partir desse questionamento e anseios por analisar a temática da corrida de rua no âmbito municipal, estabelecemos como objetivo geral do presente estudo: Analisar as ações do poder público municipal do esporte e lazer da cidade de Curitiba – PR em relação ao universo da corrida de rua.

Para atender ao propósito do objetivo central do estudo, foram adotados os seguintes objetivos específicos: Verificar quais são as ações do poder público municipal para as corridas de rua na cidade de Curitiba; verificar os objetivos das ações do poder público municipal para as corridas de rua na cidade de Curitiba; analisar como as ações interferem no funcionamento das corridas de rua na cidade de Curitiba.

Primeiro, para justificar a realização do estudo, observando que se trata da apresentação da corrida de rua em um contexto político e social, apontamos a incipiência de pesquisas com essa abordagem. Mesmo com a existência de trabalhos relacionados às corridas de rua, são poucos os que mencionam-na em seu contexto social (AUGUSTI; AGUIAR, 2011; BASTOS; PEDRO; PALHARES, 2009; DALLARI, 2009; SALGADO; CHACON-MIKAHIL, 2006). E não encontramos estudos que relacionam as corridas de rua com as políticas públicas de esporte e lazer.

De acordo com Bastos, Pedro e Palhares (2009), os estudos encontrados que abordam as corridas de rua são das áreas de medicina, biomecânica, pedagogia, psicologia e, em menor número, trabalhos sociológicos. São ausentes os relacionados à história e à filosofia, bem como trabalhos que relacionam as corridas de rua à política pública.

Com a observação desses fatos, entendemos que se faz necessária a realização desse estudo, uma vez que a temática é pouco estudada. Desse modo, visamos contribuir qualitativamente com os estudos relacionados às questões políticas e sociais das corridas de rua no Brasil.

Pelo fato de ter certa vivência na modalidade, e ser um agente inserido no mundo das corridas de rua, as peculiaridades desse fenômeno gerou certo interesse em discutir e estudar tal temática, de modo a conhecer as funcionalidades da organização e influências no fenômeno da corrida de rua por parte de entidades públicas. Além disso, o fato de ter interesse pela temática das corridas de rua desde minha formação acadêmica inicial, instigou a realização de uma monografia de conclusão do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá-PR e a busca por continuar estudando tal temática.

No estudo realizado como conclusão de curso, identificamos que além de grandes transformações que vem ocorrendo nas corridas de rua, tanto

estruturalmente, quanto na participação do público, nível técnico da prova e também nos novos modelos de corridas e perfis de participantes, observamos que há uma carência por parte dos corredores - agentes de grande importância dentro do universo das corridas de rua - em ter conhecimento sobre as políticas públicas de esporte e lazer voltadas para a modalidade (ROJO, 2014).

As políticas públicas voltadas à modalidade são ainda mais relevantes quando observamos que ela se consolida como um dos esportes que mais ganha adeptos no cenário nacional. E sendo, em uma primeira avaliação, plural e democrática, torna-se um campo de intervenção e ação da gestão pública, justificando a abordagem pretendida por este estudo.

A partir dos resultados encontrados, acreditamos que o presente estudo se justifica por buscar atender tanto à sociedade científico/acadêmica, como também contribuir com a produção e reprodução do conhecimento entre os agentes que permeiam o universo das corridas de rua, mas que não tem o acesso ao setor de gestão e administração desses eventos.

Estruturalmente, o trabalho divide-se em 5 capítulos, além da introdução e das considerações finais referentes aos resultados encontrados. Dentro dos capítulos a seguir, serão apresentados: conceitos relevantes para análises necessárias; corrida de rua e sua contextualização como um espaço social; as ações do poder público municipal de Curitiba; contextualização do local da pesquisa; e uma leitura das ações a partir dos pressupostos teóricos apropriados.

No capítulo seguinte, capítulo 2, nos debruçamos sobre conceitos referentes às posteriores análises desse estudo. De início, é abordada a definição de esporte e como este é analisado de forma polissêmica. Posteriormente, as políticas públicas são o foco das discussões, apresentando definições, conceitos, bem como sua ligação com o setor esportivo.

No capítulo 3, o qual denominamos como “A corrida de rua”, a modalidade é apresentada como um espaço social, com suas diversidades e especificidades. Com isso, entende-se a necessidade de apresentá-la como esporte institucionalizado, com suas variantes e transformações, esporte este que agrega praticantes oriundos de diversas classes socioculturais que, conseqüentemente, possuem perfis e motivações diversas com a prática. Tal

fato revela a diversidade nos modelos de eventos de corrida de rua, o que também é abordado no capítulo.

No quarto capítulo, são apresentadas as ações desenvolvidas e implementadas pelo poder público municipal, referentes ao esporte e lazer (SMELJ) da cidade de Curitiba. As ações da instituição são analisadas e discutidas a partir do referencial teórico buscando entender o funcionamento e as aplicações dessas ações no espaço social da corrida de rua.

Uma contextualização do espaço social da corrida de rua é feita no quinto capítulo desta pesquisa. Nele são apresentadas as corridas realizadas na cidade, como também quem são os responsáveis pela promoção desses eventos, além de apresentar instituições que pressionam o funcionamento do poder público, a partir de suas ações, no que tange ao funcionamento do espaço social da corrida de rua na cidade.

Já no capítulo 6, são formuladas leituras sob a ótica dos conceitos e modelos de análises apresentados no capítulo teórico e realizadas análises a partir dos conceitos relacionados aos tipos de política pública, suas naturezas e abrangências. Além da aplicação dos conceitos do modelo de análise da política pública aderido ao presente estudo, a *Policy Analysis*.

Por fim, nas considerações finais, são tecidas as conclusões encontradas na presente pesquisa, apresentando as possíveis contribuições do estudo, bem como as possibilidades de pesquisas a serem realizadas para suprir lacunas existentes referentes à temática do presente trabalho.

1.1. Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva, buscando analisar o funcionamento das ações do poder público municipal para as corridas de rua. Para esse fim, partiremos de um olhar para a corrida de rua como um fenômeno social.

A pesquisa descritiva, no que concerne à conceituação de Gil (2008, p. 28). tem como um de seus objetivos “estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos” realizando para tal intento a descrição do fenômeno a ser estudado, que no presente estudo são as ações da SMELJ frente às corridas de rua na cidade de Curitiba.

A pesquisa foi realizada na cidade de Curitiba-PR, onde são realizadas diferentes ações voltadas ao universo das corridas de rua pela gestão pública municipal. Foi desenvolvida por meio de análise documental, a partir da documentação angariada na Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ). O material foi utilizado com o objetivo de compreender as propostas das ações realizadas, bem como apresentar o cenário referente a esse universo no município, entre outros fatores contidos nos textos e números desses documentos.

A análise a partir da pesquisa documental, a qual nos propomos a realizar no presente estudo, é caracterizada por Gil (2008) como uma maneira indireta de se conseguir informações referentes às pessoas, e conseqüentemente, suas ações. Para o autor, as fontes ou os documentos utilizados nas pesquisas científicas podem ser de diversas formas e origens e são divididos em documentos de primeira e segunda mão. Os primeiros são documentos que não receberam nenhuma análise prévia (documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc), e os seguintes são os que já foram analisados de alguma forma (relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc).

Para a análise documental, foi realizado um recorte temporal de 2008 a 2016. O período corresponde a dois ciclos da gestão da prefeitura municipal, sendo que na gestão 2008 – 2012 ocorreu a presença de dois gestores no cargo de prefeito: Carlos Alberto Richa (2009 – 2010), e Luciano Ducci (2010 – 2012). Já o segundo ciclo, contou com o mandato sob a gestão do prefeito Gustavo Fruet (2013 – 2016).

Esses documentos foram buscados em meio eletrônico e físico e foram utilizados como fontes de pesquisa. Especificamente essas fontes são:

- Relatório de Gestão²;

Os relatórios de gestão são um conjunto de publicações realizadas anualmente pela prefeitura municipal, que trazem em seu conteúdo relatos sobre as ações realizadas pelos órgãos vinculados ao executivo. Nos relatórios se encontra grande parte das fontes do presente estudo.

² Disponível em http://www.imap.curitiba.pr.gov.br/?page_id=1284 acesso em 11/12/2015.

- Regulamentos;

Os regulamentos são os regimentos de cada evento de corrida de rua realizado pela SMELJ. Neles são encontrados elementos como objetivo e as finalidades de realizar tais eventos.

- Decretos;

Os Decretos são os documentos provenientes da publicação do executivo das novas normas vigentes. São fontes importantes em relação a utilização do espaço público e a realização de eventos no município.

- Atas;

As Atas em questão são provenientes de diversas organizações, tanto das ligadas ao setor público, ou seja, SMELJ, quanto ao setor privado, oriunda das reuniões da ATCC.

- Livros;

São publicações realizadas por entidades vinculadas à prefeitura municipal, em que se encontram relatos de experiências, propostas de trabalho e pesquisas a respeito do objeto de nosso estudo.

- Planilhas de dados;

São dados adquiridos diretamente com os gestores da SMELJ. Nessas planilhas são encontrados dados referentes aos participantes dos eventos e ações desenvolvidas pela secretaria.

- Outras fontes.

Demais fontes utilizadas para compor o conjunto para a realização das análises do presente estudo. Entre elas podemos citar trabalhos de conclusão de curso, artigos de revistas, entre outros.

O estudo conta com a autorização da gestão administrativa responsável pelo município, bem como das entidades legais referentes às

pesquisas com seres humanos. Para isso foi requerida a aprovação do Comitê de Ética da instituição de ensino superior à qual o estudo é vinculado (UFPR), assim como do Comitê de Ética em Pesquisa da SMELJ.

Para as análises, nos apropriamos de parte do método de pesquisa em políticas públicas indicado por Mezzadri, Moraes e Silva, e Figuerôa (2015). Seguindo a proposta dos autores, foram utilizados os referenciais das ciências políticas, pautados nos seguintes autores: Frey (2006) e Souza (2006), com os conceitos para a *Policy Analysis*. Voltando os olhares para a especificidade dos esportes frente às políticas públicas, nos embasamos nos referenciais da área.

2. ESPORTE E POLÍTICA PÚBLICA

O presente capítulo tem como objetivo apresentar conceitos e definições relacionados a temas como esporte, políticas públicas e, de modo específico, à modalidade da corrida de rua.

Em um primeiro momento versamos sobre os conceitos de esportes e como o esporte se caracteriza enquanto uma atividade polissêmica, bem como buscamos relacionar a corrida de rua nessa perspectiva.

Posteriormente, é feita a apresentação dos conceitos de política pública bem como de que modo essa ação ocorre no cenário do esporte e lazer. A Política Pública como campo do conhecimento e área de pesquisa, será abordada apresentando seus conceitos e suas origens. E por fim, concluímos o capítulo apresentando o modelo de análise da política a ser utilizada para atender os objetivos da pesquisa.

2.1. Esporte

Ao abordarmos o esporte em nossos estudos, precisamos compreender como ele é conceituado, e quais as definições que utilizaremos para as análises pretendidas. Para Marques (2015), essa tarefa é árdua, e muitas vezes corre-se o risco de cair no reducionismo ao entender o fenômeno.

Historicamente o esporte passou por momentos em que foi utilizado como instrumento disciplinador, auxiliador na construção de cidadania, espírito nacionalista e civismo entre outros elementos sociais. E mais recentemente como uma mercadoria (MARCHI JR, 2004). Para o autor, o esporte pode refletir as inter-relações da estrutura da sociedade capitalista. Corroborando com essa corrente de pensamento, Starepravo e De Almeida Reis (2009), apresentam o esporte como um fenômeno processual, social, econômico, cultural, o qual foi, e é construído historicamente.

Desse modo, Marchi Jr (2004), entende o conceito de esporte como uma “atividade física em constante desenvolvimento, construída e determinada conforme uma perspectiva sociocultural, e em franco processo de profissionalização, mercantilização e espetacularização” (p. 24). Outra

definição é utilizada, agregando algumas características na conceituação do esporte. Ele é entendido como:

Um fenômeno sócio-cultural que engloba diversas práticas humanas, norteadas por regras de ação próprias, regulamentadas e institucionalizadas, direcionadas para um aspecto competitivo, seja ele caracterizado pela oposição entre sujeitos ou pela comparação entre realizações do próprio indivíduo, que se manifestam através da atividade corporal. Essas práticas podem ou não se expressar através de confrontos diretos entre sujeitos, de mensuração de performances, de nomeação de vencedores ou destaques, mas sempre expressam o desejo de realização do ser humano que encarna a necessidade, entre outras, de emocionar-se, superar-se, jogar, brincar e comunicar-se (MARQUES; DE ALMEIDA; E GUTIERREZ, 2007).

Como é observado na definição do conceito apresentada pelos autores, a competição é presente quando se fala em esporte. Porém, os autores ressaltam que essa competição não pode ser julgada como boa e o inverso também é válido. Marques e seus colaboradores (2007), apontam ainda que a competição não é somente do praticante com seus adversários, podendo ser também contra suas próprias realizações. O manuscrito ainda retrata que a mesma modalidade esportiva pode ter significados e impactos diferentes para cada praticante.

Diante dos diferentes significados, o esporte teria a necessidade de ser compreendido como um fenômeno plural. Assim como retrata Marques (2015, p. 150):

Esporte como um fenômeno plural, complexo, heterogêneo, como um sistema em que se afirmam interesses decorrentes de valores de prática diferenciados, que orientam para investimentos e envolvimento de sujeitos igualmente diferenciados.

A pluralidade do fenômeno é reconhecida, e no que tange à complexa heterogeneidade do esporte, Marques, de Almeida e Gutierrez (2007), apontam a necessidade de não ser observado por apenas uma forma de expressão. Segundo os autores, são diferentes as formas de manifestação esportiva existente, e abordar apenas uma delas seria cair no reducionismo.

Diante da compreensão do esporte em suas diversas manifestações, entramos no conceito de esporte polissêmico, que seria o fenômeno em manifestações diferentes. Sobre essa perspectiva, utilizamos das manifestações esportivas apresentadas por Marchi Jr e Afonso (2007, p. 134):

1. Escolar;
2. Lazer;
3. Saúde/qualidade de vida;
4. Reabilitação;
5. Rendimento/performance;
6. Profissional.

A partir das seis manifestações apresentadas pelos autores, precisamos compreender que são distintas, não se devendo negar, porém, negar a interatividade entre elas (STAREPRAVO; DE ALMEIDA REIS, 2009). O que se pode observar na interpretação das manifestações esportivas pelos autores, é que em uma mesma modalidade pode ser observada a existência de mais de uma das manifestação apresentada.

Voltando os olhares para as corridas de rua, objeto central do presente estudo, observamos que nas palavras de Proni (2011), o autor aborda a corrida como um esporte em espaço aberto. Para o autor, nesses casos é possível observar as distintas racionalidades da prática esportiva, o que seria raro.

É o caso de competições em espaços abertos que permitem a participação simultânea de atletas de ponta e de atletas amadores. A Maratona de Nova Iorque e a Corrida de São Silvestre, em São Paulo, são exemplos de eventos nos quais podem estar presentes atletas de diferentes faixas etárias e nacionalidades, com distintos níveis de treinamento e com variadas motivações e expectativas para a corrida; nos quais há atletas profissionais que recebem um cachê para correr, enquanto a imensa maioria dos corredores tem de pagar sua inscrição para participar; nos quais pequenas associações de atletas amadores podem confraternizar e se sentir protagonistas de um evento com alta visibilidade na mídia; nos quais o financiamento vem de patrocinadores e de emissoras de televisão, enquanto o público situado ao longo do percurso pode se divertir e incentivar os participantes sem ter de comprar ingressos; nos quais há grande publicidade de artigos esportivos e são vendidos pacotes turísticos, incluindo consumidores que não são esportistas regulares e não vão participar da prova; nos quais é fundamental a coordenação de ações ou o suporte da prefeitura, que procura conciliar a demanda social por lazer com os ganhos econômicos do

turismo para assim legitimar seu calendário anual de eventos esportivos. Além disso, são eventos que despertam o interesse de professores de educação física e estimulam pessoas de todas as classes sociais a correr pelas ruas da cidade onde moram (PRONI, 2011, p. 177).

O excerto retirado do estudo de Proni (2011) retrata a pluralidade encontrada nas modalidades em espaço aberto. Em nosso caso, as corridas de rua. A partir dos expostos, podemos compreender que as corridas de rua são um exemplo de grande relevância para se entender o conceito de polissemia no esporte.

Em um único evento, os praticantes são distintos, podendo estar realizando a prática por motivações diversas, o que seria entendido como diferentes manifestações. O rendimento, a busca pela saúde, a prática pelo lazer, entre outras motivações são encontradas nos praticantes da corrida de rua (BALBINOTTI *et al*, 2015).

Como observado no trecho da citação de Proni (2011), devido à grande complexidade, heterogeneidade e pluralidade encontradas nesse tipo de evento, são fundamentais ações e/ou o suporte da prefeitura, para conciliar a demanda social por lazer com os ganhos econômicos e legitimar seu calendário de eventos esportivos (PRONI, 2011). Diante disso, o objetivo central do presente estudo é abordar tais ações tomadas para coordenar as realizações e práticas dos eventos de corrida de rua. Para realizar tal intento, é necessário entender os conceitos de políticas públicas, o que será abordado no próximo tópico.

2.2. Política Pública

Para a realização de uma pesquisa em Políticas Públicas, entendemos a necessidade de um referencial teórico que auxilie nas análises das ações do poder público. Com isso, a presente seção tem como objetivo apresentar os conceitos apropriados para a realização das análises propostas no estudo.

A procura por uma definição única - ou considerada a melhor - para descrever o que é política pública é questionada por Souza (2006). Segundo a autora existem diversas, mas ambas guiam os olhares para os governos, que

surtem como locais onde os embates, sejam eles por ideias - interesses ou preferências - se desenvolvem.

Mas o que seria o governo? E o que é o Estado? Assim como a definição de Política Pública, as definições de governo e Estado também são múltiplas. De acordo com Bobbio (2012), as definições de Estado são diferentes, dependendo da leitura da sociedade de cada teoria e teórico em questão.

Em nosso trabalho, portando, apresentaremos uma leitura a partir das seguintes definições: Para Dias e Matos (2012), o governo é um dos elementos presentes no Estado. Seria o governo “a organização específica de poder a serviço do Estado” (DIAS; MATOS, 2012, p. 5). A função do governo é aplicar as leis e políticas públicas por meio dos poderes (executivo, legislativo e judiciário). Essa administração realizada pelo governo ocorre nas esferas federal, estadual e municipal. Para os autores, o Estado se refere à totalidade da sociedade política. É “o conjunto de pessoas e instituições que formam a sociedade juridicamente organizada sobre um determinado território” (DIAS; MATOS, 2012, p. 5).

Após compreender que as políticas públicas são desenvolvidas pelos governos e Estado, ainda precisamos conhecer o conceito de política pública. Para Queiroz (2011), a expressão é utilizada “para se referir a um processo de tomada de decisões como também para tratar sobre o produto desse processo” (p. 96).

Ainda tentando conceituar a política pública, nos apropriamos da seguinte definição:

[...] políticas públicas como planos, programas e ações governamentais, que articulando recursos dos governos e da sociedade civil organizada, destinam-se a intervir na realidade para resolver os problemas dos cidadãos, bem como atender as suas demandas. Uma política pública ou um programa governamental é algo que envolve necessariamente um processo e um resultado (QUEIROZ, 2011, p. 14).

A partir da definição de Queiroz, em que o autor versa que os planos, programas e as ações governamentais são tratadas como política pública,

avançamos com a contribuição de Souza (2006), que agrega os tópicos a seguir para conceituação:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006. p. 36 – 37).

Com a definição realizada, precisamos compreender que essas ações, que se constituem como uma política pública, podem ser consideradas de tipos distintos. São elas as políticas públicas de Estado e as políticas públicas de governo.

Ao debruçarmos sobre a tentativa de apresentar uma definição clara que nos possibilite compreender os conceitos - uma vez que são de importância para as análises das ações realizadas pela gestão pública - observamos que o primeiro ponto a ser superado é que, uma seria de longo prazo, a política de Estado, e a outra a de curto prazo, que corresponde à política de governo. Para Rosa (2003), seria uma distinção muito simplista dos conceitos, porém o autor ressalta que é viável a utilização das características temporais nessa relação.

Para outros autores, a dicotomia existente entre os conceitos é falsamente criada:

“[...] pode-se afirmar que existe uma dicotomia falsamente criada entre as Políticas de Estado e as Políticas de Governo, uma vez que toda Política de Governo é uma Política de Estado e, por sua vez, toda Política de Estado é resultado de uma Política de Governo [...]” (CALDERÓN; POLTRONIERI; BORGES, 2011, p. 817).

Ao nos atentarmos ao argumento dos autores, observamos que tentam se utilizar da definição na qual o governo - ou seja, as instituições e autores que estão no controle da máquina estatal - realizam uma ação em nome do Estado, pois está sob sua responsabilidade o gerir de tal ação, e esta seria uma política de Estado. Porém, como uma ação de Estado, sendo este maior que as instituições denominadas como governo, é modificada quando muda a gestão?

O questionamento acima nos leva a compreender que as políticas de Estado não seriam apenas uma política de longo prazo, mas também uma ação com dificuldades de mutação, independente de alguns fatores, assim como retratam os mesmos autores.

“[...] a categoria Políticas de Estado é utilizada para defender políticas públicas ou orientações estatais que possuem razões éticas que impedem que sejam substituídas ou alteradas com as mudanças de governo.

Desta forma, as políticas de Estado não somente seriam políticas de longo prazo, mas seriam medidas que não poderiam ser substituídas ou alteradas com as mudanças de governo, a cada quatro anos ou a cada oito anos, caso o governo seja reeleito” (CALDERÓN; POLTRONIERI; BORGES, 2011, p. 818).

A partir das definições expostas, bem como os conceitos de Estado e governo, podemos realizar um exercício de compreender as políticas de governo como as ações realizadas pelas instituições que ocupam o papel central executivo do Estado. Já as políticas de Estado seriam as ações desenvolvidas e implementadas tanto pelas instituições que detêm o controle do poder executivo, bem como outras instituições e atores presentes no Estado, e essas ações são implementadas com instrumentos que não permitem a mudança ou o fim delas apenas por decisão de quem está no poder executivo.

Com as definições de política pública, bem como aquelas denominadas de Estado e de governo, partiremos agora para uma compreensão da natureza dessas ações e suas abrangências. Quanto à natureza das políticas públicas, elas podem se encontrar de duas maneiras, as estruturais e as conjunturais.

Em relação à natureza pode-se dividir em “estruturais” e “conjunturais”. As políticas públicas “estruturais” buscam definir as ações básicas que sustentam o desenvolvimento da sociedade. Já as políticas públicas “conjunturais” têm como objetivo resolver alguma situação temporária, ações paliativas com períodos e práticas previamente delimitados (MEZZADRI, 2011, p. 92).

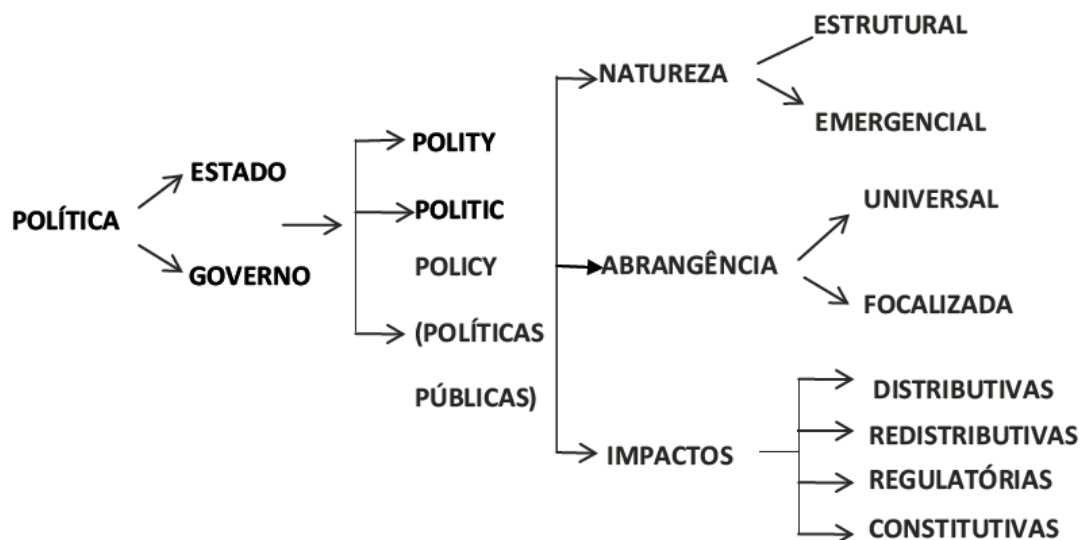
Como observamos no texto apresentado, as políticas de natureza estruturais buscam em suas ações alterações que auxiliem o desenvolvimento da sociedade, já as conjunturais, são ações que podemos chamar de emergenciais, uma vez que buscam resolver problemas temporários. E quanto à abrangência das políticas públicas, também são encontradas duas situações, são elas as universais e as focalizadas.

No que se refere a sua abrangência observam-se as políticas universais e focalizadas. As políticas públicas universais configuram suas estruturas para toda a sociedade, devendo ser realizadas para todos os segmentos sociais. [...] já as políticas públicas focalizadas são construídas para atender as demandas de um determinado grupo social ou situações de desequilíbrio momentâneo (MEZZADRI, 2011, p. 93).

Ao analisar o texto definindo as abrangências das políticas públicas, nos questionamos sobre as ações voltadas ao universo das corridas de rua, uma vez que, sendo voltadas a um grupo distinto - os praticantes e demais agentes que pertencem ao universo - poderiam se consolidar como uma política de abrangência focalizada. Porém, ao nos atentarmos à pluralidade existente no universo da corrida de rua, como veremos no capítulo a seguir, também tendemos a uma visão da universalidade da abrangência dessas ações.

Para fins de melhor compreensão do que nos propusemos apresentar neste momento, a figura seguinte apresenta a estrutura da política pública.

Figura 1: Estrutura das Políticas Públicas.



Fonte: Mezzadri (2011).

Como observamos na figura, alguns conceitos apresentados por ela, não foram expostos em nosso texto, como as dimensões da política (polity, politic e policy), e os seus impactos. Os conceitos em questão serão apresentados ainda no presente capítulo, ao tratarmos sobre as propostas de análise das políticas públicas, denominada de *Policy Analysis*.

2.3. Política Pública para o esporte e o fazer pesquisa.

A Política Pública para o esporte enquanto área do conhecimento e objeto de pesquisa, no Brasil, tem se tornado lócus de estudo de vários pesquisadores, sendo potencializada devido aos acontecimentos recentes (MEZZADRI, 2011; STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JR, 2011). Mas o que seria estudado na área do conhecimento em questão? As políticas públicas para o esporte, enquanto ações do governo, e ou, do Estado, voltadas para o setor.

Para Starepravo (2011), as ações que buscam atender determinadas demandas da sociedade são nomeadas políticas públicas setoriais. Para o autor são elas, em sua grande maioria relacionadas à garantia de direitos sociais. São direitos sociais, de educação, saúde, segurança, entre outros elementos, bem como de esporte e lazer.

Mesmo sendo ações voltadas ao setor esportivo, o autor salienta que devido à complexidade dos fatores esporte e lazer, necessitam de políticas públicas dos mais variados campos sociais (STAREPRAVO, 2011). Compreendemos, portanto, que as ações do Estado e/ou governo voltadas ao setor esportivo, mais precisamente as ações voltadas para as corridas de rua, são o objeto para o nosso estudo.

Segundo os apontamentos de Frey (2000), as pesquisas realizadas para analisar as políticas surgem nos Estados Unidos, o que também é apontado por Souza (2006), em meados dos anos de 1950 com a nomenclatura de *policy Science*. Só próximo de 1970 há o fomento das pesquisas na Europa. Isso ocorreu por conta da ascensão da socialdemocracia, estimulando o planejamento e políticas setoriais.

No que se refere ao Brasil, o autor relata que se iniciaram um pouco antes da apresentação de seu estudo (2000). Para Frey, nos primeiros estudos nacionais “deu-se ênfase ou à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas” (p. 214).

As políticas públicas para o esporte, no Brasil, começam a ser realizadas no final dos anos 1980 (STAREPRAVO, 2011). Mas é no período pós 2003, que há o fortalecimento nas pesquisas em políticas públicas para o esporte no Brasil. Esse fato é reforçado pela criação do Ministério do Esporte, no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e também com a escolha do país como sede para os megaeventos esportivos (ROJO *et al*, 2016).

A partir da presente discussão a respeito da conceituação do termo “políticas públicas” e do seu desenvolvimento enquanto área do conhecimento, a fim de elucidar as possibilidades de análises para auxiliar a compreensão desse objeto de estudo, o próximo tópico abordará as pesquisas em políticas públicas, bem como seus modelos e conceitos.

2.4. Policy Analysis

Segundo Celina Souza (2006), a expressão *Policy Analysis* surge em 1936, e é introduzida por Laswell. O feito de Laswell aparecia como forma de

conciliar os conhecimentos acadêmicos com os empíricos advindos dos governos, bem como estabelece o diálogo entre os diferentes setores interessados: governo, cientistas e grupos de interesses.

A *Policy Analysis* é apresentada por Frey (2000), como abordagem analítica. Segundo o autor, quando utilizado, o modelo de análises das políticas, em países em desenvolvimento deve considerar as adaptações, uma vez que ele foi elaborado em países com a democracia já consolidada. Ou seja, quando se trata de realizar essas pesquisas, deve-se atentar às condições sociais, culturais e econômicas do *locus* da pesquisa.

Para Frey (2000), alguns conceitos são de suma importância para compreensão e estruturação de um processo de pesquisa em caso das políticas públicas. Os conceitos apontados pelo autor são: *policy*, *politics*, *polity*, *policy network*, *policy arena* e *policy cycle*.

Os três primeiros conceitos são referentes às diferentes dimensões da política. Frey (2000) relata que *policy* são os conteúdos da política; *politics* são os processos políticos; e *polity* são as instituições políticas.

- A dimensão institucional *polity* se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;
- No quadro da dimensão processual *politics* tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;
- A dimensão material *policy* refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas (FREY, 2000. p. 216-217).

Mesmo com as divisões existentes para o processo de pesquisa, que auxiliam e fornecem categorias que podem ser proveitosas nas análises, o autor aponta que quando se refere à realidade política, as dimensões em questão são entrelaçadas e influenciam-se mutuamente (FREY, 2000).

Frey (2000) parte da complexidade dos estudos da ciência política e dispõe de outras três categorias, *Policy Network*, *Policy Arena* e *Policy Cycle*, as quais julga necessárias para saber detalhes sobre a gênese e o percurso de programas políticos, buscando revelar os entraves e o que favorece tais

programas. Segundo o autor as categorias são relevantes para analisar os “arranjos institucionais, as atitudes e objetivos dos atores políticos, os instrumentos de ação e as estratégias políticas” (p. 221).

A primeira das categorias trata-se da *Policy Network*, que é apresentada como as interações entre as diversas instituições, sejam elas do executivo, legislativo, ou da sociedade, que estejam presentes na criação ou aplicação da *policy* (FREY, 2000), ou seja, dos programas, do produto da política.

Posteriormente, a categoria denominada *Policy Arena*, a concepção de da categoria em pauta, foi introduzida por Lowi no ano de 1972 (FREY, 2000; SOUZA, 2006). Souza (2006) afirma que essa é uma das mais conhecidas tipologias sobre políticas públicas, elaborada com base em uma definição na qual aponta que “política pública faz política” (p. 28).

A *Policy Arenas* se refere ao processo em que a política pública passa com apoios ou rejeição, nas palavras de Souza (2006), ou como retrata Frey (2000), aos custos e ganhos que se obtêm nesse processo entendo que pode se dar em arenas diferenciadas. Os autores apresentam ainda que, nesse modelo, a política pública pode assumir quatro formatos:

O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente (SOUZA, 2006. p. 28).

Por fim, após apresentarmos as *Policy Network* e *Arena*, com seus quatro formatos de políticas, a última categoria a ser exposta é *Policy Cycle* (FREY, 2000), ou o ciclo da política pública (SOUZA, 2006). Para Souza, o

ciclo da política pública observa a política pública como um ciclo deliberativo, formado por estágios, sendo um processo dinâmico e de aprendizado.

Mesmo com aproximações, as definições dos estágios presentes no ciclo da política pública, ou *Policy Cycle*, os autores propõem estágios com algumas diferenças em suas nomenclaturas e período de presença no ciclo. Segundo Dias e Matos (2012) não há consenso entre os autores, no que diz respeito aos estágios e fases do ciclo. Para os autores, são encontrados modelos que variam de quatro (4) a sete (7) fases/estágios.

Frey (2000) se apropria das seguintes fases: percepção e definição de problemas; agenda-setting; elaboração de programas e decisão; implementação de políticas; e a avaliação de políticas e eventual correção da ação. Já para Souza (2006), os estágios do ciclo da política pública são: definição de agenda; identificação de alternativas; avaliação das opções; seleção das opções; implementação e avaliação.

A primeira fase do ciclo da *Policy Cycle* é a percepção e definição de problemas. Segundo Frey (2000), para a análise da política pública, nessa fase o que chama atenção é a questão de como um, dentre tantos possíveis campos, é escolhido como *locus* da ação política. Frey aponta que, na maior parte das vezes, os problemas ganham relevância em decorrência da exposição da mídia e outras formas de comunicação. Mas salienta que só se torna problema dos conteúdos concretos da política quando tem relevância de ações políticas e administrativas.

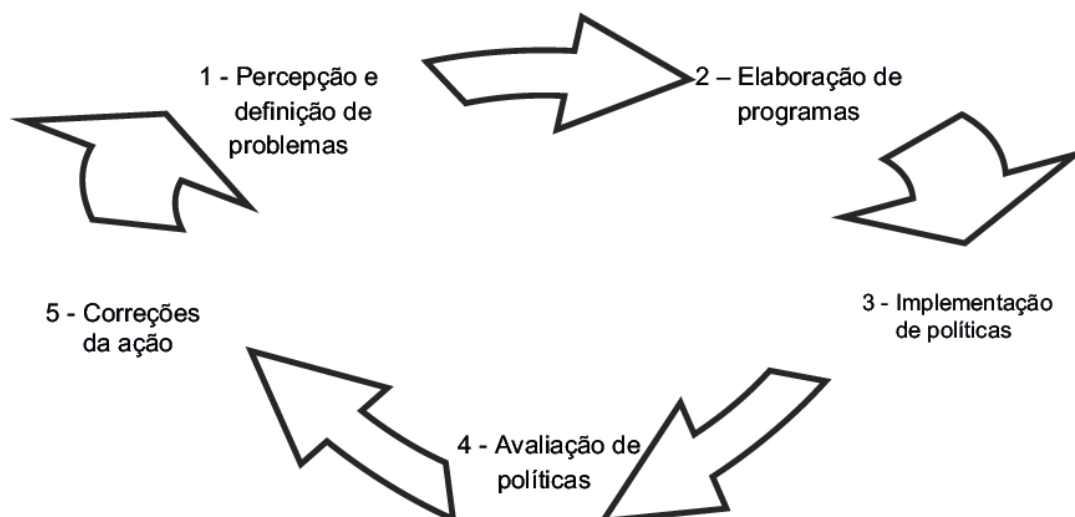
A agenda-setting, segunda fase do ciclo, é definida como *locus*, onde são definidos os temas que serão inseridos, excluídos, ou adiados na pauta política (FREY, 2000). O autor aponta que há uma avaliação prévia dos custos e benefícios para a tomada dessas decisões.

Posteriormente, na fase de elaboração de programas e de decisão, Frey (2000), aponta que é a fase em que se escolhe a mais apropriada das opções. Segundo o autor, na realidade, é raro nessa fase ter decisões entre várias alternativas, pois já são escolhidas antecipadamente. Seguindo a escolha, é preciso haver a implementação das políticas, para as análises Frey (2000), diz que são comparados os fins propostos no momento da formulação dos programas, com os resultados alcançados. Além disso, analisa como e porque foi feita a implementação do programa.

A última fase do ciclo é a fase da avaliação de políticas e das correções das ações. Para Frey (2000), é nessa fase que se analisa os impactos e os efeitos gerados pelo programa implementado. A partir disso, pode-se tomar decisões a fim de manter o programa, para-lo, criar outro, ou até mesmo realizar modificações com intuito de melhorar o programa já existente. Com isso, ocorre a volta do ciclo, início de um novo ciclo, ou o retorno do mesmo ciclo, porém com mudanças nas ações realizadas pelo programa.

Para visualização didática do ciclo da política pública, Mezzadri (2011) apresenta o seguinte esquema que permite visualizar o funcionamento do processo.

Figura 2: *Policy Cycle*.



Fonte: Mezzadri (2011).

Assim como observado nos apontamentos de Dias e Matos (2012), que existem diferentes definições das fases/estágios do ciclo da política pública, a figura apresentada por Mezzadri (2011) possui nomenclaturas diferentes da apresentada por Frey e Celina Souza. Porém, vale ressaltar que a base conceitual do ciclo se assemelha, o que permite o uso da figura como ferramenta didática para apropriação do conhecimento a respeito do funcionamento do processo.

Ainda sobre o *Policy Cycle*, como foi apresentado por Frey (2000), o modelo de análise *Policy Cycle*, tem a concepção de que, para a resolução de

um problema, há uma sequência de passos a serem percorridos. Contudo, o autor salienta que na prática dificilmente os atores políticos-administrativos realizam os mesmos passos.

Após apresentados os modelos e categorias de análises da política pública proposta por Frey (2000) e Souza (2006), bem como a estrutura das Políticas Públicas proposta por Mezzadri (2011), é relevante salientar que as políticas públicas influenciam em diversos setores, como é evidenciado no excerto a seguir:

As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos (SOUZA, 2006. p. 25).

Como a autora aponta, pesquisadores de diversas disciplinas se aproximam das ciências políticas para a realização dos estudos. Assim, como o presente trabalho busca estudar as ações do poder público municipal em relação às corridas de rua na cidade de Curitiba, vemos que é válido o esforço para a contribuição para estudos com essa abordagem em relação aos esportes, aqui mais especificamente a corrida de rua.

Outro ponto levantado no trecho citado é a inter-relação entre Estado, política, economia e sociedade. Por isso, o capítulo a seguir busca apresentar o espaço social em que se constituem as corridas de rua, tentando apresentar as diversas instituições, agentes, eventos, e o mercado presente nele.

3. AS CORRIDAS DE RUA

O presente capítulo objetiva compreender o fenômeno da corrida de rua como um espaço social. Iniciamos com a proposta de definir a corrida de rua e, para isso, iremos contextualizá-la no intuito de compreender como essa habilidade motora³ se transformou em um esporte. Posteriormente, abordaremos o processo de desenvolvimento da modalidade até chegar ao cenário atual, apresentando as mudanças que o fenômeno sofreu e também as possíveis demandas geradas por essas mudanças. Para finalizar o capítulo, esboçamos uma forma de estruturação, para entender como se estabelece a organização das corridas de rua. Partimos do entendimento que a corrida de rua é um fenômeno social que sofre influências de vários setores da sociedade. Especificamente no caso do presente estudo, do Estado.

3.1. O esporte institucionalizado

Iniciando a proposta de dissertarmos a respeito da corrida de rua, faremos nesse momento uma exposição da definição da modalidade enquanto uma prática esportiva institucionalizada, que possui normas, regras e instituições que formulam regulamentos para a organização de eventos da modalidade.

Em se tratando das instituições responsáveis pelas corridas de rua temos a Associação Internacional das Federações de Atletismo (IAAF), como representante do atletismo internacional, e a Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), que é a organização que detém as responsabilidades sobre o atletismo nacional⁴.

A corrida de rua é tratada pela CBAt a partir da denominação “pedestrianismo” (CBAt, 2003). Segundo a Confederação, o pedestrianismo é uma das modalidades mais tradicionais e populares do atletismo, entendendo-o

³ Segundo Gallahue (2013) o ato de correr é uma habilidade motora fundamental do ser humano.

⁴ Ao observar o fenômeno da corrida de rua como um esporte institucionalizado, compreendemos que esta é uma das provas dentre as inúmeras que contemplam a modalidade do atletismo.

como corridas a pé em rua ou estrada (CBAAt, 2003). Para a finalidade de nosso estudo vamos utilizar a terminologia “corrida de rua”.

Como a CBAAt é a responsável pela prática do atletismo no país, e por consequência, responsável pela corrida de rua, a instituição emitiu uma normatização com a finalidade de reconhecimento e homologação de corridas de rua (CBAAt, 2015^a). A “NORMA 07” descreve alguns pontos para a promoção de eventos da modalidade. O documento afirma que a oficialização de qualquer tipo de evento do atletismo em território nacional somente pode ser realizado pela própria confederação (CBAAt, 2015a).

Segundo a norma da CBAAt as corridas de rua são divididas em três categorias:

Maratona;

Meia- Maratona;

Outras Distâncias – incluindo as categorias abaixo:

- Corridas em distâncias padrão: 10km – 15km - 20km – 25km – 30km – 100km – Ultramaratona de 24 horas e Maratona e Meia Maratona em Revezamento;
- Corridas Clássicas, em distâncias não oficiais (CBAAt, 2015a, s/p.).

A partir da classificação das categorias definidas pela CBAAt, observamos uma abrangência no leque de provas que são definidas como corridas de rua, podendo variar de distâncias menores que 10km (em casos de corridas clássicas), até provas com distâncias superiores a 100km. Há também a existência de provas nos modelos de revezamentos.

Um ponto interessante das corridas de rua é que, em ambas as categorias apresentadas, há participação de atletas que não são profissionais e os considerados atletas de elite. Devido a essa característica, há uma grande procura pela prática da modalidade.

Com a grande procura de novos praticantes da corrida de rua, em decorrência de suas novas demandas e estruturação, a CBAAt visualiza a necessidade de se aumentar o controle dos eventos frente ao grande aumento no número de participantes.

No início do ano de 2015 a confederação criou um portal eletrônico⁵, anexado ao seu site oficial, dedicado exclusivamente à corrida de rua e outras formas de corrida com grande apelo popular (cross country, corrida de montanha e corrida de aventura).

Além do portal com todas as funcionalidades apresentadas, a CBAAt lançou também um novo registro de atleta para os corredores dessas modalidades de corrida (CBAAt, 2015b). O que antes era exclusividade de atletas federados e confederados, os quais tinham ligações com o esporte de rendimento competitivo, agora há uma abertura para todos os perfis de praticantes⁶ de corridas. A confederação não divulga a finalidade de se cadastrar os atletas de corridas, e nem os seus benefícios com tal realização, apenas afirma que este é um reconhecimento da entidade aos praticantes de corrida do país (CBAAt, 2015b).

Reconhecendo a corrida de rua como uma prova do atletismo, classificada como pedestrianismo, com características de longos percursos e de longas durações, com seus trajetos realizados em ruas e/ou estradas, e que deslumbra uma grande gama de adeptos, segundo informações das instituições responsáveis pela modalidade, passamos a nos questionar a respeito da formação desse fenômeno. Dessa forma, o próximo tópico é voltado a esse questionamento.

3.2. Uma “gênese corrida”

As corridas competitivas de hoje, tem variações de 100 metros a distâncias superiores a 100 km. Existem provas com barreiras, com obstáculos e de revezamento. Porém, o objeto de nosso estudo é especificamente a corrida de rua.

As corridas de rua competitivas, como as que existem atualmente, Segundo sugere Salgado e Chacon-mikhail (2006), surgem na Inglaterra no

⁵ Portal destinado exclusivamente para as corridas de rua, cross country, montanha e de aventura. Disponível em: <<http://www.cbat.org.br/corridas/default.aspx>> acesso em 12 de outubro de 2015.

⁶ O site da CBAAt não menciona se os registros são realmente os mesmos e se possuem as mesmas finalidades, como os benefícios que os atletas de alto rendimentos possuem.

século XVIII. Já para Dallari (2009), as corridas se desenvolveram na Inglaterra, e se consolidaram no século XVII. Segundo a autora, os primeiros corredores eram da classe trabalhadora e participavam das corridas, patrocinados pelos pubs tradicionais⁷.

No Brasil, as corridas de rua começam a ser organizadas um pouco mais tarde. Castro (2005) aponta registros de que no ano de 1880 já havia “corridas a pé” sendo realizadas em solo nacional. Segundo o autor, a modalidade era uma representatividade do atletismo no país naquele período e foi introduzida por imigrantes ingleses. Para a Confederação Brasileira de Atletismo, enquanto o atletismo em si, chegava ao Brasil, as corridas de rua já eram praticadas, e com grande prestígio, no início do século XX (CBAt, 2003). Dallari (2009) também afirma tal constatação, porém a autora ressalta que os eventos de corrida de rua aconteciam de forma esporádica.

3.3. As transformações das corridas de rua

Com o passar dos anos surgem algumas propostas de utilização da corrida de rua, bem como transformações foram ocorrendo, não apenas na corrida em si, mas em todo o espaço social em se que constitui a prática. Segundo o que propõe Dallari (2009), as grandes transformações ocorridas na corrida de rua se iniciaram em meados da década de 1970, após a consolidação da modalidade.

Uma das grandes transformações, que podemos afirmar como um dos princípios geradores das mudanças ocorridas no fenômeno da corrida de rua, é o aumento do número de participantes/praticantes de corridas de rua. Para Dallari (2009), mesmo que a corrida seja uma modalidade praticada há muitos séculos, com suas particularidades em cada um de seus períodos de existência, foi somente nos últimos 30 anos que pudemos verificar um aumento expressivo no número de praticantes.

Em estudo realizado por Salgado e Chacon-Mikhail (2006)⁸, os autores apresentam dados que corroboram com a afirmação de que nos últimos 30

⁷ Os pubs são bares que existem na Inglaterra.

⁸ O estudo realizado por Salgado e Chacon-Mikhail, no ano de 2006, faz uma análise da evolução do crescimento no número de provas e praticantes de corrida de rua no estado de São Paulo.

anos podemos notar o crescimento no número de praticantes. Segundo os autores, o crescimento do número de praticantes pode ser constatado tanto nos registros da associação onde foi realizado o levantamento de dados, como também no número de inscritos nas provas.

Dallari (2009), em um esforço semelhante, apresenta números de algumas provas de corridas de rua que indicam esse caminho. A autora traz dados de três eventos de corridas de rua distintos⁹ para a ilustração de seu estudo. A comparação no número de participantes é realizada entre os anos de 1975 até o ano de 2005. Em ambas as provas, o aumento no número de corredores que concluíram o percurso é significativo.

Na prova nacional em que a autora faz o levantamento, Corrida Internacional de São Silvestre, no ano de 1975, 242 corredores concluiu o percurso. Já no ano de 2005, esse número sobe para 13.421 corredores, um aumento de participantes significativo para o período. Esse aumento continua a ser observado, já que nos últimos anos o evento tem registrado números de concluintes superiores a 20.000 corredores (ROJO, 2014).

O aumento no número de praticantes da corrida de rua é um fato notável que nos chama a atenção. É também, o objeto de estudos e discussões de alguns estudiosos (DALLARI, 2009; SALGADO; CHACON-MIKHAIL, 2006). Para alguns autores (AUGUSTI; AGUIAR, 2011; GONÇALVES, 2011; BASTOS; PEDRO; PALHARES, 2009; SALGADO; CHACON-MIKHAIL, 2006) esse crescimento é decorrente das propostas feitas pelo médico americano Dr. Kenneth Cooper.

Na obra de Thor Gotaas (2013), além das colaborações das teorias de Cooper, o autor apresenta outros nomes que discutiam a prática da corrida de rua como busca pela saúde, o que ele denomina de “A revolução do *jogging*” (p. 283). Segundo Gotaas (2013) além de Cooper, Arthur Lydiard¹⁰ e Bill Bowerman¹¹ promoviam o *jogging*. Bill Bowerman por sua vez, segundo

⁹ A autora utiliza-se de dados de três provas de grande reconhecimento internacional, sendo elas duas estrangeiras (Maratona de Paris e Maratona de New York) e uma prova nacional (Corrida Internacional de São Silvestre).

¹⁰ Treinador neozelandês de atletas campeões olímpicos no ano de 1960.

¹¹ Treinador americano, que é um dos autores do livro “*jogging: a physical fitness program for all ages*” (GOTAAS, 2013. p. 288).

Gotaas, em meados de 1960 era o mais conhecido dentre os que promoviam o *jogging*.

Outro fato que podemos visualizar na literatura como possível colaborador no exponencial crescimento no número de praticantes, é a permissão da participação popular nas corridas de rua (SALGADO; CHACON-MIKHAIL, 2006). Corroborando com essa hipótese, mas voltando ao contexto brasileiro, Dallari (2009, p. 30) descreve um relato pertinente ocorrido na Corrida Internacional de São Silvestre.

Até 1979 a participação de brasileiros não era livre. Para se inscrever era necessário ter-se classificado em uma prova seletiva ou ser representante de um dos estados do país. Apenas atletas estrangeiros não sofriam restrições. Cruzaram a linha de chegada, em 1979, 586 dos 608 inscritos. Novos organizadores da corrida, em 1980, determinaram que fossem aceitas as inscrições, pagas, de todos os interessados: 4.839 pessoas.

Conciliando ambos os fatores apresentados pelos autores, podemos verificar que foram desenvolvidos ao longo dos anos novos métodos que preconizavam a prática da corrida de rua como um meio de busca por saúde e qualidade de vida, dentre eles a abertura das provas de corrida de rua para a participação popular. É a partir desse momento que podemos visualizar um momento de transição e ampliação dos objetivos da prática das corridas de rua. A prática que anteriormente era somente uma modalidade esportiva/competitiva, voltada para atletas de alto rendimento e que buscavam *performance*, passou a ser um evento que incorpora participantes da sociedade em geral, onde muitos participam sem se preocupar com resultados esportivos.

Com o evidente crescimento no número de praticantes da modalidade, é também notado um aumento expressivo no número de provas. Alguns estudos (DALLARI, 2009; SALGADO; CHACON-MIKHAIL, 2006; ROSA, 2013), que fizeram o levantamento do número de provas, tanto nacionais como internacionais, comprovam esse movimento crescente no número de eventos.

Segundo Salgado e Chacon-Mikhail (2006), no ano de 2001, 11 provas foram realizadas e receberam o alvará de realização da Federação Paulista de Atletismo (FPA). Já no ano de 2005, o número de provas realizadas com o alvará subiu para 174.

Dando continuidade às constatações por meio de dados apresentados pela literatura, no estudo realizado por Rosa (2013), a autora apresenta que no ano de 2010 as corridas de rua realizadas no estado de São Paulo totalizaram 287 eventos, o que nos mostra um aumento considerável nos eventos da modalidade.

Ao observar um quadro internacional, encontramos o mesmo movimento. Dallari (2009) apresenta dados de um levantamento que afirma que, no ano de 1982, as provas de corrida de rua reconhecidas pela AIMS totalizavam 34. Já no ano de 2005 foram realizadas 218 provas no mundo reconhecidas pela entidade.

Convêm salientarmos que esses dados são referentes aos eventos reconhecidos, ou que obtiveram alvará das instituições mencionadas. Porém, nem todos os eventos da modalidade têm ligações com as instituições, já que não há a obrigatoriedade de uma regulamentação, por meio dessas instituições, para a realização das corridas. Observando esses aspectos, em campo, podemos indicar que o número de provas que não tem ligações com essas instituições é alto.

Com essas transformações que ocorreram, e ainda ocorrem nas corridas de rua, observamos o surgimento de um novo modelo de eventos, como discute e apresenta Oliveira (2010, 2016). Para o autor, a corrida de rua possui dois modelos distintos de eventos: as corridas “convencionais” e as corridas “*fashion*”¹². As corridas “convencionais” existem há mais tempo, são mais populares, e apresentam um nível técnico maior.

Em uma nomenclatura utilizada para definir um modelo de corrida, que segundo o autor, surge recentemente no universo da modalidade, ele utiliza o termo corrida “*fashion*” para designar as corridas que são pagas, geralmente voltadas aos participantes de maior poder aquisitivo, entre outras peculiaridades.

Nos apropriamos da descrição utilizada por Oliveira (2010) quando relata que as corridas *fashion* possuem uma produção mais elaborada e que não estão vinculadas com os valores tradicionais da corrida, onde a

¹² Segundo o autor os termos foram utilizados por um de seus entrevistados ao fazer referência aos modelos de corridas existentes atualmente.

competitividade é o ponto central do evento¹³. A Figura 3 retrata um evento que se caracteriza como corrida *fashion*.

Figura 3: Corrida das cores.



Fonte: Rede social da organização da “corrida das cores”¹⁴

Como é observado na figura apresentada acima, o evento em questão trata-se de uma corrida de rua, em que os organizadores oferecem um diferencial para atrair a participação de adeptos da prática. Além de haver as mudanças no número de participantes, número de provas, e também nos modelos de provas. Essas primeiras transformações alteram, também, o perfil dos participantes dos eventos de corrida de rua. Esses participantes, que denominamos de corredores, como sugere Dallari (2009), são os principais agentes das corridas de rua.

Ainda segundo Dallari (2009), os corredores possuem características distintas em vários sentidos. Mediante essa diversidade, em seu estudo, a autora exclui algumas parcelas dos participantes das corridas de rua e não os enquadram no que ela denomina como corredores:

¹³ Vale ressaltar aqui, que o objetivo de apresentar os diferentes modelos de corridas (convencional e *fashion*), não tem o intuito de classificar, ou inferir como correto ou errado qualquer um dos modelos de corrida de rua. Apenas são apresentados com a intenção de exibir que dentro do universo das corridas de rua existe uma diversidade, e diante disso o poder público agindo como uma instituição que, no caso da cidade de Curitiba, regulamenta a realização de tais eventos. Há a necessidade de conhecer a diversidade existente no espaço social, a fim de saber como são realizadas as ações do poder público.

¹⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/CorridadasCoresOficial/> acesso em 11/12/2015

Os principais agentes das corridas de rua são os corredores. Ao longo de todo este trabalho são assim designadas pessoas que praticam a corrida habitualmente em espaços abertos, no mínimo três vezes por semana e que participam ou buscam participar de competições. Não são sujeitos deste estudo aqueles que praticam a corrida apenas em esteiras e os que correm sozinhos, como parte de suas atividades físicas, sem compartilhar com outros o hábito. Atletas que atuam exclusivamente em pistas também desenvolvem uma atividade distinta daquela aqui discutida. É importante destacar que pessoas que aparecem em corridas, fantasiadas ou portando cartazes, apenas para serem vistas, não são consideradas corredores nesta tese (DALLARI, 2009. p. 36-37).

Ao analisarmos os apontamentos de Dallari (2009), consideramos que realmente os corredores estão entre os principais agentes das corridas de rua, uma vez que suas ações, seus objetivos e o perfil que adotam para a realização de sua prática na corrida de rua podem nortear as ações dos demais agentes e instituição presentes dentro dessa estrutura que compreende todo o universo das corridas de rua.

Notamos, também, que a autora exclui categorias importantes em seu estudo, como as categorias corredores de fundo em pista e corredores fantasiados. Entendemos que esse tipo de categoria é relevante para as análises desse estudo.

A primeira, os corredores os quais denomina como atletas, e que segundo a autora atuam exclusivamente em pista, e que essa atividade é distinta das corridas de rua. Vale salientar, em uma análise a priori das configurações do universo das corridas de rua em território nacional, que essa distinção entre atletas de pista e de rua é um esforço válido, porém complexo. O motivo para tal receio deste tipo de orientação é que no caso das corridas de fundo¹⁵ nacionais, os mesmos agentes que estão em prática nas pistas, estão atuando nas corridas de rua. Uma possível explicação para o fenômeno, é que normalmente nas corridas de pistas e de fundo, não há premiação em dinheiro para os vencedores das provas, mas, há uma grande busca pelas premiações oferecidas em algumas provas de rua por parte dos corredores de pista. O

¹⁵ As corridas de fundo no atletismo, são as provas que tem característica por serem mais longas, porém não são apenas as corridas de rua, mas as provas de pista também.

caminho inverso também é notado, uma vez que as competições de pista geralmente são mais rápidas e com nível técnico mais elevado, o que leva à procura de corredores de rua por realizarem essas provas em busca de tempos e índices para grandes eventos, para representar seus clubes ou até mesmo o país.

A segunda categoria excluída do estudo de Dallari (2009), o qual consideramos de grande influência para a estrutura das corridas de rua, tem um padrão de perfil totalmente inverso da primeira categoria apresentada. A autora exclui os corredores que participam das corridas utilizando fantasias ou portando cartazes. Consideramos a possibilidade de que essa parcela de participantes não está preocupada com os valores tradicionais e competitivos atribuídos às corridas de rua. Por outro lado, é relevante notar que o número de pessoas que se inscrevem em corridas de rua e participam desta maneira é cada vez mais evidente. Ao nos atentar à maior prova de corrida em território nacional, a São Silvestre, podemos observar que é significativa a participação desses corredores como podemos observar por meio da Figura 4:

Figura 4: Largada da São Silvestre 2013.



Fonte: Site UOL¹⁶

¹⁶ Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/atletismo/album/2013/12/31/veja-imagens-da-sao-silvestre-2013.htm#fotoNav=17> acesso em 15/12/2015.

Observando a imagem apresentada na Figura 4, podemos notar que o número de participantes portando faixas e cartazes não é pequeno. E se partimos do que é proposto pela autora, que os corredores são os principais agentes das corridas de rua, podemos constatar que tal categoria de participantes também exerce influências no funcionamento da estrutura das corridas de rua.

Seguindo o que foi apresentado anteriormente, compreendemos que não existe um único perfil de corredor, e o esforço para tentar caracterizar todos acaba se tornando complexo. Mas, no que tange às transformações que ocorreram em relação à figura dos agentes corredores em questão, buscaremos abordar o tema em uma vertente socioeconômica. Ao que indica Oliveira (2010), Rosa (2013) e Rojo (2014), anteriormente ao *boom* das corridas de rua, a maioria dos corredores eram provenientes de classes sociais menos abastadas. Porém, nos dias atuais a constatação é diferente.

Para Gotaas (2013), esse movimento do *boom* das corridas aconteceu mais cedo nos Estados Unidos, um dos locais onde ocorreu o princípio da chamada revolução *jogging*. Para o autor, já em 1983, os membros de um clube de corredores mais popular de Nova Iorque já possuíam características diferentes dos primeiros praticantes da corrida de rua que, em sua maioria, possuíam um baixo status social.

Ao nos voltarmos ao contexto brasileiro, onde essa mudança ocorreu de modo mais tardio, observamos nos escritos de Rosa (2013) os apontamentos que sugerem essa mudança:

Até então a corrida era uma prática solitária e seus praticantes, na maioria das vezes, eram pessoas com baixo poder aquisitivo. Em pouco tempo, no entanto, muita coisa mudou, incluindo o perfil dos corredores (ROSA, 2013. p. 31).

Em estudo já realizado, apontamos a partir de relatos de corredores de rua com experiência, que há uma mudança do perfil socioeconômico dos praticantes de corridas de rua. Segundo os dados do estudo, o que anteriormente era uma maioria de corredores oriundos de classes sociais mais baixas, vem se tornando uma maioria, cada vez mais, de corredores com melhores condições financeiras (ROJO, 2014). Uma pesquisa realizada no ano

de 2009 corrobora com tais elementos encontrados. Segundo a pesquisa, o perfil dos corredores que praticam a modalidade é bem diferente do perfil descrito dos corredores de anos atrás. Em relação à escolaridade, a grande maioria dos corredores (75%) possui nível superior. 60% deles têm salários superiores a 5.000 reais. A pesquisa apresenta também que a renda familiar de 60% dos corredores ultrapassa 5.000 reais por mês, sendo que 31% dos corredores pesquisados possui renda mensal superior a 8.000 reais (OSSE, 2009).

Podemos observar, a partir dos dados levantados em Osse (2009), que a tendência é de que o perfil da parte majoritária dos corredores hoje é de indivíduos com uma melhor condição social. Porém, com todas essas mudanças, seja no objetivo final da prática da corrida, seja no modelo de eventos organizados, ou no perfil dos corredores, podemos observar outra mudança importante no universo das corridas de rua: o nível técnico. O nível técnico das provas de corrida de rua atualmente é abordado por alguns estudos (DALLARI, 2009; GOTTAS, 2013; SALGADO; CHACON-MIKHAIL, 2006), e suas mudanças são um elemento relevante quando objetivamos discutir a respeito das corridas de rua.

Como ressaltamos anteriormente, as transformações nas corridas de rua começaram nos Estados Unidos, e nesse contexto que os autores começam a notar as diferenças nos tempos dos corredores que concluem as corridas de rua, como pode ser notado nas palavras de Gotaas (2013, p. 312) ao se referir à maratona de Nova York:

A maratona se tornou uma competição não para alcançar uma boa colocação ou um bom tempo, mas um ritual a se passar, um símbolo de vigor e vontade. Antes da tendência das maratonas dos anos 1970, os percursos eram geralmente fechados após quatro horas. Em 1981, porém, um terço dos que participaram, mais de 4 mil corredores, levou mais do que quatro horas na Maratona de Nova York, e o número de corredores lentos aumentou ano após ano. Os marcadores de tempo ficavam a postos, e os espectadores festejavam até o último.

Os apontamentos de Salgado e Chacon-Mikhail (2006), Dallari (2009), e Rojo (2014), seguem no mesmo sentido dos apresentados por Gotaas. Segundo Salgado e Chacon-Mikhail (2006, p. 93), “o número de corredores que

concluem as maratonas, quanto o tempo de conclusão da prova para a maioria destes participantes, vem aumentando nos últimos anos”. Os autores apontam que esse aumento no tempo da conclusão das provas seja possivelmente em decorrência do aumento da tolerância de tempo para que o participante conclua o percurso.

Dallari (2009), quando discute a respeito do nível técnico afirma que há “várias reduções no melhor tempo de maratona nos últimos anos têm sido acompanhadas por um aumento no número de corredores com resultados pouco expressivos em relação às melhores marcas” (DALLARI, 2009, p.38). Para retratar a afirmação, a autora utiliza-se dos resultados de diferentes anos de uma maratona.

Tabela 1: Tempos de conclusão da Maratona de Berlim.

Ano	1º colocado	Total de Participantes	Abaixo de 4:00:00	
			No.	%
1987	2:11:00	12.672	9.877	77,9
1999	2:06:44	19.129	11.018	57,6
2007	2:04:26	32.486	15.599	48,0

Fonte: Dallari (2009).

Além da maratona, uma prova com características peculiares, por se tratar de uma distância muito elevada, a autora traz também dados referentes à uma corrida com percurso de 10 km, realizada em território nacional:

Tabela 2: Tempos de conclusão SP Classic 10 km.

Ano	1º colocado	Total de Participantes	Abaixo de 1:00:00	
			No.	%
1996	0:29:30	1.306	1.171	89,6
2001	0:29:34	4.504	3.247	72,1
2007	0:29:35	8.401	4.730	56,3

Fonte: Dallari (2009).

A partir dos relatos de corredores, no estudo que realizamos, (ROJO, 2014), também apresentamos situações semelhantes às que os autores constataram. Verificamos uma queda no nível técnico da Prova Rústica Tiradentes¹⁷, como pode ser verificado pela fala dos agentes da pesquisa:

No geral era mais difícil a competição ta, um exemplo, minha, do Zé Jorge, e do Gilberto, nós fazíamos 31 e pouco na Tiradentes nós era 30º, 20º, hoje com 31' ta entre os 5, é apenas um exemplo (ROJO, 2014. p. 42).

Segundo o autor, as explicações apresentadas pelos corredores entrevistados para a queda do nível técnico da prova, são associadas ao novo perfil de corredores que está participando das corridas de rua. Para eles, os objetivos nas corridas não são mais competitivos, o que faz com que o interesse em melhorar o desempenho não seja o primeiro fator a se pensar.

As transformações como aumento no número de praticantes, aumento no número de provas e mudanças no perfil socioeconômico dos corredores, levaram a indústria esportiva a perceber o potencial econômico que a corrida de rua dispõe para o seguimento. Assim, dedicamos o próximo tópico à discussão a respeito do mercado das corridas.

3.4. O mercado das corridas

Não sendo diferente de outros setores da vida humana, também na corrida de rua, o campo econômico tem atuado com grande força. O potencial econômico do campo esportivo já é reconhecido (PRONI, 2011; MARCH JR, 2001), e com esse *boom* ocorrido no contexto da corrida, aumentando significativamente o número de praticantes e eventos, o mercado esportivo visualizou na prática da corrida um bom setor de comercialização. Nesse sentido, o presente tópico pretende continuar abordando os fatores socioeconômicos, porém dessa vez com um olhar mais voltado aos agentes e instituições ligados ao mercado esportivo como fornecedor dos bens de consumo.

¹⁷ Tradicional corrida de rua que ocorre na cidade de Maringá-PR. a qual foi o objeto de estudo do autor.

No segmento do mercado esportivo, a corrida de rua possui tamanha significância. Segundo reportagem do ano de 2013, o conjunto de seis provas que formam o *World Marathon Majors* (WMM)¹⁸ gera um impacto econômico em um valor superior a 400 milhões de dólares ao ano (TERRA, 2013). Essa movimentação financeira é observada em vários setores da economia, como veremos na presente seção.

O mercado das corridas de rua tem sido o tema de estudos de alguns pesquisadores (ALBUQUERQUE, 2007; CARTAXO, 2012; ROSA, 2013). O que nos chama a atenção, na peculiaridade do caso das corridas, é a ampla economia movimentada nesse ramo do setor do mercado esportista, não considerando apenas os produtos materiais, o que também abordaremos aqui, mas o tratamento do evento em si, ou seja, o fato da participação do corredor ser comercializada como um produto.

Proni (2011) trata desta particularidade, quando discorre que nesse tipo de evento é comum os atletas profissionais receberem para participar e, enquanto isso, os atletas amadores pagam pela sua participação, e ainda assim sentem-se protagonistas do evento.

Sendo assim, na presente seção do capítulo, iremos discorrer a respeito do segmento do mercado esportivo, meio onde a corrida de rua tem conquistado grande espaço. Iremos abordar esse tema nas seguintes frentes: a corrida de rua como um fomentador do mercado e indústria esportiva, na comercialização de itens que auxiliam na prática da modalidade; a corrida como um fomentador do setor de turismo; a corrida de rua como um produto a ser comercializado; e a corrida de rua como um estímulo ao setor de serviço, por meio de assessorias esportivas que oferecem o treinamento da corrida como um produto.

Para Rosa (2013), são vários os seguimentos que giram em torno da prática da corrida de rua, entre eles, “turismo, entretenimento, alimentos, confecções, equipamentos, mídia, eventos, indústria farmacêutica, dentre outros” (ROSA, 2013, p. 31).

Seguindo a discussão, observamos uma pesquisa que apresenta o gasto médio de um corredor por prova. Segundo a matéria, um corredor pode

¹⁸ Compõem o grupo das seis maiores maratonas do mundo, as maratonas de Londres, Nova York, Berlim, Chicago, Boston e Tóquio.

ter um gasto médio de R\$ 518 reais para realizar uma prova fora de sua região (OSSE, 2009). Afirma também que são vários os setores nos quais o corredor dispende gastos econômicos para participação de uma corrida, corroborando com os apontamentos realizados por nós anteriormente.

Como podemos observar, os gastos são diversos para a realização de uma prova. Porém, ainda sim não aparecem dados referentes aos valores despendidos para os pagamentos das inscrições das provas de corrida de rua, algo que entra como um gasto, haja vista os novos modelos de provas existentes atualmente.

Os itens esportivos aparecem como o principal foco dos gastos de um corredor para a prática da corrida. Um dos itens, utilizado por Gotaas (2013), para apontar o crescimento do mercado esportivo voltado para a corrida de rua, é o tênis. Segundo o autor, as vendas de tênis de uma determinada marca, “cresceram paralelamente ao aumento do número de *joggers* nos anos 1970” (GOTTAS, 2013, p. 366).

O tênis aparece como item esportivo mais adquirido pelos praticantes de corrida de rua, porém os gastos com produtos para a prática da corrida de rua são para uma diversidade de itens (OSSE, 2009). É notável que sejam consideráveis os valores despendidos para a compra de itens para a prática da corrida de rua. Porém, esses gastos são associados por Cartaxo (2012) frente à construção de uma identidade do corredor:

Dessa forma podemos considerar o uso de equipamentos e vestuário pelos corredores como importante para a construção de um estilo de vida do corredor. Uma série de artigos e identificada a imagem do corredor, os tênis, o short, o relógio, bonés e uma série de outros equipamentos que podem identificar um corredor (CARTAXO, 2012. p. 60).

Esse corredor, agora caracterizado como um pertencente dentro do cenário das corridas de rua, muitas vezes não se satisfaz em apenas participar de provas realizadas em sua cidade, e ou, região. Essa situação faz movimentar também o turismo, outro setor econômico o qual o grande *boom* das corridas de rua tem movimentado. O turismo se consolida como um dos setores que tem grandes impactos com o fortalecimento e a popularização das

corridas (OSSE, 2009; CARTAXO, 2012; ROSA, 2013; TERRA, 2013; BIESEK, 2014).

Segundo Biesek (2014), os eventos de corrida de rua, são componentes da cadeia produtiva local, envolvem diversos setores, e precisam ser realizados de maneira bem planejada para que os resultados sejam positivos. Ao se tratar do turismo, a autora ressalta que são envolvidas nesses eventos logísticas de hotéis, transportes, restaurantes, além de outras atrações não vinculadas diretamente com a modalidade, como as artísticas.

São mais beneficiadas as cidades cujos eventos são realizados periodicamente, pois estes possuem um público alvo já definido que se desloca entre cidades, estados ou países diferentes (BIESEK, 2014). Segundo o estudo da autora, realizado em Foz do Iguaçu-PR, a cidade tem grande potencial turístico ao realizar os eventos de corrida de rua, pois oferece outros atrativos - sejam eles naturais ou não - para o visitante, além do próprio evento. Biesek (2014) cita um dado interessante: segundo o seu estudo 57% dos corredores que vão para a cidade para participar das provas, levam seus familiares, o que acaba por aquecer ainda mais a economia local.

Mas quanto uma corrida de rua pode movimentar em termos econômicos? Segundo Osse (2009), uma única corrida de rua pode movimentar entre 1,5 milhão de reais a 6 milhões de reais, sendo que 40% deste valor fica na cidade sede do evento em despesas com turismo, hospedagem e lazer. Vale salientar que estes valores, as quais nos parecem altos, são possivelmente gerados por eventos já reconhecidos e tradicionais, o que movimenta um maior número de praticantes para participarem.

Segundo Albuquerque (2007), a corrida consegue atrair um número grande de praticantes, e um dos fatores é o seu diferencial em relação aos demais esportes:

Enquanto uma partida de futebol reúne cerca de 60, 70 ou 80 mil espectadores sentados para assistir a 22 jogadores, uma maratona pode reunir mais de 40 mil participantes, porém ativos (ALBUQUERQUE, 2007. p. 52).

Corridas de rua são realmente um atrativo, envolvendo milhares de participantes, fomentam a economia em vários setores. Porém, atualmente, a

própria corrida de rua se tornou um produto. Com uma maior procura pela prática, há também um aumento nos custos para a participação em um exemplar desses eventos. Nas palavras de Oliveira (2010), a “corrida é valorizada como produto de consumo” (p. 23). Como vimos anteriormente, exemplo este que o autor, denomina como “Corrida *Fashion*”.

Uma matéria veiculada no blog Folego, que possui relação com a “GAZETA DO POVO¹⁹”, aponta que no ano de 2011, os corredores gastavam aproximadamente 33% do salário mínimo daquele período em inscrições de corridas de rua por mês (FOLEGO, 2011). Porém, atualmente são registrados valores maiores em inscrições de eventos, como é o caso da Corrida Internacional de São Silvestre, que no ano 2015 cobrou dos participantes o valor de R\$ 145,00 reais pela inscrição no denominado “Pelotão Geral” (SÃO SILVESTRE, 2015).

Segundo a reportagem do Folego (2011), há uma tensão entre alguns corredores e os organizadores das provas que realizam a cobrança de altos valores nas inscrições dos seus eventos. Há pesquisadores que dizem que as corridas são caras justamente para selecionar o público que vai participar do evento:

[...] as corridas são caras justamente para selecionar o público. Quem quer simplesmente correr vai para um parque e não paga nada. Quando se fala nessas corridas, paga-se o entretenimento, o produto, o status de estar participando de uma prova (FOLEGO, 2011. p. 1).

Como observamos na citação acima, além ser uma maneira de selecionar o público entre aqueles que querem participar da corrida, como status, e os que praticam a corrida para simplesmente correr, o relato aponta que as inscrições são para pagar o entretenimento, ou seja, a corrida como um produto.

Por outro lado, os organizadores relatam que os valores cobrados nas inscrições são para cobrirem os custos do evento. Para eles não são os “kits” os responsáveis por encarecer o valor das inscrições, mas sim a demanda de muitos itens:

¹⁹ É um dos principais jornais em circulação no estado do Paraná, com sede na cidade de Curitiba.

Uma corrida menor, de 10 km para 2 mil atletas, custa R\$ 60 mil, calcula, em que devem ser pagas as taxas para a Federação Paranaense de Atletismo endossar a prova e ao Diretran para fechar as vias e mandar profissionais para o controle do trânsito. Ainda tem custo com o estafe (R\$ 35 a R\$ 50 por pessoa), equipes médicas e ambulâncias (R\$ 5 mil por equipe) e água, isotônico e frutas para os atletas (FOLEGO, 2011. p. 1).

Porém, há também casos de corridas em que os “kits” do corredor são os produtos. Para Rosa (2013), os “kits” são uma estratégia dos organizadores para a corrida pela adesão de mais praticantes em sua prova, uma vez que o número de provas é cada vez maior e a concorrência entre as organizadoras também aumenta.

A exemplo das provas que adotam os “kits” como um diferencial de opção para os corredores, a imagem da Figura 5, retrata uma divulgação de uma prova realizada em Brasília.

Figura 5: Cartaz de divulgação de corrida.

circuito
NIGHT
run
de corridas de rua

BRASIL

ETAPA 02

BRASILIA 05.10

CONFIRA AS OPÇÕES DE KIT

KIT NIGHT RUN

Camiseta Manga Longa,
Sacola de Treino,
Squeeze, Headlamp,
Medalha

KIT VIP

KIT PREMIUM

KIT PLUS

*Os kits Vip, Premium e Plus incluem os itens do Kit Night Run.

f t

INSCREVA-SE JÁ

SUA CORRIDA NO 220v

www.nightrun.com.br

Percurso de 5 e 10K

PATROCÍNIO: **IRONAGE** ISOTÔMICO

APOIO: **greenday** **T**

REALIZAÇÃO: **Associação de Brasília** **N.D.E.C.**

Fonte: Blog corredores de rua adventistas²⁰

Como podemos observar, a organização da prova oferece algumas opções de “kits” diferenciados. Cada um desses “kits”, com produtos diferentes, tem um valor distinto, o que nos passa a ideia de que os “kits” são os produtos a serem adquiridos pelos corredores, e não a corrida em si.

²⁰ Disponível em: <http://corredoresderuaadventistas.blogspot.com.br/2013/09/circuito-nighti-run-de-corridas-de-rua.html> acesso em 21/12/2015.

Porém, esse modelo de abordagem e comercialização das corridas de rua não agrada a todos os corredores. Segundo relatos apresentados na pesquisa de Rosa (2013), há o descontentamento e a posição contrária a essas ações: “Eles cobram caro porque o *kit* é bom. Mas eu não quero *kit*, quero só correr. Já tenho garrafinha, cinto, toalha e mochila” (ROSA, 2013, p. 161).

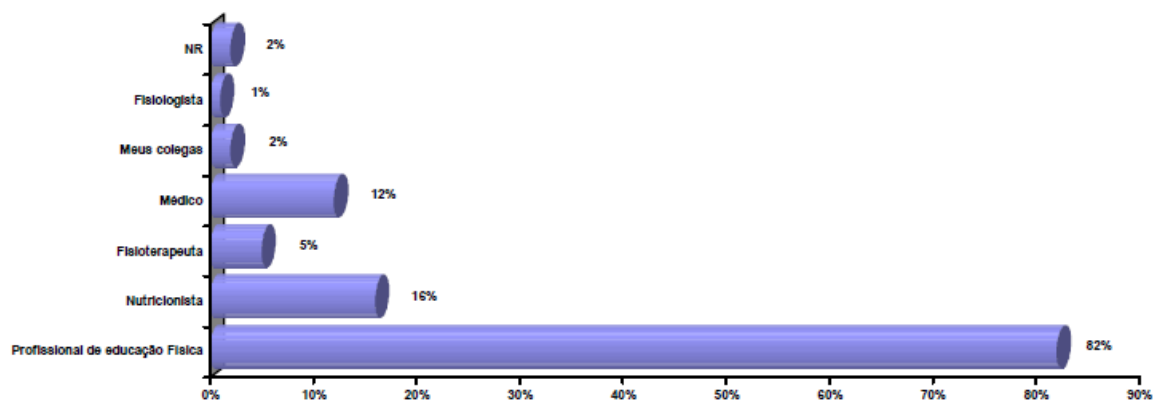
Rosa (2013), afirma ainda que a partir de suas análises, pode supor que, a maioria dos corredores está preocupada de fato com questões técnicas para a realização da prova, como pontos de hidratação, segurança e aferimento do percurso.

A afirmação de Rosa (2013), não deixa de ser uma preocupação relevante dos corredores, mas ao analisar as propostas dos eventos e o perfil dos praticantes, acreditamos que a tendência nas provas de corrida de rua tem sido a alta dos valores de inscrição, incrementadas com itens muitas vezes supérfluos para os corredores, como considera a autora.

Outro ponto de destaque no mercado das corridas de rua é o oferecimento de serviços relacionados à prática. Em estudo realizado por Albuquerque (2007), são vários os setores que prestam serviços diretamente aos corredores em suas práticas da corrida.

Porém, o profissional que aparece com maior indicação - em sua pesquisa com corredores - para fazer um acompanhamento, é o profissional de Educação Física, como apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Distribuição dos entrevistados, quanto à formação profissional de seu acompanhante na prática da corrida de rua.



Fonte: Albuquerque(2007).

É importante lembrar que os dados apresentados são referentes somente aos que responderam que possuem um acompanhamento profissional para a realização da prática da corrida. Essa parcela corresponde a 59% dos corredores que foram pesquisados por Albuquerque (2007).

Dentre os serviços prestados aos praticantes da corrida de rua, uma grande e evidente prestadora de serviços é a assessoria esportiva. Para Lopes (2011), ela entra na categoria de práticas oferecidas ao consumidor, por meio de uma iniciativa privada.

Segundo Cartaxo (2012), as assessorias são diferentes dos serviços oferecidos pelos *personais trainers*. Para a autora, pode haver vários profissionais à disposição do aluno, além do serviço ser prestado a um grupo de pessoas ao mesmo tempo:

A assessoria esportiva funciona de uma forma diferente do personal. O aluno contrata os serviços de um grupo de profissionais, geralmente e mais de um treinador, com estagiários, podendo ter massagistas, nutricionistas, dependendo do porte da assessoria. Esses profissionais possuem um ponto fixo de trabalho, geralmente tendas montadas nos locais próximos as pistas de corrida, ciclovias ou calçadas. Possuem um horário fixo para atender os alunos e atendem um grupo variado de alunos (CARTAXO, 2012. p. 13).

Na pesquisa realizada por Cartaxo (2012), o autor encontrou no ano de 2010, na cidade do Rio de Janeiro, um número de 48 assessorias esportivas com trabalhos voltados à prática da corrida de rua, e dentre elas as mensalidades variavam de R\$ 80,00 a R\$ 160,00 reais.

De modo geral, como apresentamos no decorrer do presente capítulo, a corrida de rua não se restringe ao simples evento. As ações dos agentes que estão envolvidos nessa estrutura são realizadas em todos os instantes, e para a estruturação e realização de uma corrida de rua, são necessários agentes de diversos setores. Existem instituições das mais variadas práticas, e que de alguma maneira intervêm para manutenção ou mudança das condições das práticas da corrida de rua. Dentre elas, encontram-se os representantes do Estado, no caso específico da presente pesquisa, os órgãos representantes do município de Curitiba – PR. Desta forma, no próximo capítulo será apresentado

um levantamento das ações direcionadas ao universo das corridas de rua na cidade de Curitiba, *lócus* do presente trabalho.

3.5. O Estado e as corridas de rua

Ao abordar a relação da corrida de rua com o Estado, precisamos compreender que a modalidade é um exemplar dentro do objeto em que o Estado atua, que é o esporte. Diante disso, precisamos observar qual é a relação do Estado com esse objeto.

Em nosso país, quando pensamos as ações do Estado no campo esportivo, e a partir da consideração do esporte como um direito social, precisamos partir do momento em que o Estado intervém nesse campo. Segundo Manhães (2002) essa intervenção do Estado no campo do esporte ocorre primeiramente no período do Estado Novo (1930 – 1945). Porém, o esporte passa a ser considerado como um “direito social” apenas com a formulação da Constituição Federal em 1988.

Pensando o esporte como um direito social, a Constituição Federal nos diz que:

Art. 217. § 2º É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, [...] II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento (BRASIL, 1988).

O texto da carta magna brasileira em 1988 já apontava para o dever do Estado de fomentar as práticas esportivas. Práticas essas em que a corrida de rua se enquadra como modalidade esportiva. Porém, ao nos atentarmos à corrida de rua, observamos que anteriormente à promulgação da Constituição de Federal 1988, entes representantes do Estado, no caso as prefeituras, já possuíam em suas ações a demanda de organizar eventos.

Em nosso trabalho, podemos observar que eventos de corrida de rua tradicionais no estado do Paraná eram, e são organizados por prefeituras

(ROJO, 2014), como é o caso da Prova Rústica Tiradentes, em Maringá, e a Corrida Pedestre 28 de Janeiro, em Apucarana.

Com olhares voltados à cidade de Curitiba, observamos no relato de Cassou (2008), que no período anterior à década de 1970, o poder público municipal já organizava eventos de corridas de rua no município. Entretanto, vale salientar que recentemente esse protagonismo do Estado em relação às corridas de rua tem se perdido, com cada vez mais a iniciativa privada gerenciando e criando os eventos.

4. AÇÕES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

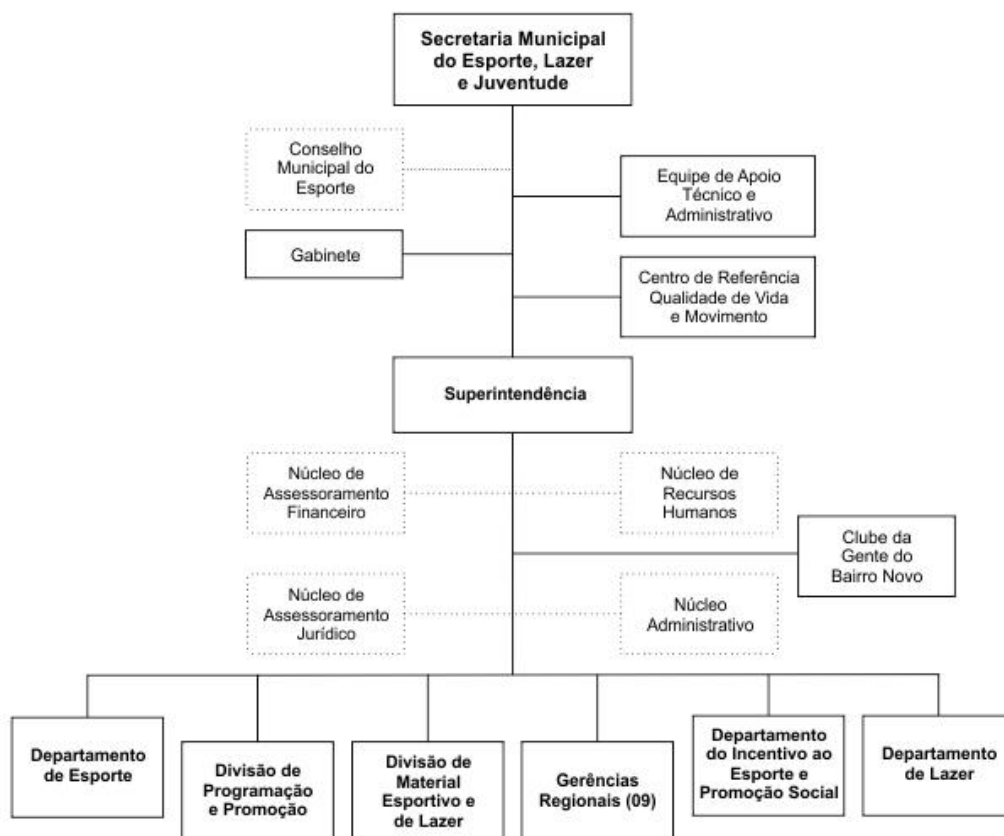
Em um primeiro momento, no qual buscamos realizar um diagnóstico das ações voltadas ao universo das corridas de rua realizadas pelo poder público municipal da cidade de Curitiba, nos deparamos com uma diversidade de intervenções, sendo que essas são, ou foram executadas por diferentes órgãos ligados à prefeitura municipal. São elas: a SMELJ, a Secretaria Municipal de Trânsito (SETRAN), a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), e outros setores e departamentos ligados à elas. Porém, o foco proposto para o presente estudo, se pauta nas ações realizadas pela SMELJ.

A SMELJ em seus relatórios de gestão, durante o período proposto como recorte temporal da pesquisa, apresenta textos diferentes sobre a missão de suas ações, ou seja, acerca do objetivo de suas políticas públicas. Nos relatos referentes aos anos de 2008, 2009 e 2010 apresentava a seguinte redação: “Fomentar práticas de esporte, lazer e atividades físicas ao cidadão curitibano, para o seu bem-estar, promoção social e inserção na sociedade” (CURITIBA, 2008; 2009; 2010).

Já no ano de 2011 um acréscimo importante no texto é apresentado, o trecho em que aponta que o fomento das práticas de esporte, lazer e atividades físicas como um meio para a busca da saúde, para além do bem-estar, da promoção social e da inserção social, como mencionado nos relatórios dos anos anteriores, é incluído (CURITIBA, 2011). Nos anos subsequentes, o mesmo caráter é seguido, em que a promoção da saúde e da qualidade de vida é trabalhada como um dos pilares para as políticas públicas da SMELJ.

Sendo assim, nesse momento apresentaremos a estrutura organizacional da secretaria, para, a partir disso, compreendermos os setores que atuam com ações voltadas às corridas de rua. Na figura a seguir, visualiza-se o organograma atual proposto para a SMELJ:

Figura 6: Organograma SMELJ.

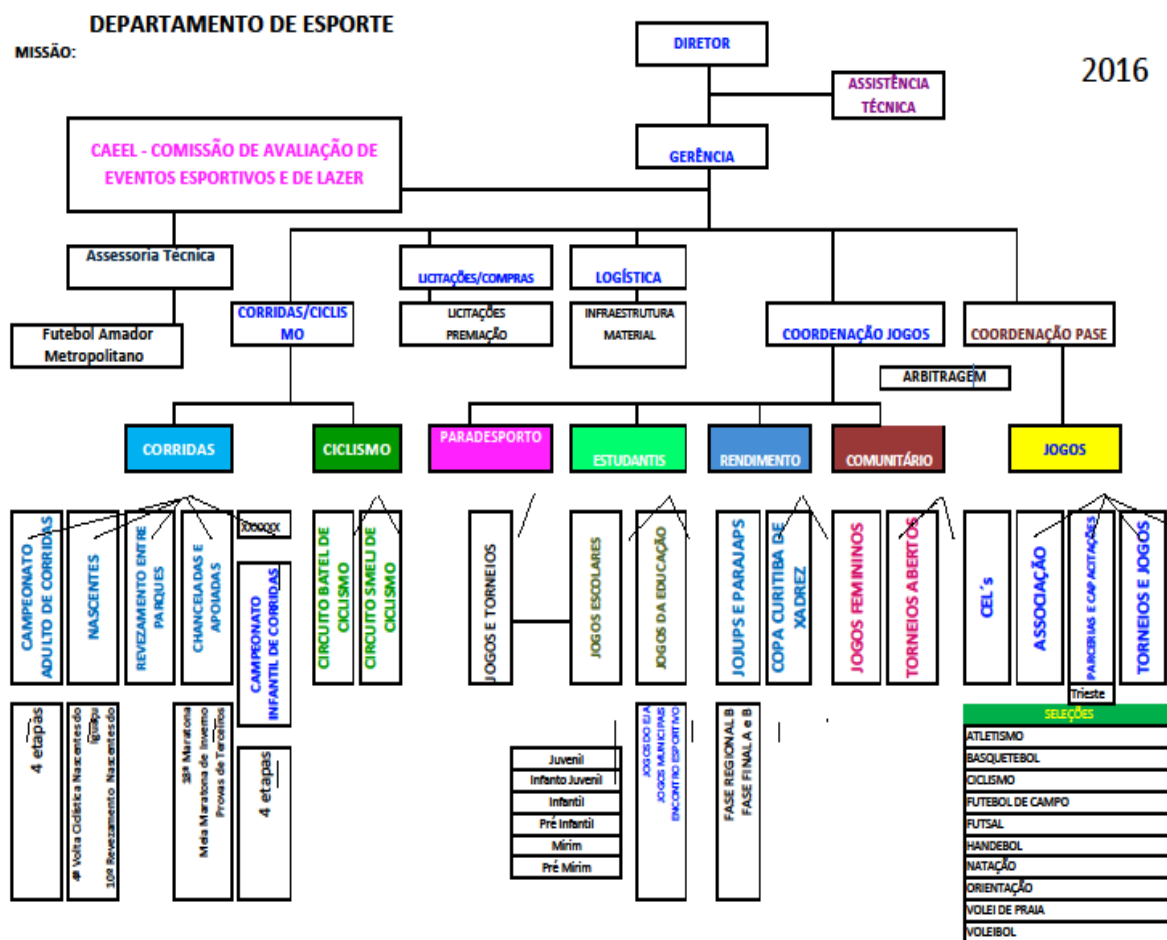


Fonte: IMAP

Ao observarmos o organograma da SMELJ, apresentamos com ele três setores com realizações voltadas às corridas de rua. São eles: o Centro de Referência Qualidade de Vida e Movimento (CRQVM), o Departamento de Esportes e as Gerências Regionais.

No próximo passo, apresentaremos a estrutura organizacional referente ao Departamento de Esporte, setor este com ações importantes para o universo das corridas de rua em Curitiba.

Figura 7: Organograma Departamento de Esporte.



Fonte: SMELJ.

Dentro do Departamento de Esportes, são encontrados vários setores e coordenações. No primeiro diagnóstico realizado para encontrar as ações desenvolvidas para as corridas de rua, localizamos outros dois órgãos com intervenções diretas no universo das corridas de rua, a Comissão de Avaliação de Eventos Esportivos e de Lazer (CAEEL) e a Coordenação de Corridas.

Assim como mencionado anteriormente, as intervenções do poder público municipal no universo das corridas de rua em Curitiba são diversas. Nesse momento, optamos por estruturar o presente trabalho da seguinte forma:

a) apresentar algumas ações, as quais consideramos de impactos indiretos

sobre as corridas de rua no município²¹; b) apresentar as três ações que consideramos de impactos diretos no universo das corridas de rua.

4.1. Ações de impactos indiretos

Para apresentar as ações que julgamos serem de impactos indiretos – ou seja, que apesar de influírem nesse universo, não tem ação direta na prática ou no praticante da corrida de rua - apresentaremos inicialmente atividades promovidas pelo CRQVM. O Centro de Referência faz menção aos seguintes objetivos:

[...] subsidiar os profissionais da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer com estratégias e opções voltadas ao desenvolvimento de atividades físicas, esportivas e de lazer; desenvolver campanhas educativas para aquisição de hábitos saudáveis e estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas afins (CRQVM, 2016a, s.p.).

Como observamos na citação anterior, as atividades do CRQVM são baseadas em ações de suporte aos profissionais envolvidos na aplicação direta das atividades realizadas pela SMELJ, bem como promover atividades educativas para os próprios praticantes. Dentro dessas intervenções, o centro realizou o curso voltado para a capacitação de atletas guias para auxiliar indivíduos com deficiência visual.

²¹ As ações que serão apresentadas a seguir são consideradas de menor impacto, considerando a ótica proposta pelo nosso trabalho. Porém não pretendemos aqui inferir a elas graus de maior ou menor importância em relação as demais.

Figura 8: Chamada para curso para Atleta-Guia SMELJ.

CURSO ATLETA-GUIA

Curso destinado a corredores que desejam acompanhar atletas deficientes visuais nas corridas de rua.

**PALESTRANTE:
PROF. RODERLEY FERREIRA**

Data: 11/06/2016 - Sábado
Horário: 8h00 às 12h00
Local: CRQVM (Centro de Referência e Qualidade de Vida e Movimento)
Endereço: Rua Augusto de Mari, 2150, Vila Guaíra
Inscrições: paradesporto@smelj.curitiba.pr.gov.br
Informações: 3350-3706

Fonte: SMELJ.

O curso ofertado pelo CRQVM teve sua segunda edição no ano de 2016. Segundo CRQVM (2016b), devido ao fato de a atuação como atleta-guia ser voluntária, são poucos os interessados a dedicar-se a essa atividade. Ainda para o centro, a proposta de promover o curso, se justifica pelo fato do baixo número de indivíduos com DV participando das corridas organizadas pela SMELJ, isso se comparados ao total de indivíduos com DV existentes na cidade de Curitiba.

A capacitação trazida pelo CRQVM, por mais que seja realizada em um curto espaço de tempo, abrange diversos aspectos que podem auxiliar na atuação do voluntário para atuar como guia. São apresentadas as regras, os limitantes, bem como foram realizadas atividades práticas de iniciação do guia interessado em atuar como vidente para indivíduos com DV em práticas de corridas de rua.

Além do curso voltado à capacitação de atletas-guias, é realizada sob a supervisão do CRQVM, ações que vão desde pesquisas à discussões sobre as intervenções da SMELJ. Dentre as pesquisas realizadas, existe uma sobre o perfil do corredor de Curitiba, que seria uma forma de balizar as futuras ações dos profissionais que estão no fim do sistema, ou seja, os que aplicam as práticas e organizam os eventos.

A existência de um grupo de estudos que busca discutir temas relacionados às corridas de rua na cidade de Curitiba, nos chama a atenção. Tal fato transpassa uma ação que busca realizar diagnóstico das conjunturas em vigência, buscando assim propostas para reformular ou manter os programas ofertados pela SMELJ. Tal contexto, ao nosso juízo, pode ser compreendido como uma das fases do ciclo da política pública, a avaliação, conforme aponta Frey (2000).

Ainda dentro das ações diagnosticadas que consideramos de impacto indireto no universo das corridas, se refere a uma intervenção realizada por parte de um órgão externo a SMELJ. Trata-se do Decreto Nº 1150, que tem a SETRAN como aparelho legal para sua vigência.

Em síntese, o decreto municipal em vigor desde novembro de 2015, tem como objetivo estabelecer “no âmbito do Município de Curitiba, normas para a concessão de prévia permissão para realização de evento em via aberta à circulação” (CURITIBA, 2015b, p. 1). No texto do documento regulatório entendem-se eventos como:

[...] toda e qualquer atividade ou manifestação geradora de agrupamento de pessoas, por qualquer meio e para fins esportivos, recreativos, culturais, sociais, cívicos, políticos e religiosos, realizada em via aberta à circulação ou em local fechado, que interfira nas condições de normalidade das vias do Município, perturbando ou interrompendo a livre circulação de pedestres e/ou veículos, ou colocando em risco a segurança de pessoas e bens e que demande bloqueio parcial ou total de via urbana (CURITIBA, 2015b, p. 1).

Para realização dos eventos esportivos, nos quais se enquadram as corridas de rua, o decreto, além de cobrar documentos e planejamentos técnicos para a utilização das vias e espaços públicos, ainda solicita dos organizadores o recolhimento de um valor de R\$42,00 referente aos custos operacionais que permitem a realização do evento, bem como o valor estipulado como caução para possíveis danos que possam vir a acontecer na via.

Como observamos, as ações apresentadas não influenciam diretamente na estrutura existente no universo das corridas de rua. Porém, são intervenções que podem atingir os interessados em ingressar na prática da modalidade, e ainda fomentam e estruturam a atividade de profissionais ligados

à corrida, como também, regulam as atuações de empresas organizadoras de eventos de pedestrianismo.

As próximas ações, ou políticas públicas, que serão apresentadas nos tópicos a seguir, são intervenções que, a partir de nossa leitura, podem gerar impactos diretos no universo das corridas de rua. São eventos de corridas realizados pela SMELJ, a CAEEL, e os programas de treinamento de corridas de rua ofertados por setores da SMELJ.

4.2. As corridas da SMELJ

A realização de eventos é uma estratégia de ação adotada por muitas cidades para ofertar a prática esportiva à comunidade (MEZZADRI *et al*, 2006). Este fato não é diferente no caso de Curitiba, também nas corridas de rua. Diante disso, nesse momento será apresentada essa forma de atuação.

A SMELJ desenvolve anualmente uma série de eventos de corridas de rua. Estes serão apresentados individualmente, demonstrando suas peculiaridades e como são desenvolvidos. Entre os eventos de responsabilidade da secretaria estão: Circuito Infantil de Corrida de Rua; Circuito Adulto de Corridas de Rua; Maratona de Curitiba; entre outros.

4.2.1. Crianças nas ruas

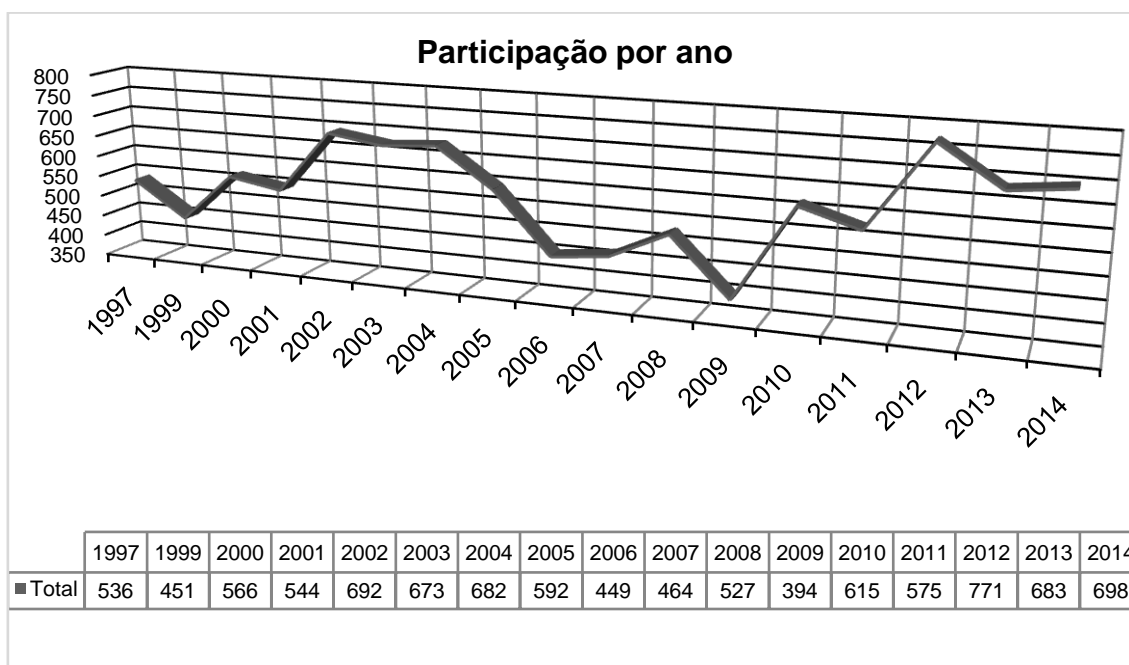
O Circuito Infantil de Corridas de Rua é uma das ações desenvolvidas pela SMELJ em relação às corridas de rua na cidade de Curitiba. Esta ação não é uma realização recente da secretaria. Segundo os relatórios, mesmo com nomes diferentes, o circuito já acontecia desde meados de 1980 (CURITIBA, 1995).

No ano de 1995, o então Festival Infantil de Corridas Rústicas, estava em sua 9ª edição (CURITIBA, 1995), o que nos permite compreender que próximo a 1986 surgiu o evento. O início do desenvolvimento da atividade é anterior à criação da secretaria responsável pelo desenvolvimento do esporte e lazer. Tal fato mostra que mesmo antes de existir um órgão, o esporte e a corrida de rua já faziam parte da agenda política dos gestores públicos do município.

Ao observar o desenvolvimento da ação em um sentido de continuidade, atualmente, o festival denominado Circuito Infantil de Corrida de Rua, estaria chegando a 30 anos de realizações, o que mostra que mesmo as mudanças no comando das gestões municipais não motivaram o fim da realização da atividade.

Durante todo o período da realização das corridas infantis na cidade de Curitiba houve participação de um número próximo de 500 crianças. Porém, nas últimas edições nota-se um crescimento na média de crianças por etapas do Circuito, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Média de participantes por etapa/ano (Infantil).



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos relatórios de gestão²².

O gráfico apresentado descreve a participação por etapas do Circuito Infantil. Para chegar aos números expostos foi realizada a soma da participação de todas as etapas, e posteriormente, feita a divisão pela quantidade de etapas de cada ano. Isso se deve, pois, ao fato de que o número de etapas realizadas difere de um ano para o outro. Atualmente são realizadas quatro etapas ao ano.

²² A ausência dos dados de alguns anos se deve ao fato de não constar os números nos relatórios referentes ao ano em questão.

Para compreender as realizações destes eventos, buscamos conhecer os objetivos propostos para eles. De acordo com o regulamento do circuito válido para o ano de 2015, o qual é semelhante aos dos anos presentes no recorte temporal, afirma-se em seu primeiro artigo:

Art. 1º O Circuito INFANTIL de Corridas de Rua CURITIBA 2015 da Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude da Prefeitura Municipal de Curitiba, têm como objetivos difundir na Comunidade a prática da atividade física e favorecer o intercâmbio esportivo e cultural (CURITIBA, 2015c, s/p.).

Como podemos observar no trecho retirado do regulamento do circuito, os objetivos propostos são abrangentes, ou seja, podemos dizer que soam genéricos, uma vez que se pautam em difundir a prática da atividade física à comunidade. Tal fato revela que, mesmo a Coordenação de Corrida de Rua sendo um braço do departamento de esportes, a corrida de rua é abordada como uma atividade física para as crianças, e não como uma modalidade esportiva. Essa percepção vai de acordo com a pluralidade existente.

Outro ponto apresentado no regulamento, se refere às categorias por faixa etária para a participação das crianças nos eventos, como podemos observar no artigo 15.

Art. 15º São Categorias do Circuito INFANTIL de Corridas de Rua CURITIBA 2015:
MASCULINA e FEMININA
A) Juvenil (4.000m) - nascidos em **1999 e 2000**
B) Infanto-juvenil (3.000m) - nascidos em **2001**
C) Infantil (2.000m) - nascidos em **2002**
D) Pré-infantil (2.000m) - nascidos em **2003**
E) Mirim (1.500m) - nascidos em **2004**
F) Pré-mirim (1.000m) - nascidos em **2005**
G) Petis (600m) - nascidos em **2006**
H) Estreantes (300m) - nascidos em **2007**(CURITIBA, 2015c, s/p).

Como aponta o artigo 15º do regulamento, são aceitas crianças com idade mínima de 8 anos, até os 15 anos de idade, sendo este recorte etário subdividido em oito categorias, nas quais se diferenciam as distâncias para cada uma delas.

Outro ponto de grande importância para a nossa discussão são os limites de inscrições, ou seja, o número de vagas ofertadas para a participação das crianças. Segundo o documento são destinadas, respeitando as técnicas referentes ao percurso e a segurança dos participantes, um número de 1.400 vagas para cada etapa do evento (CURITIBA, 2015c). Aqui vale lembrar que, o número de vagas ofertadas, em comparação com a média da participação dos últimos anos, é o dobro. Tal fato permite inferir que a participação ainda é baixa para as expectativas da SMELJ, e nos permite dizer que há espaço para inclusão de novas crianças nos eventos.

Ainda sobre as inscrições para a participação no circuito, devemos considerar que a SMELJ não realiza a cobrança para inscrição nas provas, o que podemos entender como um cumprimento do que é exposto pela Constituição Federal, segundo a qual a SMELJ está fomentando a prática para toda a população que tem interesse pela modalidade.

Outro ponto relevante é que, mesmo com os objetivos do regulamento voltados para o fomento da prática de atividade física, a competitividade é observada no texto do documento. É prevista a premiação para as etapas do circuito, bem como a existência de um ranking que culmina em uma premiação ao fim do campeonato. Diante disso, podemos observar que o esporte como competitividade é fomentado pela ação em questão da SMELJ.

4.2.2. Brincadeira de gente grande

Semelhante ao Circuito Infantil de Corridas de Rua, a SMELJ também desenvolve o evento voltado ao público adulto. O Circuito de Corridas de Rua Curitiba, se constitui de provas de distâncias de 5km e 10km (CURITIBA, 2016a).

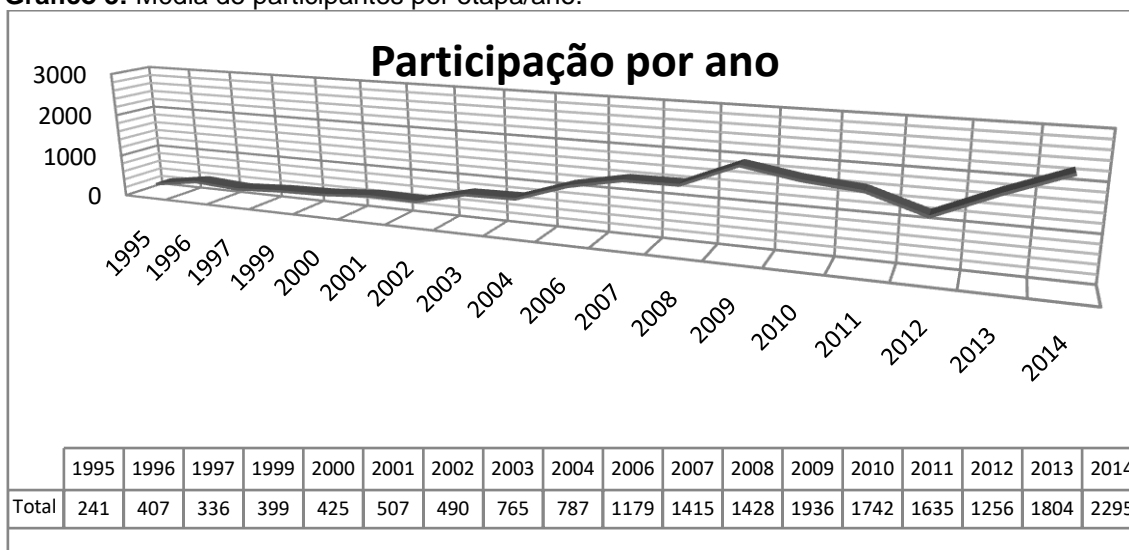
Assim como no infantil, o desenvolvimento das ações referentes aos circuitos de corridas de rua é anterior ao surgimento da secretaria responsável pelo setor esportivo em Curitiba. No ano de 1995, o então Campeonato Adulto de Corridas Rústicas estava em sua 14ª edição (CURITIBA, 1995).

Mesmo com as trocas de nomes, as alterações nos números de etapas, entre outros aspectos, o desenvolvimento da ação não deixou de ser realizado com as mudanças do comando das gestões municipais.

Considerando uma continuidade histórica do circuito, atualmente, no ano de 2016, estaria completando sua 35ª edição.

Diferentemente do encontrado no circuito infantil, o adulto conta com uma imagem de aumento no número de participantes. A partir dos dados disponibilizados nos relatórios da Prefeitura Municipal de Curitiba, podemos observar no gráfico seguinte esse cenário.

Gráfico 3: Média de participantes por etapa/ano.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos relatórios de gestão.

O gráfico exposto, retrata que a participação no circuito de corridas de rua de Curitiba se constitui em um cenário semelhante ao que vem ocorrendo nas demais corridas em território nacional, mostrando o aumento no número de participantes a cada ano. Durante o tempo em que foram realizados verificamos números de etapas diferentes para cada ano. Mas, atualmente, são realizadas quatro etapas ao ano (CURITIBA, 2015d; 2016a).

No que tange aos objetivos propostos pela SMELJ com a realização do circuito, os textos encontrados nos regulamentos são semelhantes ao encontrado no regulamento referente ao Circuito Infantil de Corridas de Rua. O que, como vimos, valoriza a difusão da prática esportiva. Mas, como frisamos anteriormente, da mesma maneira que ocorre no infantil, a dimensão que valoriza a competição está presente, caracterizada pelas ofertas de premiações

com troféus em cada etapa, bem como a constituição de um campeonato a partir do ranking das etapas²³ (CURITIBA, 2015d; 2016a).

Quando voltamos os olhares para a abrangência da participação, observamos que a participação no circuito adulto é destinada a pessoas com idade mínima de 16 anos²⁴. Ainda no que tange às categorias de participação, é interessante ressaltar o avanço no que se refere à categoria de pessoas com deficiência.

Tabela 3: Lista das categorias para pessoas com deficiência.

CAD - Cadeirante
DEV - Deficiente Visual
AMPI - Amputados de Membros Inferiores
DMAI - Deficiente Andante de Membro Inferior
DI - Deficiente Intelectual
DMS - Deficiente Membro Superior
DAU - Deficiente Auditivo

Fonte: Curitiba (2016^a).

No regulamento referente ao ano de 2015, o circuito contava com apenas duas categorias destinadas a esse público, sendo elas para cadeirantes e deficientes visuais (CURITIBA, 2015d). Já no regulamento de 2016, como é apresentado na tabela, o circuito conta com sete categorias destinadas ao público de pessoas com deficiência. Esse fato nos mostra a tentativa de buscar atender à universalidade contida no esporte, o que é potencializado nas corridas de rua.

Outra interessante alteração nos regulamentos de 2015 para o de 2016 é a quantidade de vagas disponibilizadas aos praticantes interessados em participar do evento. O que no ano de 2015 variava de 2.500 a 3.500 vagas (CURITIBA, 2015d), em 2016 passou a ser de 4.000 vagas (CURITIBA, 2016a).

²³ O campeonato realizado com os rankings é apenas para as provas de 10km.

²⁴ A idade mínima de 16 anos é referente aos participantes das provas de 5km. Para os 10km a idade mínima é de 18 anos.

Esse dado nos mostra que há uma tentativa por parte da SMELJ em acompanhar o crescimento do número de praticantes, para que assim possibilite maior participação dos praticantes da corrida de rua em Curitiba.

Assim como observado no circuito infantil, as inscrições para a participação no circuito adulto são gratuitas, o que nos leva a entender a busca do órgão ao cumprimento do que é exposto pela Constituição Federal, pois há o fomento da prática para toda a população que tem interesse pela modalidade.

Entretanto, a oferta gratuita da inscrição para a participação nos traz à tona um ponto de discussão. Para isso, nos reportamos primeiramente aos gastos da SMELJ com a realização das etapas do circuito, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 4: Valores para realização do Circuito Adulto de Corridas de Rua.

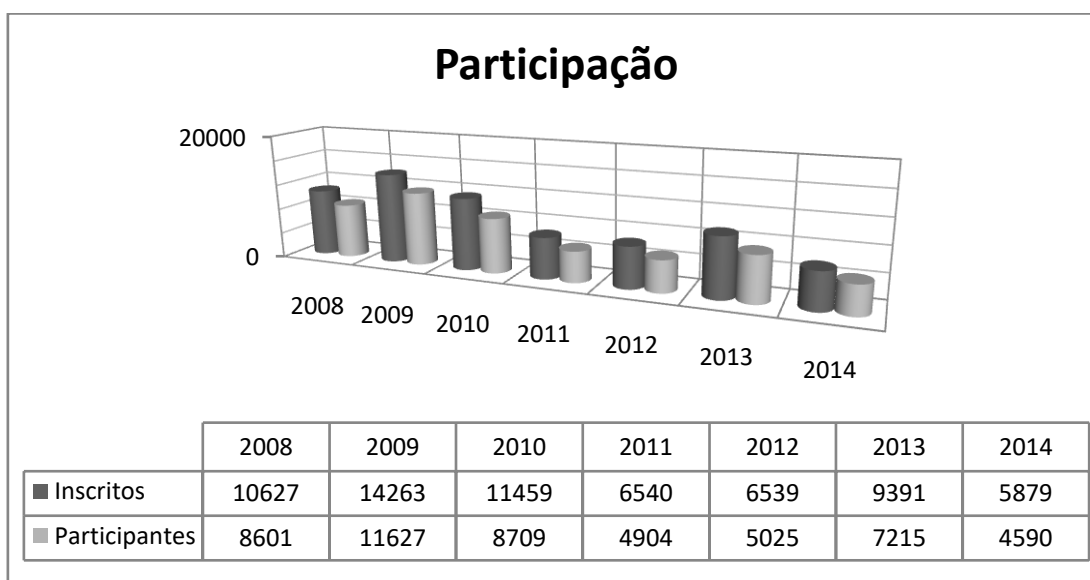
Infra Estrutura / Recurso Humano	Quantidades				Valor Unitário	Valor total das 4 etapas
	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	4ª etapa		
gradil (unid. 50m)	6	7	6	8	R\$ 262,70	R\$ 7.092,90
caixa d'água (48 copos 200ml)	350	350	350	350	R\$ 11,70	R\$ 16.380,00
cronometragem eletrônica	4000	4000	4000	4000	R\$ 6,70	R\$ 107.200,00
palco com cobertura	1	1	1	1	R\$ 4.184,00	R\$ 16.736,00
medalhas de 9cm	134	134	134	134	R\$ 6,00	R\$ 3.216,00
medalhas de 6cm	4000	4000	4000	4000	R\$ 3,40	R\$ 54.400,00
sonorização	2	2	2	2	R\$ 649,00	R\$ 5.192,00
ground box trans	1	1	1	1	R\$ 350,00	R\$ 1.400,00
banheiros químicos	40	40	40	40	R\$ 63,90	R\$ 10.224,00
período arbitragem atletismo (4h)	10	10	10	10	R\$ 84,20	R\$ 3.368,00
aferição de percurso	1	1	1	1	R\$ 600,00	R\$ 2.400,00
troféu de 30 cm	4	4	4	28	R\$ 27,90	R\$ 1.116,00
troféu de 35 cm	4	4	4	28	R\$ 35,90	R\$ 1.436,00
troféu de 40 cm	4	4	4	28	R\$ 42,90	R\$ 1.716,00
Ambulância	2	2	2	2	R\$ 906,71	R\$ 7.253,68
Lanches	80	80	80	80	R\$ 5,30	R\$ 1.696,00
Publicidade (banners)	1	0	0	0	R\$ 380,00	R\$ 380,00
Nº DSR (recurso humano)	264	264	264	264	R\$ 10.631,24	R\$ 42.524,96
						R\$ 283.731,54

Fonte: Esporte (2015), retirado do projeto técnico de Batista (2016).

Como pode ser observado na tabela acima, os gastos anuais, apenas com as quatro etapas do circuito adulto, somam valores superiores a 280.000,00 reais. Mas qual o questionamento nesse sentido?

O dado que iremos apresentar a seguir nos leva a realizar reflexões sobre o comportamento do indivíduo em relação à gratuidade da inscrição do evento. A seguir apresentaremos o gráfico concernente ao volume de ausências nas edições do evento.

Gráfico 4: Números de inscritos/ participantes.



Fonte: SMELJ.

No ano de 2008, o número de inscritos que não compareceram no dia do evento superou 2000 atletas, soma essa que corresponde a mais de 19% de desistência. O índice de abandono, mesmo em 2014, superou a casa dos 20%. Tais dados nos levam a questionar se a gratuidade da inscrição faz com que o indivíduo não se furte em se ausentar do evento, por não ter maiores danos.

Essa reflexão se torna importante ao percebermos que as inscrições para o circuito se esgotam em espaço curto de tempo, assim, podemos ter a leitura de que os que possuem acesso à *internet* as fazem com maior agilidade. Além disso, o inscrito que não comparece pode estar ocupando o direito de outro cidadão à prática da modalidade de forma oficializada. Tais reflexões ainda podem ser potencializadas ao pensarmos no custeio da organização dessas provas, como podemos observar anteriormente na tabela com os demonstrativos de gastos. Este fato, acreditamos ser relevante para medidas futuras dos organizadores da SMELJ.

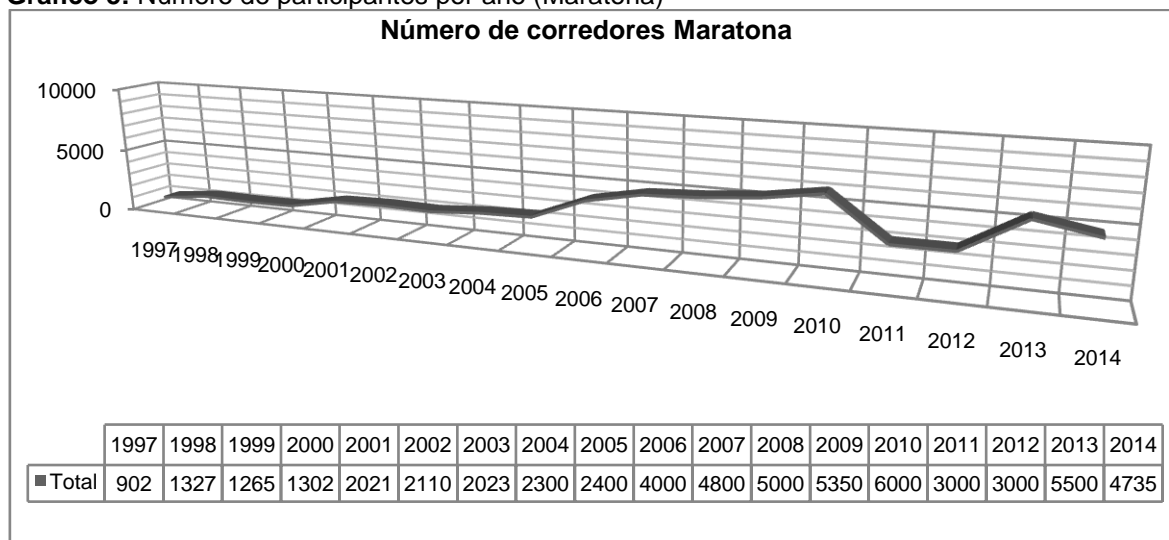
4.2.3. Maratona

A Maratona de Curitiba é outro evento com direitos da SMELJ. A prova foi criada em 1997 (MATHOSO; MATHOSO, 2008) e se consolida como uma das poucas maratonas existentes em território brasileiro. A competição, que é de responsabilidade da SMELJ, tem particularidades em sua trajetória, o que será discutido nesse tópico.

A Maratona de Curitiba, que em seus anos iniciais tinha como nome “Maratona Ecológica Curitiba”, foi criada com o intuito de integrar o homem, o esporte, a cidade e a natureza (SIQUEIRA, 1997). Com esse foco, e levando em consideração a extensão de seu percurso, o evento tem seu trajeto traçado por diversas regiões da cidade, contemplando pontos turísticos, parques, praças, entre outros.

Durante alguns anos a prova foi ganhando adeptos, e caiu no gosto dos corredores brasileiros. Segundo Lourenço (1997), a maratona já estava entre as melhores provas do país. A participação tinha incremento no número de praticantes a cada edição, como observamos no gráfico 5:

Gráfico 5: Número de participantes por ano (Maratona)



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados dos relatórios de gestão.

Como podemos observar, a linha crescente tem seu pico em 2010 com a participação de 6000 atletas. Porém, vale ressaltar que a partir de 2006 são

incluídas no evento distâncias menores (CURITIBA, 2006; 2007; 2008). Tal medida amplia a possibilidade de participação de praticantes com menor tempo de prática e menor carga de treinamentos, por exemplo.

Entretanto o que salta aos olhos é a queda drástica no número de participantes, em um período em que o aumento de praticantes é muito notado por pesquisadores (ROJO, 2014). Porém, na tentativa de encontrar justificativas para essa curva negativa, observamos no texto do relatório anual de gestão correspondente ao ano de 2011, uma mudança drástica no que tange à organização da Maratona de Curitiba.

O relatório afirma que a “realização da Maratona CAIXA de Curitiba, de forma chancelada, ou seja, com apoio de órgãos públicos e empresas, permitiu redução de gastos e ampliação dos investimentos na melhoria da qualidade das provas” (CURITIBA, 2011, p. 398). Em um primeiro momento, observamos que o termo chancela, seria uma forma de receber apoio de outros setores para reduzir os gastos e melhorar os investimentos e, conseqüentemente, a qualidade do evento. Na edição de 2012 do relatório, novamente o discurso utilizado é o mesmo, a busca de redução de gastos e melhoria na qualidade da estrutura, utilizando o que eles denominam de “moderno instrumento de gestão pública” para realizar “uma competição revitalizada e atualizada” (CURITIBA, 2012, p. 324).

Como observamos, nos relatórios não fica claro o que seria a chancela da Maratona de Curitiba, mas ao observamos a utilização do termo para se referir aos eventos organizados por empresas privadas temos uma leitura limitada devido à ausência de informações mais precisas. Porém a partir de certa coerência que o termo “chancela” estaria relacionado à permissão para outro indivíduo/instituição realizar a tarefa. Para o caso da Maratona de Curitiba, a chancela seria a transferência da responsabilidade na organização do evento para terceiros. O que de acordo com Kian (2006), é o sentido amplo do conceito de terceirização.

Assim como exposto no relatório de gestão, que justifica o modelo de gestão adotado para a realização do evento afirmando que o objetivo da tomada de decisão é derivado da busca pela redução de gastos e melhoria na qualidade da estrutura, Kian (2006) aponta que a utilização de tais instrumentos visa diminuir os encargos reservados ao Estado. Porém, ao

analisar o caso da Maratona, observamos que o real intento é conceder o direito da organização do evento para terceiros, e com isso não apenas reduzir os custos do serviço, mas também ausentar essa demanda do poder público.

Nesse sentido, salientamos que alguns cuidados devem ser tomados quando adotada tal postura. Critérios precisam ser estabelecidos quando proposto o edital de concessão, visando a possibilidade de participação no evento de todos os perfis de indivíduos interessados na prática da modalidade, uma vez que empresas especializadas nesse tipo de serviço tem seu perfil de consumidor e não pode utilizá-lo como padrão em detrimento dos demais cidadãos.

4.2.4. Outras provas

Para os fins do presente estudo, optamos por apresentar primeiramente os circuitos de corrida de rua (adulto e infantil) e o caso da Maratona de Curitiba. Porém, quando nos referimos aos eventos de corridas de rua promovidos pela SMELJ, não nos limitamos apenas a eles. Ao buscarmos nas fontes, observamos que a relação do poder público municipal com a promoção de eventos de pedestrianismo não é recente. Como vimos no caso dos circuitos, anteriormente existiam outras provas realizadas pela prefeitura em Curitiba.

De acordo com Cassou (2008), no ano de 1978 foi realizada a primeira corrida rústica popular na cidade. O evento contou com 54 “concorrentes”. Já nas páginas dos relatórios de gestão encontramos outros exemplos de provas organizadas pelo poder público municipal. É o caso da Corrida Rústica dos Garis (CURITIBA, 1995), Corrida dos Garçons (CURITIBA, 1996), e a Corrida dos Pias (CURITIBA, 1997).

Atualmente, o cenário das corridas de rua promovidas pelo poder público municipal conta com quatro eventos, além dos já abordados anteriormente. São eles: Corrida de Revezamento das Nascentes do Iguaçu, Corrida de Revezamento entre Parques, 25k Entre Parques, e a Meia-Maratona de Curitiba.

A Corrida de Revezamento das Nascentes do Iguaçu foi criada no ano de 2005 (CURITIBA, 2005). Segundo o relatório de gestão, o evento buscava

promover a integração entre os municípios da região metropolitana (Piraquara, Quatro Barras, Colombo, Almirante Tamandaré, Campo Magro) junto à capital. Atualmente, o percurso da prova passa por nove municípios (Piraquara, Quatro Barras, Pinhais, Campina Grande do Sul, Bocaiúva do Sul, Colombo, Almirante Tamandaré, Campo Magro e Curitiba) totalizando 108 km. A participação na corrida se dá por meio de equipes compostas por um número mínimo de 08 e no máximo 12 atletas, sendo que o valor cobrado pela inscrição é de 720,00 reais por equipe (CURITIBA, 2016b).

Já a Corrida de Revezamento Entre Parques, chega em 2016 em sua 10ª edição. O evento promovido pela SMELJ tem como objetivo, além de promoção da atividade física, divulgar os parques existentes na cidade (CURITIBA, 2016^c). De acordo com o regulamento da prova, o percurso tem uma distância de 25 km e passa por cinco parques de Curitiba. A participação é realizada em quartetos ou em duplas, abrangendo também indivíduos com deficiência. A inscrição para a corrida é gratuita.

Realizado no mesmo dia e no percurso do Revezamento Entre Parques, os 25k foi criado em 2015. A distância deve ser percorrida por um único atleta, que assim como no revezamento, não tem dispêndio com valores monetários em sua inscrição (CURITIBA, 2016d). Mesmo sendo posta como uma corrida alheia ao revezamento, temos a leitura que indica que sejam entendidas como um único evento, pois são realizadas na mesma estrutura, com as mesmas despesas por parte da organização. O que muda é a característica, uma é individual e a outra realizada em equipes, por isso dois regulamentos diferentes.

O caso que ocorre na Maratona de Curitiba, se repete na situação da Meia-Maratona. Criada em 2011, e com os direitos reservados a SMELJ, o evento também é realizado por organizadoras terceirizadas, sendo enquadradas como corridas chanceladas.

4.3. Comissão de Avaliação de Eventos de Esporte e Lazer (CAEEL)

A Comissão de Avaliação de Eventos de Esporte e Lazer (CAEEL) foi instituída pelo Decreto nº 1643. O presente documento versa sobre os requisitos e procedimentos a serem observados para a concessão de apoio

institucional a eventos de esporte e lazer pelo município de Curitiba, representado pela SMELJ (CURITIBA, 2013a).

A CAEEL se constitui atualmente como um órgão que exerce grande influência na estrutura das corridas de rua dentro do município de Curitiba. Suas ações são significativas no que se refere às realizações de eventos, sejam eles públicos, privados ou de qualquer outra natureza, que venha a ser realizado no município. Por tais motivos, a presente seção deste estudo, pretende discutir sobre o funcionamento da comissão.

Segundo o decreto, a criação da CAEEL foi considerada devido aos seguintes itens:

- Considerando a grande procura de apoio institucional do Município de Curitiba, por meio da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, para a realização de eventos de esporte e lazer por particulares;
- Considerando que com o apoio do Município, os particulares adquirem credibilidade perante a sociedade;
- Considerando que a Administração Pública rege-se pelos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e impessoalidade;
- Considerando a grande procura por realização de eventos esportivos e de lazer em parques, praças e ruas da cidade;
- Considerando a necessidade de regulamentar a realização dos eventos de esporte e lazer (CURITIBA, 2013a. p. 01).

Ao observamos os pontos apresentados no Decreto nº 1643 surgem algumas reflexões. O primeiro ponto a ser considerado no texto é que a necessidade de decretar a criação da comissão em função da grande procura de apoio da prefeitura, ou seja, da SMELJ, para a realização de eventos por particulares, nos indica que é crescente a procura por organizar esse modelo de evento no município de Curitiba.

É notável no texto que uma das aspirações do poder público municipal de Curitiba é fomentar a realização deste modelo de evento na cidade, uma vez que no manuscrito do presente decreto relata-se a preocupação em fornecerem uma maneira de adquirir credibilidade, por parte dos organizadores dos eventos, perante à sociedade curitibana.

Outros pontos do documento chamam a atenção para a criação da CAEEL. É observada pelo poder público municipal a necessidade de regulamentação da realização desses eventos, uma vez que há uma grande

ascensão do número de eventos, e estes são realizados, em sua maioria, em áreas sob responsabilidade da prefeitura (parques, praças e ruas da cidade).

A CAEEL, como vimos anteriormente, busca ser um órgão de avaliação e concessão de apoio institucional para realização de eventos em espaços públicos por particulares. Porém, para avaliação dos pedidos encaminhados são selecionados os membros que constituem a comissão.

§1.º São membros da CAEEL:

- I - 1 membro indicado pelo Departamento de Esporte da SMELJ;
- II - 1 membro indicado pelo Departamento de Lazer da SMELJ;
- III - 1 membro indicado pelo Departamento de Incentivo ao Esporte da SMELJ;
- IV - 1 membro indicado pela Secretaria Municipal de Trânsito - SETRAN;
- V - 1 membro indicado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA;
- VI - 1 membro indicado pela Federação de Atletismo do Paraná - FAP;
- VII - 1 membro indicado pela Federação Paranaense de Ciclismo – FPC (CURITIBA, 2015e, p. 01).

Os membros da CAEEL, observados na citação anterior, são indicados por diferentes instituições envolvidas com eventos realizados em espaços públicos em locais abertos. Dos sete membros da comissão, três são indicados por setores representantes da SMELJ. Outros dois são representantes de órgãos ligados ao poder público municipal, um indicado pela SMMA e outro pela SETRAN.

Além dos representantes indicados por órgãos públicos, fazem parte da CAEEL indivíduos ligados às federações esportivas relacionadas às modalidades que tem eventos realizados nesse contexto. São eles, um indicado pela Federação de Atletismo do Paraná (FAP) e outro proposto pela Federação Paranaense de Ciclismo (FPC).

Ao considerarmos a existência de uma comissão de avaliação em que se busca a escolha de eventos para serem realizados no município devido à grande procura pelas datas disponíveis, uma vez que o cenário se apresenta saturado como observado no capítulo anterior, não conseguimos ter a leitura de uma representatividade efetiva dentro da comissão. Os membros da

comissão são indicados por órgãos públicos e pelas federações das modalidades, porém, não se considera na escolha dos eventos o posicionamento dos representantes dos treinadores (ATCC), bem como não há representatividade por parte dos praticantes das modalidades.

Mesmo com uma representatividade contestada em sua plenitude, observamos nas diretrizes apresentadas pela CAEEL no ano de 2016 que há critérios pré-estabelecidos para o deferimento dos pedidos para a realização dos eventos. O documento apresenta um quadro com os critérios de pontuação para a composição no ranking.

Figura 9: Quadro de pontos para ranqueamento

ANTIGUIDADE (ANOS DE PROVA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES	PENALIDADES
+ 15 = 10 PONTOS	+ 4.000 = 07 PONTOS	Relatório Negativo SETRAN= - 02 a -07 Pontos
14/15 = 09 PONTOS	3.500 a 3.999 = 06 PONTOS	Relatório Negativo FAP = - 02 a -07 Pontos
12/13 = 08 PONTOS	3.000 a 3.499 = 05 PONTOS	Relatório Negativo SMMA= -02 a -07 pontos
10/11 = 07 PONTOS	2.500 a 2.999 = 04 PONTOS	
08/09 = 06 PONTOS	2.000 a 2.499 = 03 PONTOS	Atraso na entrega da documentação necessária (formulário 01) = - 02 pontos
06/07 = 05 PONTOS	1.500 a 1.999 = 02 PONTOS	
04/05 = 04 PONTOS	1.000 a 1.499 = 01 PONTO	Não entrega da documentação necessária (formulário 01) = - 04 pontos
03 = 03 PONTOS	< ou = a 999 = 00 PONTO	
02 = 02 PONTOS		
01 = 01 PONTO		
00 = 00 PONTO		

Fonte: CAEEL

A tabela de pontuação proposta pela CAEEL valoriza dois aspectos importantes na realização de corridas. São maiores pontuados os eventos mais antigos, valendo lembrar que a data indicada para as maiores pontuações antecede a criação da comissão, e também os eventos com maior alcance em número de participantes. A terceira coluna da tabela, refere-se às penalidades que os eventos já realizados anteriormente sofrem, e o número de pontos é subtraído da pontuação final do ranking. Em síntese, a fórmula proposta para a classificação dos projetos de eventos propostos é “antiguidade + número de participantes – penalidades” (CAEEL, 2015).

De maneira direta, os projetos com maiores pontuações têm prioridade na escolha das datas apresentadas disponibilizadas no calendário anual para a realização do seu evento. Dessas datas, 90% são destinadas aos projetos melhores ranqueados e os 10% restantes são voltados para sorteio entre os demais projetos (CAEEL, 2015).

Para além da responsabilidade de estabelecer critérios e escolher os eventos a serem realizados na cidade, a CAEEL tem como atribuição a fiscalização dos eventos realizados. Como observamos na tabela, relatórios negativos geram diminuição dos pontos nos projetos propostos. Entretanto, as consequências previstas pelo decreto vão além dos pontos subtraídos na classificação, uma vez que podem ser aplicadas outras penalidades, como: a) advertência; b) suspensão temporária para apresentação de pedido de apoio institucional; e c) indenização pelos prejuízos causados (CURITIBA, 2013a, p. 02).

O texto do decreto que institui a criação da CAEEL faz menção, continuamente, do termo concessão de apoio institucional, porém ao analisarmos os objetivos de sua criação, bem como as diretrizes que regem o funcionamento da comissão, não nos deixa claro qual tipo de apoio é destinado aos projetos contemplados. Outro ponto que pode ser analisado diante dessa conjuntura é o fato de que não se menciona os motivos pelos quais as organizadoras não possuem interesse no apoio cedido pela SMELJ. Esses fatos nos levam à leitura de que a proposta real da CAEEL é a regulamentação dos eventos realizados em Curitiba. Isso considerando a saturação de eventos e a estrutura existente no município para controlar e atender as necessidades decorrentes desse tipo de prática.

4.4. Programas de assessoria para a prática da corrida de rua

Por fim, a última ação desenvolvida por agentes vinculados à SMELJ, e que consideramos uma geradora de impactos diretos no universo das corridas de rua é representada pelos Programas de assessoria para a prática da corrida de rua. Neste momento, abordamos as propostas de programas de treinamento voltados à prática da modalidade. Para fins de padronização dos termos, nos

referimos às ações encontradas nesse sentido como “Assessorias Públicas”. Essa nomenclatura surge da ideia dos serviços prestados pelas assessorias esportivas, uma vez que as ações desenvolvidas e discutidas nesse tópico seguem características semelhantes, porém ofertadas pelo poder público municipal.

De acordo com Batista (2016), atualmente são ofertadas aulas para a prática da modalidade em seis núcleos regionais de esporte e lazer, sendo 10 o total de regionais. Segundo o autor, o programa atende um número próximo a 400 praticantes.

Assim como em outras ações desenvolvidas pela SMELJ, a oferta de programas de treinamento já ocorreu em períodos anteriores ao recorte temporal de nossa pesquisa. Podemos observar esse fato nos relatos contidos no relatório anual de gestão referente ao ano de 2001, que afirma que foram realizados treinamentos com objetivos voltados aos postulantes a participar da Maratona de Curitiba, e que reuniu um significativo número de 250 corredores (CURITIBA, 2001).

Os relatórios de gestão dos anos seguintes somente apresentam informações sobre esse tipo de ação, como podemos constatar no trecho do documento referente ao ano de 2013:

No Núcleo Regional de Esporte, Lazer e Juventude do Boa Vista foi criado o grupo “Corredores do Bacacheri”, que treinam 3 vezes na semana com 2 horas de duração, atendendo 50 pessoas, dos quais: 8 maratonistas, 14 corredores de 21 km e 28 corredores de 5 km e 10 km. Nos finais de semana, o grupo, com base na sua planilha de treino, realiza as atividades no Parque Bacacheri. Entre as atividades e participações deste ano destacam-se: Meia Maratona de Pomerode, Corrida do Graciosa Country Clube e Revezamento das Nascentes do Iguaçu (CURITIBA, 2013b, p.575).

Ainda em busca de fontes que versassem sobre as assessorias públicas, encontramos no endereço eletrônico do IMAP, mais precisamente no Banco Metropolitano de Práticas (BMP), um relato referente ao ano de 2010. O texto é denominado “Orientação para a prática de corrida de rua (CICIELSKI, 2010).

O relato do BMP é concernente ao mesmo projeto divulgado no relatório de gestão. Porém, o texto é desenvolvido com maiores detalhes a respeito da atuação e objetivos do programa. Segundo o documento, o que é

chamado de “aulas sistemáticas de corrida orientada e treinamento funcional para corrida”, são ofertadas desde o mês de março do ano de 2010.

Segundo Cicielski (2010) a implementação do programa tem o intuito de proporcionar uma vida saudável à comunidade e a escolha da modalidade da corrida de rua é em decorrência de dois fatores. O primeiro é o grande interesse da população na prática da modalidade, fato esse que foi observado por diversos autores citados no presente estudo (DALLARI, 2009; SALGADO; CHACON-MIKHAIL, 2006; AUGUSTI; AGUIAR, 2011; GONÇALVES, 2011). Já o segundo fator, segundo a relatora, seria o baixo custo para se desenvolver o projeto.

As aulas sistemáticas de iniciação à corrida, são destinadas a indivíduos de ambos os sexos com idade acima dos 18 anos, e o objetivo proposto é participar e aprimorar o desempenho dos alunos nas provas de 5 e 10km do Circuito de Corridas de rua da SMELJ (CICIELSKI, 2010).

Relato semelhante ao encontrado no BMP sobre os “Corredores do Bacacheri”, também é observado no livro de mostra de experiência da SMELJ. Os autores Gobatto e Bot (2014) apresentam um resumo sobre a prática e atuação na Equipe de Corridas BQ *Runners*, que assim como a anterior é uma das assessorias públicas de corrida de rua ofertadas nas regionais.

4.5. Reflexões sobre as ações

Um fato recorrente na maioria das ações realizadas, exceto quando referente ao decreto que institui a CAEEL e o decreto da SETRAN, é de que não foram encontrados documentos oficiais que versem sobre as ações. As narrativas apresentadas foram construídas a partir de fontes encontradas em fragmentos de relatos, regulamentos, imagens, e apresentações em formato de *Power Point*, por exemplo. Essa situação demonstra uma limitação em realizar um estudo analítico sobre a atuação dos profissionais e seus projetos, visto que não há a prática de documentar suas ações, e isso faz com que não existam projetos documentados.

Porém, mesmo com as limitações, foi possível diagnosticar uma série de ações com impactos no universo das corridas de rua. Diante disso, ao realizar um diálogo com a literatura sobre as ações desenvolvidas pelo poder

público municipal de Curitiba - PR. em relação às corridas de rua, observamos que as propostas de políticas públicas superam as apontadas como corriqueiras por Mezzadri *et al.*(2006; 2007).

Segundo os autores, ao analisar as políticas públicas para o esporte e lazer em cidades do Paraná, diagnosticou-se que não haviam projetos relacionados ao lazer e a esportes urbanos (podemos pensar a corrida de rua como um esporte de estreita relação com a vida urbana). Mezzadri *et al.* (2006; 2007), apontam que as práticas recorrentes eram de eventos pontuais.

Ao realizar o contraponto com as ações desenvolvidas pela SMELJ encontramos ações distintas para além dos eventos. Com finalidade no usuário podemos destacar a realização dos cursos para a formação de atletas-guias, algo que rompe a mera promoção de provas de corridas.

Já em relação às assessorias públicas de corrida de rua e suas propostas de oferecer aulas sistematizadas para os interessados na prática da modalidade, observamos que essa ação segue o ideal proposto por Mezzadri *et al* (2006; 2007). Os autores salientam que os projetos permanentes são a essência das políticas públicas para o esporte e lazer. Além disso, podemos observar uma intenção de promover a inclusão de pessoas com deficiência, trabalhadores, mulheres, idosos, crianças, entre outros, na prática da corrida de rua. Outro ponto defendido como positivo pelos autores.

5. CURITIBA, A CIDADE QUE CORRE.

No capítulo anterior nos dedicamos ao diagnóstico das ações do poder público municipal direcionadas para o universo da corrida de rua. Já neste momento, faremos o exercício de compreender como está estruturado tal universo e como influencia tais ações propostas pela SMELJ. Desta forma, o presente capítulo foi elaborado com a finalidade de apresentar a corrida de rua na cidade de Curitiba. Debruçar-nos-emos sobre o diálogo com fatos de relevância histórica para universo das corridas de rua no município, bem como com os aspectos que compõem a estrutura existente acerca da modalidade em Curitiba.

Em um primeiro momento, o título do presente capítulo pode refletir certa ousadia frente à intenção de afirmação de que Curitiba é uma cidade intimamente ligada à corrida de rua. Mas ao longo do presente capítulo abordaremos as particularidades dessa ligação.

A ligação de Curitiba com a corrida de rua não é algo recente, relatos fornecidos por meio de fontes contam o início dessa relação. Segundo Moraes e Silva (2011), em meados de 1899 já haviam registros de corridas pedestres na cidade. Como afirmam as fontes utilizadas pelo autor: “Realiza-se amanhã em Piraquara uma importante corrida a pé, pela quantia de um conto de reis. Para aquela localidade já tem seguido muita gente” (MORAES E SILVA, 2011, p. 140).

Porém, nenhum evento datado do período apresentado pelas fontes é realizado atualmente. Mas ainda há a realização de uma corrida tradicional, que é organizada pelo Exército Brasileiro, criada em 1937: a Corrida do Facho, um dos poucos exemplos de corridas com grande período de história que ainda são realizadas no Brasil.

Um dos eventos mais relevantes para a história das corridas de rua da cidade de Curitiba, a Corrida do Facho, atualmente, é a corrida mais antiga que continua a ser realizada na cidade, e podemos dizer que é a corrida mais antiga ativa no estado do Paraná²⁵.

²⁵ Outras corridas de grande repercussão no cenário das corridas de rua com muitos anos de atividade no estado do Paraná são Prova Rústica Tiradentes, em Maringá (41 anos), Prova 28 de Janeiro, em Apucarana (53 anos) e a Prova Pedestre XV de fevereiro, em Cornélio Procopio (38 anos).

A Corrida do Facho é uma corrida de rua que acontece em Curitiba, e se constitui como uma das corridas mais tradicionais e históricas, não apenas da cidade, mas também do país. A corrida ocorre no mês de agosto como parte das comemorações ao dia do soldado²⁶, assim desde sua criação (MATTIOLLI, 2013; PARANA, 2007).

Organizada por militares do exército brasileiro, mais precisamente pela 5ª Região Militar e 5ª Divisão do Exército (5ª RM 5ª DE), é realizada para os próprios militares. A corrida foi criada no ano de 1937 e continua ativa até os dias atuais (BRUM, 2009; MATTIOLLI, 2013; PARANA, 2007).

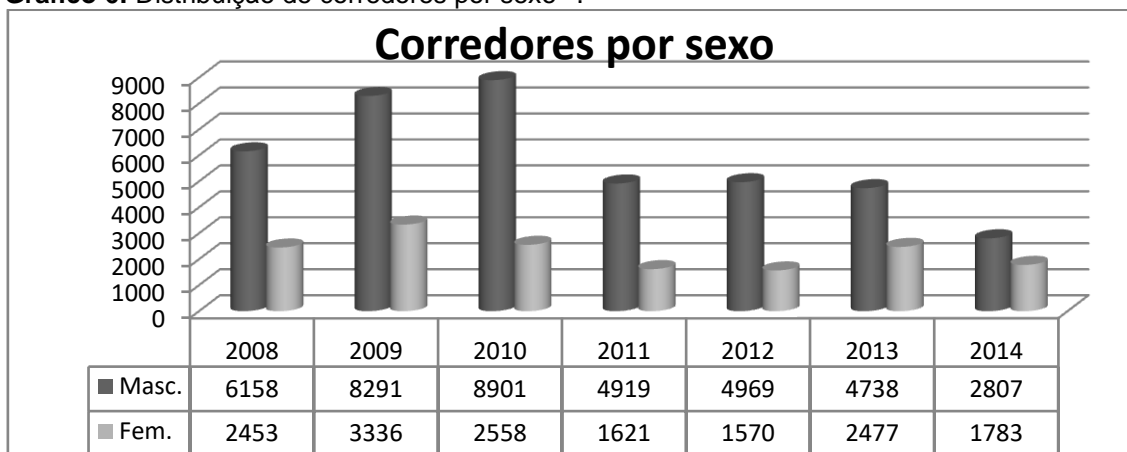
Para além da corrida do facho, outras dezenas de eventos ocorrem na cidade de Curitiba, esses destinados à sociedade civil em geral. Diante disso, no próximo tópico nos propusemos a dialogar sobre o perfil do corredor do município paranaense.

5.1. O corredor curitibano

Com o propósito de compreender o universo das corridas de rua em Curitiba, entendemos a necessidade de conhecer um dos principais atores dentro desse espaço social. Para isso, no presente tópico realizaremos uma descrição do perfil do corredor curitibano. Para atingir nossos objetivos, partimos de dados referentes aos participantes dos eventos promovidos pela SMELJ.

A primeira variável analisada é a distribuição dos participantes por sexo. Para observarmos essa proporção, apresentamos o gráfico a seguir, com os números referentes ao período entre os anos de 2008 e 2014:

²⁶ O dia do soldado é comemorado nos dias 25 de agosto, a data faz referência ao dia do nascimento Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. FERNANDES, Cláudio. "25 de agosto – Dia do Soldado"; *Brasil Escola*. Disponível em <http://www.brasilecola.com/datas-comemorativas/dia-soldado.htm>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

Gráfico 6: Distribuição de corredores por sexo²⁷.

Fonte: SMELJ.

Como podemos observar no Gráfico 6, a grande maioria dos corredores do circuito de corridas de rua de Curitiba, dentro do recorte temporal, é do sexo masculino. No ano de 2008 o sexo feminino correspondia apenas a 28,52% da participação nos eventos analisados. Porém, se compararmos com os dados referentes ao ano de 2014, as corredoras representavam 38,85% dos participantes. O sexo feminino aumenta mais de 10% e reduz a diferença proporcional entre os sexos nas corridas de rua.

Mesmo com a redução da diferença no número de participantes, o sexo feminino ainda continua sendo minoria entre os corredores. Este fato também foi observado por outros pesquisadores. Rojo, Rocha e Nazario (2016), apresentam que em um evento de corrida de rua de 10 km realizado por uma prefeitura municipal a proporção dos participantes por sexo é de 32,04% de mulheres e 67,96% de homens.

A desproporção que tende a balançar para uma maior participação masculina também é observada em corridas de percursos maiores, como no caso investigado em uma meia-maratona por Sierra *et al* (2015) e em maratonas, no estudo realizado por Moura *et al* (2010). Nesses casos a diferença chega a ser maior entre os sexos.

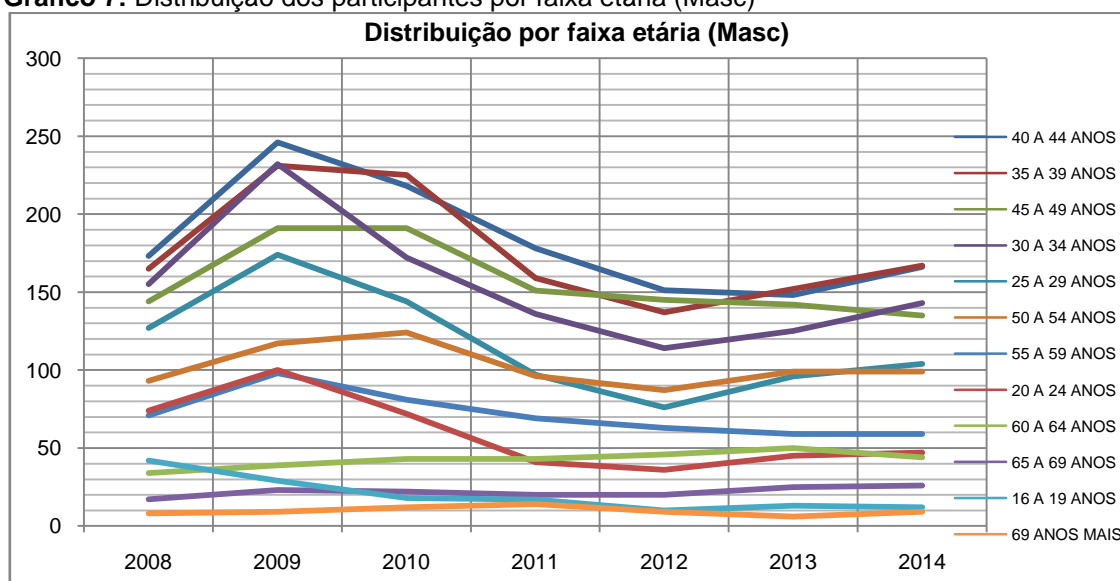
²⁷ Os números contidos no gráfico, referem-se à soma de todas as etapas do circuito de corridas de rua adulto realizadas em cada ano. Portanto não se tem como objetivo, nesse momento, analisar o incremento ou diminuição do número de participantes, pois o número de etapas varia de um ano a outro. A intenção final desses dados é apresentar a proporção entre participação por sexo.

O cenário curitibano, também, já foi descrito anteriormente por outros pesquisadores. Purim *et al* (2014), aponta para um quadro em que a proporção de corredores é de 75,4% do sexo masculino e 24,6% do sexo feminino. Tal fato corrobora com os dados encontrados em nossa pesquisa, mostrando que os corredores estão em maior número.

Nesse sentido, não encontramos nenhuma ação específica que possa ter contribuído para a redução da desproporcionalidade entre os gêneros dos praticantes da corrida de rua em Curitiba. Tal fato pode ser considerado como um movimento social que vem ocorrendo tanto em Curitiba quanto em outras regiões do Brasil, e não tem influência direta das ações da SMELJ.

A próxima variável a ser analisada é a faixa etária dos participantes das corridas de rua em Curitiba. O gráfico a seguir apresenta a variação da participação por faixa etária entre os anos de 2008 a 2014.

Gráfico 7: Distribuição dos participantes por faixa etária (Masc)

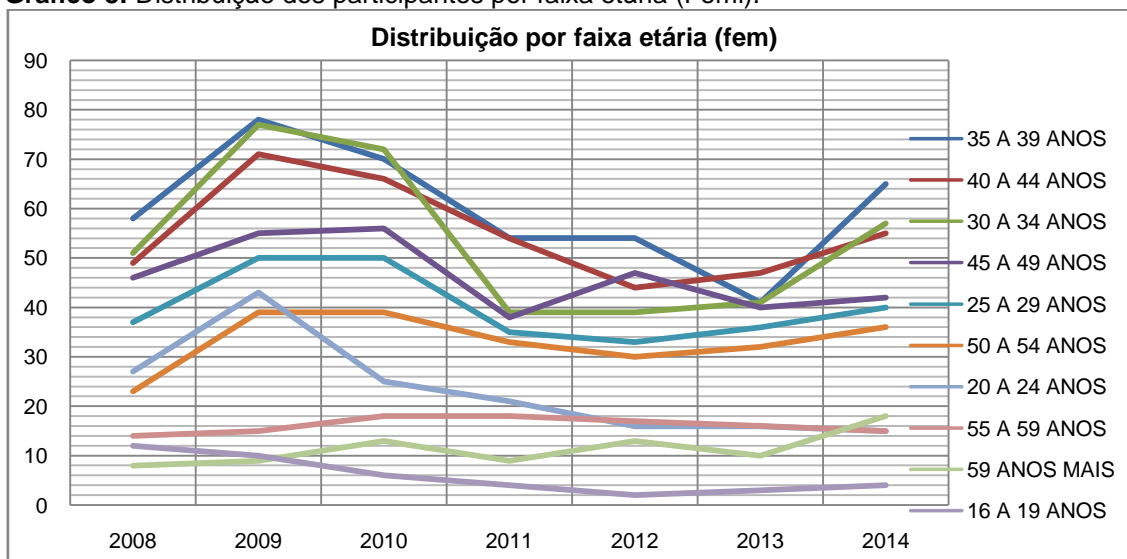


Fonte: SMELJ.

O Gráfico 7, apresenta a distribuição de participantes masculinos por faixa etária. Como podemos observar, todas as categorias de idade são representadas. Porém, tem-se uma predominância, em todo o período analisado, de atletas das 4 faixas etárias correspondentes à idade entre 30 e 50 anos. Já os índices de menor participação estão com as categorias extremas da análise, ou seja, os mais jovens (16 a 19 anos), e os mais idosos (69 anos a mais).

O cenário observado, quando nos referimos às participantes da categoria feminina, não se diferencia muito do encontrado no masculino. Tal fato pode ser observado no gráfico que apresentamos a seguir.

Gráfico 8: Distribuição dos participantes por faixa etária (Femi).



Fonte: SMELJ

No caso feminino, temos 3 categorias de idade que se destacam com a maior participação nas corridas. São elas as que contemplam corredoras com idade entre 30 a 44 anos. Em um panorama geral, se consideramos todo o período analisado, as categorias extremas do sexo feminino são as que possuem o menor volume de participação de atletas, sendo elas as faixas etárias de 16 a 19 anos e de 59 anos ou mais.

Dados muito próximos aos que encontramos foram observados por outros pesquisadores. Em pesquisa realizada por Rojo, Rocha e Nazario (2016), os autores apresentam que a faixa etária com maior representatividade, considerando ambos os sexos, em uma prova de 10km é de 30 a 34 anos, entretanto quando considerado individualmente cada sexo, no masculino a faixa etária com maior participação é a de 35 a 39 anos, já a feminina permanece com a de 30 a 34 anos. Em ambos os casos é uma categoria abaixo das encontradas em nosso estudo. Porém, não é uma diferença significativa pois ambas possuem corredores de idades próximas.

Em estudos realizados com participantes de uma meia-maratona (SIERRA *et al*, 2015) e com maratonistas (MOURA *et al*, 2010), os resultados

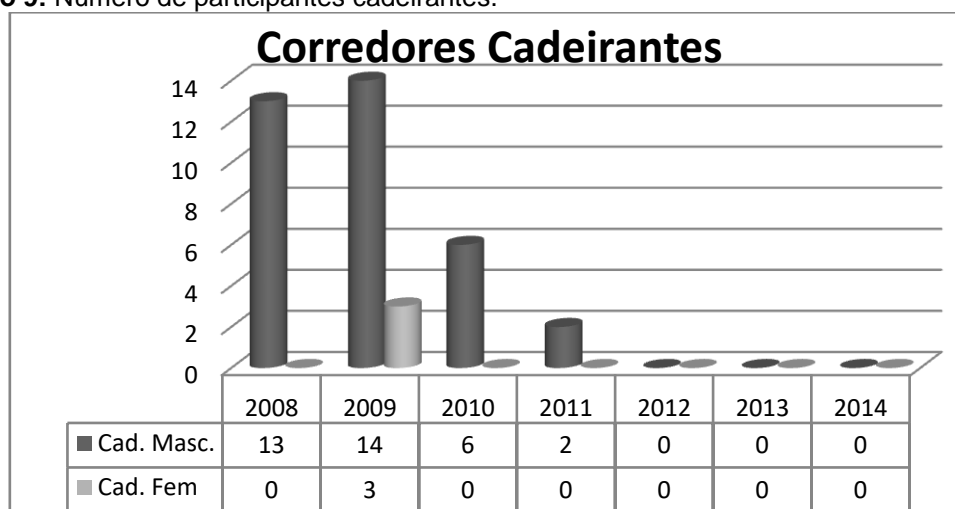
encontrados são semelhantes, tendo na faixa etária entre 30 e 50 anos o pico no volume de corredores.

Na realidade curitibana, o estudo realizado por Purim *et al* (2014), apresenta uma mediana para a idade dos corredores de 38,4 anos de idade, sendo que a média para participantes do sexo masculino é de 38,9 anos e do feminino, 36,7 anos.

Como podemos observar nos resultados encontrados em nossos dados, e estes em diálogo com outras pesquisas realizadas, a idade dos corredores, por mais que seja diversa, apresenta grande predominância de indivíduos acima dos 30 anos. Tal fato nos mostra que a corrida de rua é uma modalidade cuja iniciação tem se dado tardiamente, e também se prolongado por idades mais avançadas, o que torna-se uma particularidade perante as demais modalidades. Este dado é evidenciado por uma pesquisa realizada pelo Centro de Referência de Qualidade de Vida e Movimento (CRQVM), que aponta que 70% dos participantes nunca foram atletas e iniciaram-se na prática depois de adultos (BISCAIA; BELINAZZO, 2014a,b).

Outro aspecto de grande importância para as elaborações das políticas públicas, relacionado ao perfil do praticante da corrida de rua, é a participação do indivíduo com deficiência. O cenário dessa categoria será abordado a seguir.

Gráfico 9: Número de participantes cadeirantes.

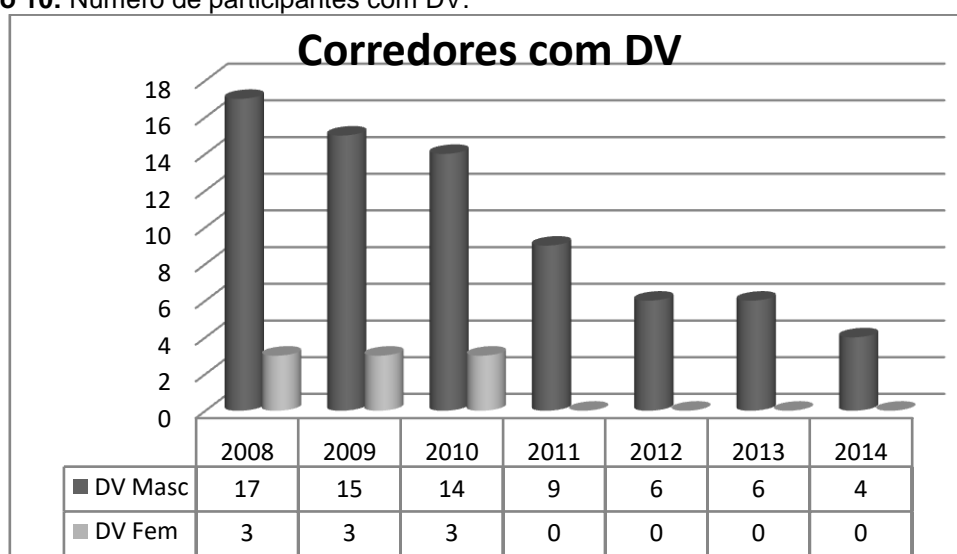


Fonte: SMELJ.

Como podemos observar no gráfico anterior, quando a participação é do indivíduo utilizador de cadeiras de rodas, os números que já eram baixos chegaram à inexistência de participantes após o ano de 2012 para o sexo masculino. Já para a realidade do sexo feminino, apenas no ano de 2009 houve a participação de corredoras cadeirantes.

Os indivíduos com deficiência visual (DV) pertencem a outra categoria que participa de eventos de corrida de rua, como podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 10: Número de participantes com DV.



Fonte: SMELJ.

O Gráfico 10, assim como no caso dos cadeirantes, revela uma queda significativa na participação dos indivíduos com DV nas corridas de rua de Curitiba. No sexo masculino, o número que em 2008 era de 17 corredores, caiu para 4 indivíduos em 2014. No feminino, nos três primeiros anos do recorte, participaram 3 corredoras, já posteriormente a 2011, não houve participantes.

Na literatura acadêmica que versa sobre as corridas de rua, encontramos no estudo de Dallari (2009), uma realidade diferente ao existente em nossa pesquisa. Os dados apresentados pela autora, relativos aos eventos de corridas de rua do estado de São Paulo, evidenciam um crescimento significativo no número de participantes com algum tipo de deficiência. Segundo a autora, do total de participantes que no ano de 2002 eram de 31, em 2008 acumulou 323.

Como observamos por meio do diálogo com a pesquisa de Dallari, o cenário da participação de indivíduos com deficiência em Curitiba faz percurso contrário ao de outras localidades. Diante da conjuntura desfavorável em relação ao indivíduo com deficiência, observamos a ação realizada pelo CRQVM, já abordada no capítulo anterior, que busca capacitar corredores para atuar como atletas-guias. Esse cenário corrobora com uma preocupação em reverter o quadro e trazer novamente corredores com deficiência para a prática da modalidade.

No relato de experiência apresentado pela SMELJ, encontramos outros elementos importantes para compreender o perfil do corredor curitibano. Segundo o texto, 62% dos participantes começaram a correr depois de 2010 (BISCAIA; BELINAZZO, 2014b). Os autores da pesquisa apontam que nesse período ocorre o “*boom*” das corridas de rua em Curitiba.

Os motivos que os praticantes têm para a prática da modalidade é outro fator importante para se considerar na hora de discutir a respeito das formulações das políticas públicas para o esporte. Ao pensar o desenvolvimento das ações, leva-se em consideração a compreensão da polissemia do esporte, em que o praticante dá sentido à sua prática. Nesse caso, para a corrida de rua em Curitiba, segundo o mesmo levantamento, os corredores têm como motivo predominante a busca pela saúde (BISCAIA; BELINAZZO, 2014b).

Ao compararmos tais informações com a literatura publicada sobre o tema chegamos à conclusão de que os resultados são semelhantes. Balbinotti *et al* (2015), aponta que a dimensão da saúde é a que aparece com maior incidência nas respostas dos corredores. Em pesquisas realizadas com corredores curitibanos, não é diferente, Pereira, Assis e Navarro (2010) e Furlan (2014), também chegaram a resultados semelhantes, com a dimensão da saúde sendo o primeiro elemento motivador dos praticantes de corrida de rua.

Ao compararmos tal elemento motivador com a missão proposta pela SMELJ, observamos que nos últimos anos a secretaria tem valorizado a busca pelo estilo de vida saudável e a qualidade de vida do cidadão curitibano. Esse contexto nos permite a leitura de que os objetivos propostos pela entidade têm sido alcançados.

Por fim, mas não menos importante, consideramos para a análise a condição social dos corredores curitibanos. Segundo CRQVM (2014), uma grande parte dos corredores curitibanos possui formação em ensino superior completo. Essa composição do grupo de corredores de rua é apontada por Rojo (2014) como nova, sendo ela uma das transformações ocorridas no universo da modalidade.

Pazin *et al* (2008) apontam que naquele período 76,5% dos corredores participantes de sua pesquisa tinham renda familiar mensal superior a três salários mínimos²⁸ e 31% possuía rendas superiores a 9 salários mínimos. Os autores ainda apresentam que naquele período, 40% dos indivíduos participantes da pesquisa possuíam ensino superior completo.

Em um estudo mais recente realizado com corredores curitibanos, Purim *et al* (2014) apresentam com maior detalhamento alguns aspectos sociais dos praticantes de corrida de rua. Os autores apresentam os seguintes resultados: a) 68,1% dos corredores possuem escolaridade correspondente ao ensino superior completo, ou formação complementar posterior; b) 74% são indivíduos de cor de pele branca.

O receio apresentado na introdução do presente trabalho, a respeito de uma possível exclusão social de praticantes com condições sociais menos favorecidas da prática da corrida, retoma nesse momento, uma vez que os dados evidenciam que parcelas majoritárias dos praticantes possuem condições sociais melhores. Porém, ao observar as ações propostas pela SMELJ, vemos que projetos que promovem a prática da modalidade sem gerar custos ao cidadão são realizados, como é o caso das assessorias públicas e os circuitos de corridas.

Diante do presente cenário observamos que não é somente pela gratuidade das ações que teremos uma maior ampliação da participação popular, independente de sua condição social. Porém, em relação a possível exclusão social, pensamos ser um tema mais complexo sobre a permanência do agente no universo social da corrida de rua. Mesmo possuindo a leitura do papel importante do Estado intervindo para minimizar tal avanço, se fazem

²⁸ Segundo os autores, no período da realização do estudo o salário mínimo correspondia a 380,00 reais.

necessários, para a compreensão desse tema, estudos mais voltados ao campo sociológico.

As informações contidas nesse tópico nos permitem minimamente esboçar uma tentativa de leitura sobre o perfil do praticante de corrida de rua de Curitiba. Já salientando que, de acordo com os diálogos realizados com a produção acadêmica que discute cada ponto apresentado, esse cenário não difere em volumes significativos, ao encontrado em outras localidades. Os corredores curitibanos são, em sua predominância, indivíduos de idade média de 30 a 50 anos, em sua maioria do sexo masculino, com cor de pele branca, sem deficiência, com alta escolaridade, e se utiliza da prática da corrida de rua como meio para a busca da saúde.

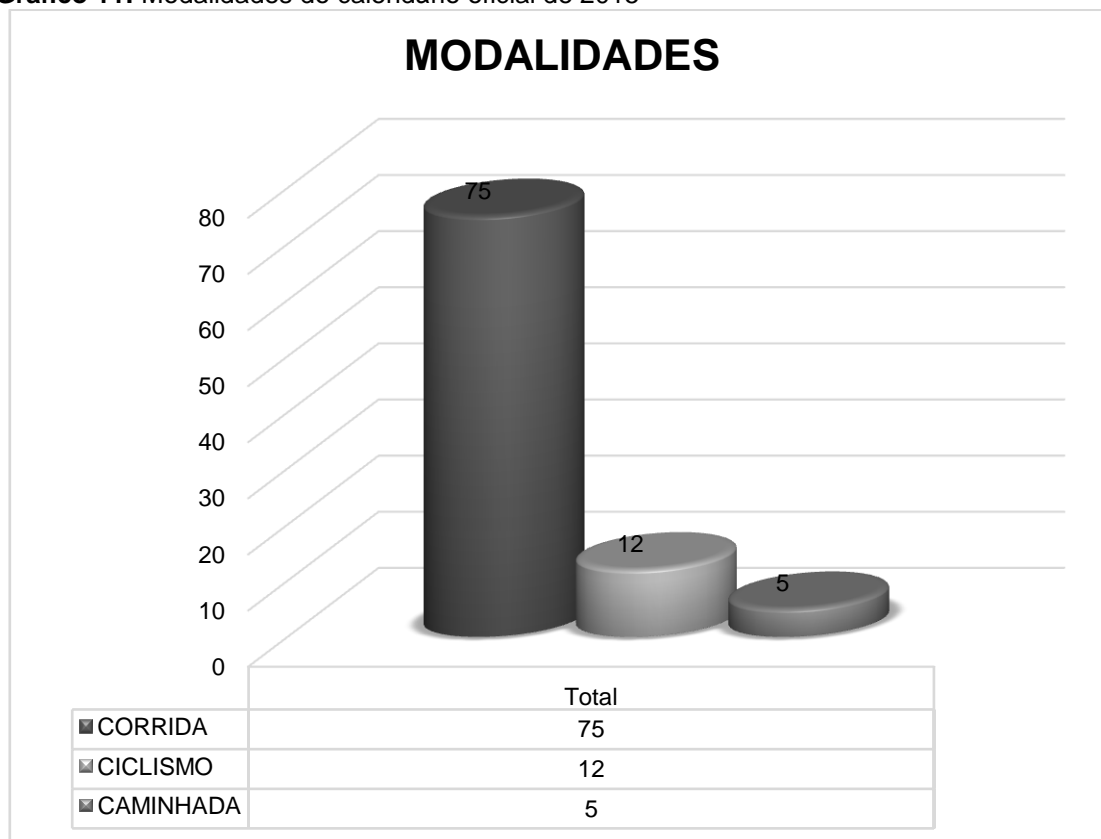
Após traçar um perfil para o praticante da corrida de rua em Curitiba, no próximo tópico realizamos uma leitura da conjuntura dos eventos ocorridos na cidade.

5.2. As corridas de Curitiba

Os eventos de corrida de rua em Curitiba, como vimos, não foram realizados apenas recentemente. Assim como ocorreu em outros países, e em outras localidades do Brasil, é notado em Curitiba o crescimento do número desses eventos na cidade. Segundo Furlan (2014), no ano de 2011 foram realizadas 47 corridas na cidade de Curitiba, com um aumento para 65 eventos no ano de 2012. Os dados do Calendário Oficial de 2015 apontam que um número de 75 corridas ocorreu no ano.

Ao considerar esse contexto e todas as diferenças das naturezas dos eventos de corrida de rua, no presente tópico deste capítulo buscaremos descrever o cenário dos eventos das corridas de rua realizadas na cidade de Curitiba. Para atingir tal objetivo nos apoiamos no calendário oficial de 2015 de corridas de rua, ciclismo e caminhada, disponibilizado pela SMELJ.

A distribuição das modalidades (Corrida de rua, Ciclismo e Caminhada), é apresentada no Gráfico 11. É notável, que mesmo com a apresentação das outras duas modalidades, são predominantes os eventos de corrida de rua.

Gráfico 11: Modalidades do calendário oficial de 2015²⁹

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Calendário Oficial de 2015 da SMELJ

Como podemos observar a partir do Calendário Oficial de 2015, ocorreram 92 eventos no ano de 2015, sendo que 75 destes, que correspondem a 81.52% do total, são corridas de rua. O Ciclismo aparece posteriormente com 12 eventos no ano, que são 13.04% do total. Já a caminhada soma 5 eventos realizados no ano de 2015, ou seja, 5.43% de todos os eventos do calendário realizados na cidade de Curitiba.

No que se refere às caminhadas, no entanto, vale salientar que apesar do número ser relativamente baixo, se comparado com os eventos de corrida de rua, essa soma corresponde apenas aos eventos exclusivos da modalidade. Com isso, é importante lembrar que, no gráfico, foram contabilizadas as modalidades centrais dos eventos. É frequente a realização de eventos de corrida de rua em que é agregada a prática da caminhada como um evento

²⁹ CALENDÁRIO OFICIAL – CORRIDAS DE RUA, CICLISMO E CAMINHADA 2015. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/calendario-oficial-corridas-de-rua-ciclismo-e-caminhada-2015/2103> acesso em 11/12/2015.

secundário, de modo a incentivar os participantes que iniciam nela, a posteriormente, dedicarem-se à prática da corrida de rua.

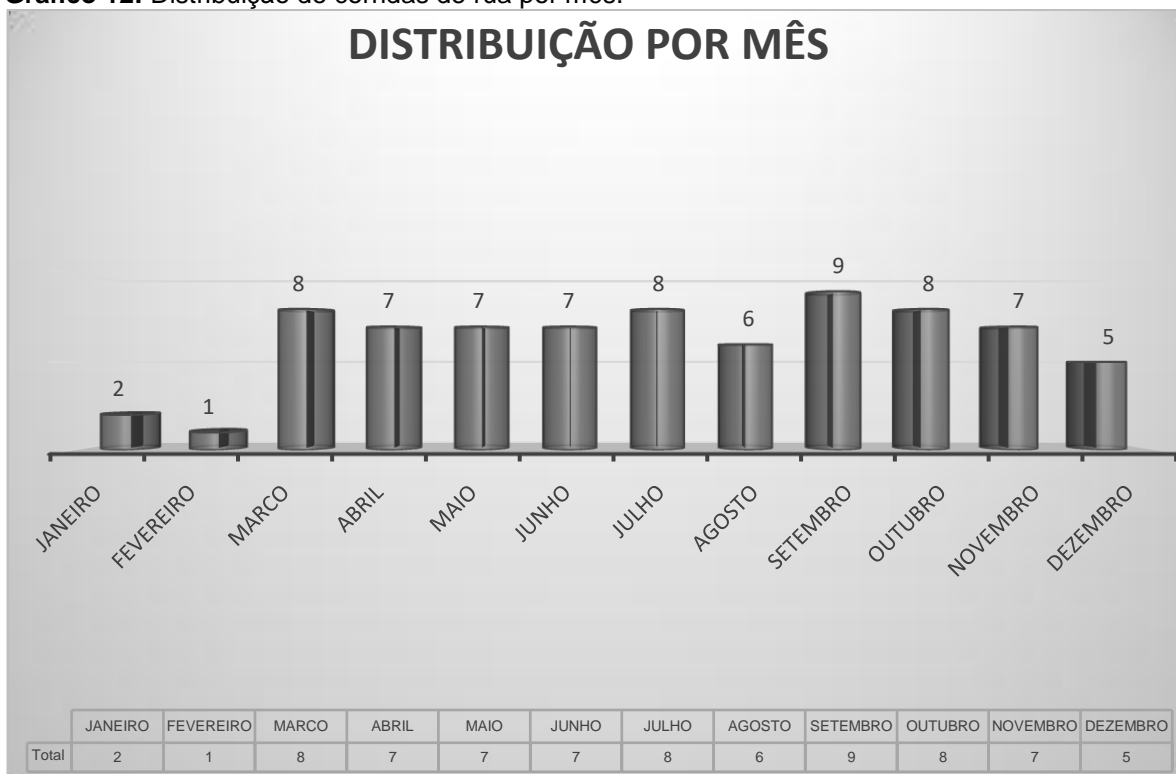
Ao tratarmos somente na corrida de rua, podemos visualizar a grande abrangência da modalidade. Como aponta o gráfico, os eventos de corrida de rua acontecem em grande volume na cidade de Curitiba. Para fim de visualização, ao fazermos um exercício de comparação, se ocorre na cidade de Curitiba 75 corridas, podemos afirmar que há uma média de mais de um evento por semana, ou seja, 1,4 eventos de corrida por semana. Isso ao levarmos em consideração que um ano possui aproximadamente 52 semanas.

Dentro dessa discussão vale considerarmos também outro fator, os dados apresentados são referentes apenas aos eventos que ocorrem sob regulamentação da SMELJ, ou seja, são contabilizadas apenas as corridas que ocorrem na cidade de Curitiba. Esse fato é de grande relevância se pensarmos que a região metropolitana de Curitiba³⁰ possui um grande número de cidades e que uma grande parte também realiza e sedia eventos de corridas de rua, o que nos faz pensar que essa estrutura e números possam ser ainda maiores.

A importância da região metropolitana ao analisarmos os dados gerados pelo calendário se deve ao fato de que os habitantes e eventos podem influenciar a estrutura interna das corridas de rua em Curitiba, uma vez que, dada a proximidade dos municípios, é tanto possível quanto frequente, a participação de corredores de outros municípios nos eventos realizados em Curitiba, e o caminho inverso também é verdadeiro.

Reconhecendo a importância e os impactos que a região metropolitana de Curitiba pode gerar na estrutura das corridas de rua na cidade de Curitiba, prosseguimos com as análises dos dados gerados a partir do Calendário Oficial de 2015. Ainda com o quadro de que as corridas de rua são realizadas durante todo o ano na cidade, observamos o Gráfico 12 que apresenta a distribuição dos eventos por meses.

³⁰A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) é formada por 29 municípios: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Campo do Tenente, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná. Com uma população de 3.168.980 habitantes numa área de 15.419 km². Disponível em: <http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/publico/conteudo.aspx?codigo=42> acesso em 29/12/2015.

Gráfico 12: Distribuição de corridas de rua por mês.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Calendário Oficial de 2015.

Analisando o gráfico, percebemos que as provas são bem distribuídas ao longo do ano. Porém, os dois primeiros meses do ano, janeiro e fevereiro, são os meses com o menor número de provas registrado. Em janeiro duas corridas, e em fevereiro apenas um registro de evento.

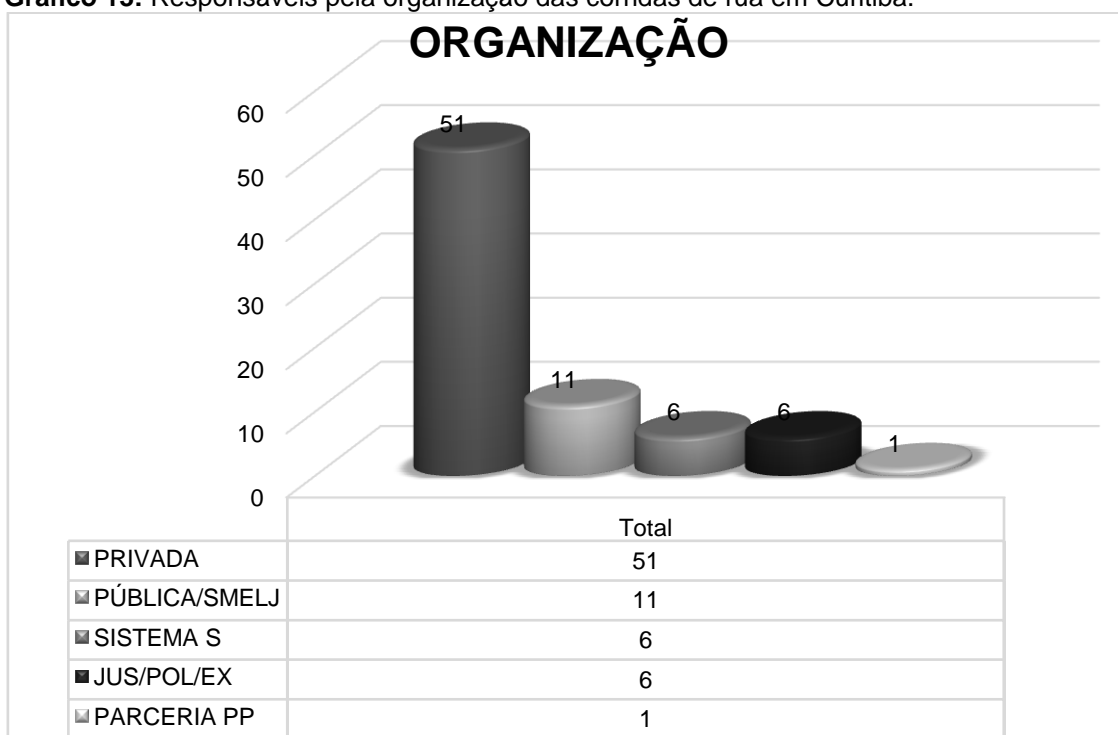
Os meses de janeiro e fevereiro são meses tidos como períodos de férias por grande parcela da sociedade (férias escolares, recessos, feriados). Devido a essa característica do período do ano, há uma possibilidade maior de êxodo dos moradores da cidade para outras regiões. Com isso, a procura pela realização dos eventos durante os dois primeiros meses do ano é menor. A baixa incidência de eventos nesse período, também foi observada por Hayek (2014), em seu estudo feito com as corridas de rua na cidade de São Paulo.

Porém, ao retirar esse período da análise, percebemos que a média de eventos que ocorrem nos outros meses, é de aproximadamente 7 eventos por mês, sendo que o mês de setembro tem o maior número de eventos registrados, 9 corridas, o que corresponde a 12% do total de corridas de rua do ano de Curitiba. E em dezembro 5 eventos, o que corresponde a 6,7% do número de corridas do calendário. Para Hayek (2014), a concentração de maior

volume de eventos em meses centrais do ano pode estar associada às condições favoráveis para a prática da modalidade, inclusive climáticas.

A quantidade de eventos de corrida de rua em Curitiba, é realmente grande e corresponde, como vimos, a uma média maior do que um evento por semana, isso desconsiderando os possíveis eventos que ocorrem na região metropolitana. Porém, as responsabilidades pela organização desses eventos são diversas. Há corridas com características e objetivos diferentes como podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 13: Responsáveis pela organização das corridas de rua em Curitiba.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Calendário Oficial de 2015

O Gráfico 13 retrata a distribuição do número de corrida de rua pelas características das entidades organizadoras do evento. Identificamos, por meio dos dados encontrados no Calendário Oficial de 2015, cinco perfis de organizadores de corridas de rua em Curitiba.

O perfil de organizador com o menor número de corridas realizadas é o que denominamos como parceria público/privada. Foi organizada uma única corrida com esse perfil de gestão.

Posteriormente surgem os eventos organizados por entidades do Sistema S (SESC, SESI, SENAT...). As corridas organizadas por essas

entidades somaram um número de seis, sendo que 4 destas são enquadradas dentro do circuito de corridas promovido pelo SESI para a cidade de Curitiba³¹.

Também com 6 corridas catalogadas, aparecem as provas organizadas, ou de tutela do que denominamos judiciário/policial/exército. Essas provas são realizadas por órgãos que fazem referência a esses setores, sendo que, em algumas delas há homenagem a datas ou situações com relação às práticas das entidades.

As corridas organizadas pelo poder público somam 11 eventos. Esses eventos são realizados pela SMELJ, destinados a diversos perfis de praticantes, com provas de distâncias e modelos diferentes. Essas provas se encontram como alternativas diferentes às demais provas que aparecem no calendário, por algumas características que serão abordadas no capítulo a seguir.

Porém, quando nos voltamos ao perfil das corridas organizadas na cidade de Curitiba, é notável a predominância das corridas privadas. Os dados revelam que 51 eventos são realizados sob essa ótica, o que corresponde a 68% do total das corridas de rua realizadas. Ao levantar as características das organizadoras de eventos de corridas na cidade de São Paulo, Hayek (2014), apresenta um cenário próximo: 80% das corridas de rua são realizadas por organizadoras privadas, sendo que 68,7% das corridas aprovadas para a realização estão concentradas em um número de apenas 11 organizadoras.

O cenário encontrado em Curitiba, em nossa leitura, pode ser compreendido como fruto de duas intervenções diferentes, tanto oriunda da estrutura econômica quanto das organizações públicas, ou seja, produto de uma política pública. No que concerne à economia, levamos em consideração o aquecimento do mercado sobre o universo das corridas de rua, como já discutido aqui. Já referente a parte do poder público é preciso analisar a atuação da CAEEL na composição desse quadro, uma vez que é a referida comissão que avalia os eventos que serão realizados no município. Vale lembrar ainda que, com o incremento no número de eventos realizados por instituições privadas, houve a redução de eventos promovidos pelo poder público municipal.

³¹ Circuito realizado pelo SESI, em que são realizadas diversas etapas, tanto na cidade de Curitiba, como em outros municípios da região metropolitana.

Como vimos anteriormente, as corridas privadas podem possuir características relativas ao modelo de “corrida *fashion*”, que é visto como um produto a ser vendido aos praticantes das corridas, sendo cobrados valores econômicos altos, e deixando os valores esportivos da modalidade por vezes em segundo plano (OLIVEIRA, 2010).

5.3. Associação dos Técnicos de Corrida de Curitiba (ATCC)

Uma instituição sem fins lucrativos de grande relevância no universo das corridas de rua na cidade de Curitiba, é a Associação dos Técnicos de Corrida de Curitiba (ATCC). A associação é formada por treinadores de corrida da cidade, possui uma representatividade importante na estrutura das corridas de rua curitibanas e conta com várias ações de interesse dentro desse universo.

A ATCC foi fundada em uma assembléia geral na cidade de Curitiba, no dia 10 de julho de 2008. Segundo seu estatuto de fundação são os objetivos da associação:

- Organizar a ocupação e atuação dos treinadores de corrida nas áreas públicas, definindo normas que garantam a preservação ambiental e a limpeza de praças e parques na cidade de Curitiba.
- Regularizar a atuação dos treinadores, prestando auxílio para que todas recebam toda a orientação sobre os procedimentos jurídicos e fiscais para o exercício legal e contábil de suas atividades.
- Fiscalizar a atuação dos treinadores garantindo que seus associados possuam, dentro de seu quadro técnico, profissionais habilitados para desempenhar satisfatoriamente suas funções, exigir que ofereçam os itens essenciais que garantam a segurança e integridade de seus clientes, além de monitorar o exercício de suas atividades em conformidade com todas as leis municipais estaduais e federais.
- Representar os treinadores sempre que se fizer necessário, junto aos órgãos públicos, perante a comunidade e à mídia, procurando defender e assegurar os direitos de seus associados.
- Divulgar e promover a atuação dos treinadores, buscando atrair maior espaço na mídia, fomentando a prática e a demanda por serviços prestados pelas assessorias esportivas.
- Oportunizar novos negócios e abrir novas possibilidades de crescimento para os profissionais associados.

- Estimular o exercício da cidadania, de princípios éticos e de profissionalismo, visando gerar credibilidade e integridade por parte de todos os membros da ATCC (ATCC, 2008, p. 1 – 2).

Como é observado nos itens contidos no estatuto da ATCC, são diversas as ações voltadas para os prestadores de serviços que atuam no universo das corridas de rua na cidade de Curitiba. Em se tratando do presente estudo, com foco nas políticas públicas municipais do esporte e lazer, voltadas às corridas de rua, nos atentamos aos itens 1 e 4 da lista.

O primeiro item se refere a uma maneira de regulação, ou gerenciamento dos espaços públicos. Espaços esses utilizados pela iniciativa privada (clubes, assessorias, equipes) para a prestação de serviços voltados aos praticantes de diversas modalidades, dentre elas a corrida de rua.

O quarto item versa sobre a atuação da ATCC frente a alguns setores da sociedade, entre eles o poder público. Como é apresentado por Dias e Matos (2012), as associações profissionais, como é o caso da ATCC, atuam como atores que contribuem para a formulação das políticas públicas. Segundo os autores, essa atuação segue no sentido de auxiliar na formulação de determinadas políticas que favorecem o objeto de trabalho dessas associações e afetam os consumidores dos serviços oferecidos pela categoria representada pela entidade.

Como vimos no primeiro item dos objetivos propostos pela ATCC, há uma utilização de espaços públicos como locais de atendimento das assessorias esportivas. Tal fato é polemizado por Assis (2014), quando aponta o conflito de seus entrevistados quanto ao posicionamento favorável ou contra a utilização do espaço público para fins privados.

Segundo Assis (2014), a utilização desses espaços públicos pelas assessorias se constitui como um modelo de privatização do espaço público. A autora ainda aponta que mesmo com a difusão e incentivo da prática corporal no espaço, por meio das assessorias, pode ocorrer a exclusão de pessoas que não tenham condições financeiras para cobrir os valores cobrados pelas assessorias. Por fim, a autoria aponta a falta de políticas públicas voltadas a esse grupo de pessoas sem tal condição financeira, e cobra tanto da prefeitura

ações nesse sentido, quanto das assessorias ações de contrapartida para a utilização do espaço público.

No que tange à cobrança realizada pela autora, em relação a contrapartida das assessorias, o regulamento criado pela ATCC prevê que haja o “atendimento ao público comum” (ATCC, 2009, s/p.). Detalhes dessas ações são descritas pelo regulamento como:

Orientação para a atividade física nos equipamentos destinados á terceira idade instalado no Parque Barigui;
Dias de atendimento: Segunda á sexta.
Horário de atendimento: 08h00 ás 10h00 e 17h ás 19h
Cada Assessoria filiada a ATCC será responsável por uma semana de atendimento neste local (ATCC, 2009, s/p).

Além das ações relatadas nos objetivos e ações da associação, podemos observar outras iniciativas da organização em relação, não apenas à corrida de rua, mas também à vida da comunidade curitibana em geral, assim como podemos observar na figura.

Figura 10:Protesto da ATCC em busca de segurança no Parque Barigui.



Fonte: Rede social da ATCC.

A imagem da Figura 10 foi veiculada pela ATCC em sua rede social na rede mundial de computadores. A imagem é relativa a um protesto organizado pela associação, com a representatividade de profissionais e usuários de assessorias filiadas à entidade. O movimento foi denominado como um protesto contra a falta de segurança no Parque Barigui³², local frequentado por grande parte dos praticantes de corrida para treinamentos.

Como é observado, a ATCC, realiza ações em diversas frentes, no que se refere às corridas de rua e suas necessidades na cidade de Curitiba. Reforçando, o que é apontado por Dias e Matos (2012), a associação promove tais ações visando os benefícios ao objeto de trabalho de seus membros.

Ainda em relação à atuação da ATCC, observamos em ata de reunião da associação, no final de 2015, ações importantes a qual foram designadas a entidade a responsabilidade de controle.

-Em 2016 a ATCC está no regulamento dos eventos SMELJ, portanto, os organizadores de prova devem procurar a associação, comunicar a realização do evento e separar um espaço para montagem de tendas dentro da arena de competição.

-A ATCC como forma de punição ao organizador que não se adequar a tal normativa irá sugerir a SMELJ a perda de ponto do organizador. Fato que acarreta dificuldades para o organizador concorrer na escolha de datas dos próximos anos. Os afiliados se colocaram favoráveis a tal medida (ATCC, 2015, s/p.)

O trecho exposto acima, reporta as novas ações que foram implementadas no ano de 2016. Como observamos, a ATCC tem acesso a uma das ações realizadas pela SMELJ. Com isso, se torna responsável pela organização e gerenciamento do espaço público em dias de evento. Ainda, nessa nova incursão, a associação se coloca como órgão de normatização e fiscalização da referida prática, podendo ainda, influenciar nas decisões da SMELJ, no que se refere à autorização para realização dos eventos.

Como é observado nos escritos de Dias e Matos (2012), essa atuação da ATCC é reconhecida como colaboradora para o desenvolvimento das

³² O Parque Barigui faz parte de uma política municipal de preservação de fundos de vale. No Parque a população encontra-se opções de lazer, prática de esportes, churrascos, feiras do pavilhão de exposições, Museu do Automóvel e caminhadas pelos circuitos a beira do lago. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parques-e-bosques-parque-barigui/292> Acesso em 11/12/2015

políticas públicas, uma vez que a entidade atua buscando atender os interesses de seus membros frente ao poder público e a outros setores da sociedade.

A partir do exposto no presente capítulo, bem como reconhecendo a estrutura que se consolida como o que denominamos universo da corrida de rua, verificamos que são diversas as instituições que permeiam e influenciam o funcionamento deste espaço social. Além disso, são diversos os agentes - sendo eles corredores (com diferentes tipos de motivação, objetivos, faixas etárias, gênero, e classes sociais), prestadores de serviços, associações profissionais (exemplo ATCC), e gestores públicos - que atuam como fomentadores ou reguladores das práticas dentro do espaço social.

Com isso observamos, no que tange ao *lócus* da presente pesquisa, a cidade de Curitiba, com um cenário amplo e consolidado quando referente às corridas de rua. Entendemos a necessidade do governo, ou Estado, atuar nesse espaço social, seja como fomentador da prática ou como regulador dos que prestam serviços voltados à modalidade.

Ações realizadas pela SMELJ apresentadas anteriormente, seguem nessa direção, pois são distintas, com objetivos diferentes, e promovidas, mesmo que dentro da secretaria, por setores distintos onde, de alguma maneira, influenciam o funcionamento do universo da corrida de rua dentro do município.

Tais ações são entendidas aqui como as políticas públicas realizadas pelo poder público municipal de Curitiba. Diante disso, o próximo capítulo tem como objetivo realizar uma leitura de tais projetos sob a perspectiva da *Policy Analysis* e demais conceitos utilizados para amparar nossas reflexões.

6. UMA LEITURA A PARTIR DOS CONCEITOS

Após apresentadas às ações realizadas pelo poder público municipal em relação às corridas de rua na cidade de Curitiba – PR., nos atentaremos em formular leituras sob a ótica dos conceitos e modelos de análises apresentados no capítulo teórico desta dissertação.

Em um primeiro momento faremos uma análise a partir dos conceitos dos tipos de política pública, bem como suas naturezas e abrangências. Posteriormente, buscaremos aplicar os conceitos do modelo de análise da política pública aderido ao presente estudo, a *Policy Analysis*.

6.1. Estrutura da política

O primeiro ponto a ser discutido é em qual tipo de política pública se encontram as ações analisadas na presente pesquisa. Ao pensarmos nas definições apontadas anteriormente para os termos “Política Pública de Estado” e “Política Pública de Governo”, realizadas a partir do referencial teórico que discute os termos (ROSA, 2003; CALDERÓN; POLTRONIERI; BORGES, 2011), podemos afirmar que não encontramos entre as ações da SMELJ nenhuma Política Pública de Estado.

Se analisarmos a temporalidade das ações observamos que todos os eventos já têm uma periodicidade superior aos 8 anos do recorte temporal proposto. Os eventos mais recentes já possuem 10 anos de realização. E no caso das assessorias públicas, mesmo com início em 2010, ou seja, na primeira gestão do período analisado, também já havia precedentes de realizações de projetos semelhantes.

Mas como esses projetos com presença na agenda política há tanto tempo não são considerados uma Política Pública de Estado? Entendemos que esse fato se dá devido à inexistência de mecanismos legislativos que garantam a funcionalização das ações, independente do governo em vigência. Mesmo sendo analisados alguns decretos, os mesmos não possuem esse caráter de mecanismo legislativo, pois não são reconhecidos como decretos lei, uma vez que não foram feitos e aprovados pela Câmara Municipal de Vereadores.

Nesse ponto é preciso entender que atender à condição para ser uma política de Estado não é sinônimo de ser uma boa política ou uma política aceita por todos. Diante disso, a partir dos conceitos utilizados para nossa análise, a legitimidade da ação não tem potencial para dar a ela a posição de política de Estado.

De fato, é interessante observar que algumas ações perduram por anos no leque de projetos da SMELJ, mesmo que os governos mudem e as oposições se alternem no poder executivo municipal, sendo essa alternância, segundo Mezzadri *et al* (2006), um dos fatores que contribuem para a inexistência de políticas públicas permanentes. Entretanto, mesmo as ações não sendo retiradas de pauta com os distintos detentores do poder, é necessário reafirmar que essas não se consolidam como Políticas Públicas de Estado e, portanto, não são permanentes em seu sentido pleno.

Já em diálogo entre as ações e as definições da natureza política, ou seja, se são “estruturais” ou “conjunturais”, entramos em um dilema mais complexo. Porém, chegamos à leitura de que todas as políticas públicas desenvolvidas pelo poder público municipal são de natureza estrutural, uma vez que, como aponta Mezzadri (2011), buscam o desenvolvimento da sociedade, diferente das conjunturais que são apenas ações paliativas e com tempo delimitado.

Essa leitura é realizada a partir do entendimento de que todas as ações catalogadas no estudo buscam, cada uma em sua delimitação de atuação, estabelecer critérios e fomentar a prática da corrida de rua. É notável que, assim como vimos na discussão anterior, nenhuma possui dispositivos que assegurem sua permanência, porém o objetivo de estímulo à prática já tem um caráter de reformular o hábito da população de realizar uma atividade física. Essa posição se potencializa quando nos referimos às assessorias públicas, que diretamente trabalham com essa percepção no indivíduo.

Um pouco mais complexa é a compreensão da abrangência das políticas públicas voltadas para as corridas de rua, uma vez que é preciso considerar que os praticantes da corrida de rua são considerados um grupo social em particular, porém, assim como nos exemplos apresentados por Mezzadri (2011), a inserção nesse universo pode ser realizada por todos os interessados na prática da modalidade.

Nesse sentido, classificamos como políticas focalizadas, ou seja, aquelas destinadas a atender um grupo social específico (MEZZADRI, 2011) as seguintes ações: CAEEL, Decreto SETRAN, Curso para Atletas-Guias, e o grupo de estudos e pesquisa do CRQVM. As duas primeiras têm seus efeitos focados diretamente nas empresas organizadoras dos eventos. Já o curso para Atletas-Guias, por mais que seja de livre acesso, sua finalidade é atender a demanda originada pelos indivíduos com deficiência visual interessados na prática da corrida de rua. Por fim, o grupo de pesquisa e estudos vinculado ao CRQVM e sua atuação visam balizar as ações dos agentes da prática final da gestão pública, ou seja, são voltados a esse grupo em específico.

As duas ações restantes, os eventos e as assessorias públicas, mesmo entendendo que os praticantes da corrida de rua se consolidam como um grupo social, ao nosso juízo, a maneira como que tais projetos são desenvolvidos torna a abrangência dessas políticas públicas universal, ou seja, são abertas para toda a sociedade (MEZZADRI, 2011). Portanto, a partir da leitura da modalidade, embasada no modelo analítico pautado no esporte polissêmico (MARCHI JR, 2015), compreendemos que mesmo que se considerem um grupo social estrito, os agentes pertencentes a ele são oriundos de diversas esferas e grupos sociais.

Por fim, compreendemos as ações voltadas às corridas de rua na cidade de Curitiba – PR. como Políticas Públicas de Governo, todas de natureza estrutural, e no que concerne à abrangência, possuem ações focalizadas, bem como universais.

No próximo tópico desse capítulo vamos realizar o esforço da utilização da *Policy Analysis* como lente de leitura das ações aqui diagnosticadas.

6.2. Aplicando a *PolicyAnalysis*

Ao nos atentarmos para as ações desenvolvidas pelo poder público municipal de Curitiba entre os anos de 2008 e 2016, pelo viés da *Policy Analysis*, observamos, no que tange às três dimensões da política pública, que se enquadram da seguinte forma:

a) *Polity*, as instituições que participaram do processo de formulação, ou seja, Prefeitura Municipal como o órgão central, com a atuação, principalmente, da SMELJ, representante e responsável pelas ações do esporte e lazer dentro do poder executivo;

b) *Politics*, os processos de formulação das ações desenvolvidas e suas aplicações. Nessa questão, assim como aponta Frey (2000), geralmente o processo é de caráter conflituoso, mas no que se percebe em relação aos projetos desenvolvidos em relação às corridas de rua por meio dos documentos analisados, não há um conflito transparecido em consequência das definições tomadas pelo poder público. Porém, é necessário compreender que para se consolidar uma ação, o processo conflituoso ocorreu em momentos anteriores. Ainda, para entender melhor, é necessário analisar o posicionamento de agentes externos à formulação das políticas públicas para entender se há ou não divergências nesse sentido e se esse esforço não foi objetivado no presente estudo.

c) *Policy*, ou seja, o produto gerado pela prefeitura e seus órgãos atuantes, após todo o processo de criação e implementação. Em nosso caso, são cada uma das seis ações diagnosticadas em nosso estudo, sendo que, cada uma possui configurações e problemas que almejam resolver ou amenizar.

Para compreendermos os arranjos institucionais e objetivos da criação e implementação de tais ações, abordaremos as demais categorias apresentadas por Frey (2000). A primeira delas é a *Policy Network*, que em suma seriam as instituições participantes do processo de formulação das políticas públicas.

Nesta primeira categoria, observamos a presença de instituições de três formas. As instituições públicas, representadas pelas secretarias representantes da prefeitura municipal; as instituições privadas de caráter lucrativo, que se constituem como organizadoras de eventos; e, por fim, os agentes (corredores, treinadores), que aqui também consideramos como instituições quando organizados em grupos representativos.

No que se refere à formulação das ações, observamos a atuação de apenas instituições relacionadas ao poder executivo municipal. Nas fontes examinadas, não há indícios de relação de outras instituições de fora desse contexto colaborando de forma direta na formulação e implementação das políticas públicas. Porém, o que fica evidenciado é a atuação de outras entidades nas ações já implementadas, como é o caso da ATCC, que regula e organiza a área durante os eventos. E também, as confederações esportivas, que participam do processo de escolha dos eventos a serem realizados e incluídos no calendário anual da SMELJ.

Para aprofundar as discussões, vamos abordar elementos concernentes aos afetados pela ação política, a partir de um olhar da *Policy Arena*. Para Canan *et al* (2014), a categoria trata-se das relações dos afetados pelas medidas políticas. Essas relações podem ser entre diversas arenas envolvidas e afetadas pela implementação de ações (esportiva, econômica, política...). Nesse sentido, para fim das análises dos impactos ocasionados pelas ações, aprofundamo-nos nos impactos e conflitos da arena esportiva, em que observamos duas instituições afetadas diretamente, as organizadoras e os corredores.

Diante do perfil heterogêneo de corredores que permeiam o universo das corridas de rua, bem como das diversas instituições e agentes que nele se posicionam, aproximamos as discussões sobre a *Policy Arena*, espaço de disputas e acordos políticos (FREY, 2000) com os pressupostos de Pierre Bourdieu. Pode-se compreender que os corredores e as instituições, estão inseridos em um espaço social, em que, segundo o autor, ocorrem práticas de conflitos.

As disputas dentro do espaço social, com fins diferenciados, contribuem para a transformação ou manutenção da estrutura existente. A partir de tais apontamentos, observamos o cenário onde ações - como os decretos do SETRAN e o que instaura a CAEEL - derivam de uma mudança no comportamento dentro do universo das corridas de rua e geram alterações na estrutura do mesmo. Essa leitura é realizada ao diagnosticar a redução do número de eventos organizados pela SMELJ, o avanço do número eventos privados, e até mesmo a transferência da responsabilidade da organização de eventos de direitos detidos pela prefeitura. Tal fato é observado nos estudos de

Oliveira (2010, 2016) e Rojo (2014), em que apontam para os novos modelos de eventos de corrida de rua.

Para finalizar as análises a partir do olhar da *Policy Analysis*, abordaremos a categoria da *Policy Cycle*, acerca das seguintes fases da criação e execução da política: percepção e definição de problemas; elaboração de programas; implementação de políticas; avaliação de políticas; correções da ação (MEZZADRI, 2011).

Observa-se, no caso das políticas públicas desenvolvidas em Curitiba, que a primeira fase do ciclo, ou seja, percepção e definição de problemas, foi orientada a partir do fato diagnosticado pela literatura que indica o crescimento do número de praticantes e eventos de corrida de rua (SALGADO; CHACONMIKAHIL, 2006, DALLARI, 2009), no caso das ações recentes como os decretos e assessorias públicas. Já no caso das ações do CRQVM, observamos que o curso para atletas-guias surge em decorrência do baixo número desse perfil de praticante nos anos recentes, e o grupo de pesquisa e estudo surge das necessidades de qualificar a atuação dos profissionais da SMELJ. Por fim, com relação aos eventos, observamos nos regulamentos a intenção da integração e do estímulo à prática esportiva de todos os cidadãos do município.

Em relação à segunda fase do ciclo político, quando nos atentamos à elaboração de programas, a realidade encontrada nas ações fim (cursos e assessorias públicas) não apresenta projetos devidamente documentados, com seus objetivos e metas. No que tange aos decretos isso é evidenciado no próprio texto oficial. No caso dos eventos, existem regulamentos para exposição dos praticantes, porém, a nosso ver, tal documento já faz parte da fase seguinte de implementação de política. Nesse sentido, não observamos relatos do processo ocorrido para a formulação de cada ação diagnosticada. Além disso, é importante salientar que os projetos são desenvolvidos por setores distintos dentro da SMELJ e não são necessárias, a partir dos documentos analisados, a documentação dos projetos e intenções com o desenvolvimento das ações. Esse fato dificulta o conhecimento de como se deu a elaboração das ações.

Todas as ações diagnosticadas no presente estudo, estão implementadas e continuam em vigência. Porém, de acordo com Frey (2000), é

nessa fase do ciclo que ocorrem ou não os resultados esperados quando formuladas as políticas. O autor coloca que devem ser analisadas em duas frentes: a primeira entendendo os programas e verificando o cumprimento das demandas, e a segunda entendendo como foram implementadas as políticas e porque. Nesse caso, verifica-se, nas ações de relação direta (Curso de atletas-guias, eventos e assessoria pública) com o usuário fim das práticas esportivas aqui analisadas (corredores) que, de certa forma, cumprem os seus objetivos de levar as pessoas à prática da corrida de rua, porém é um ponto a ser analisado de maneira mais aprofundada para entender se é uma atenção disposta igualmente para todas as condições sociais.

Já no que tange às duas últimas fases do ciclo da política pública, observamos que no caso de Curitiba, a atuação do CRQVM, em teoria, teria a missão de realizar pesquisas, o que apontaria tanto os problemas a serem atendidos como também serviria de método avaliativo das ações desenvolvidas pela SMELJ. Ainda, entendemos que os resultados oriundos dessas pesquisas deveriam balizar as transformações ou a manutenção dos projetos em vigência.

Após a tentativa de uma aplicação da *Policy Analysis*, observamos a necessidade de maiores elementos e instrumentos de pesquisa para compreender melhor as relações existentes no processo de formulação e implementação da política pública. No caso das ações voltadas às corridas de rua, são escassos os documentos que possam desvelar as interações que resultaram nos projetos implantados.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa dissertação, nos propusemos a realizar algumas reflexões sobre a relação das ações do poder público municipal de Curitiba com o universo das corridas de rua. Para balizar a realização da presente pesquisa, seguimos o objetivo de analisar as ações do poder público municipal do esporte e lazer da cidade de Curitiba – PR. em relação ao contexto da corrida de rua.

O estudo se desenhou a partir da percepção de que a conjuntura do universo da corrida de rua tem apontado mudanças significativas, sendo elas o caráter socioeconômico do praticante, motivações para a prática, crescimento no volume de provas e praticantes, entre outras. Diante do presente quadro, surgem as preocupações com a exclusão de praticantes e com as ações realizadas pela secretaria municipal responsável pelo esporte e lazer em Curitiba para alterar ou manter a situação.

A partir de uma análise documental, que se utilizou de diversos materiais coletados em meios eletrônicos e também diretamente na SMELJ, conseguimos chegar a algumas inferências sobre a atuação do referido órgão público em relação às corridas de rua do município. Foi diagnosticado então um total de seis ações, sendo que uma delas é realizada por um órgão externo à SMELJ. Tal ação se constitui como um decreto para regular a realização dos eventos em vias públicas em Curitiba, de responsabilidade da SETRAN.

As ações diagnosticadas foram divididas em dois grupos, as de impacto indireto e as de impacto direto. Entendemos como impacto indireto aquelas ações cujos objetivos não atingiam diretamente o praticante, bem como a estrutura do universo das corridas de rua, porém, indiretamente influenciam nessas questões.

Para além do decreto da SETRAN, foram enquadradas como de impacto indireto outras duas ações realizadas pelo CRQVM: o curso de capacitação para atletas-guias e o grupo de estudos e pesquisa sobre a modalidade. Já os impactos diretos são os eventos de corrida de rua, a CAEEL e os programas de acompanhamento para a prática da corrida, por nós nomeados de “assessorias públicas”.

Ao analisar as ações levantadas, observamos que se configuram de maneiras distintas enquanto políticas públicas. Algumas entendemos como

estruturais, que de alguma forma buscam mudanças a longo prazo no modo de vida do cidadão curitibano, e outras, conjunturais, ou seja, ações pontuais. Também houve distinção quanto à abrangência das ações, contendo, entre os programas analisados, políticas públicas focalizadas e universais.

Porém, quando nos referimos ao tipo de política pública, chegamos à leitura de que nenhuma ação desenvolvida pelo poder público municipal de Curitiba se enquadra no que se chama política pública de Estado. Essa situação se dá porque nenhuma das ações possui mecanismos que mantenham sua realização com a troca do poder executivo. Ou seja, a decisão de realizar ou não tais projetos fica a cargo do poder executivo e sua equipe de trabalho.

Já no que se refere às análises da política pública (*Policy Analysis*) observamos que, a partir do material analisado, não há participação de instituições externas ao meio executivo nas definições do problema e no processo de formulação das ações estudadas, o que torna o processo menos conflituoso aparentemente. Porém, acreditamos serem pertinentes estudos com agentes de fora do poder executivo para compreender seus posicionamentos.

Com as ações implementadas e material limitado para conhecer o processo de formulação e implementação, podemos, a partir dos documentos analisados, apontar que, de acordo com a missão estabelecida pela SMELJ para suas políticas públicas para o esporte e lazer, as ações realizadas podem cumprir o objetivo proposto para realização dos trabalhos. Essa leitura baseia-se na leitura das ações com fim nos usuários praticantes da modalidade propostas pelo órgão, ou seja, o curso para atleta-guia, os eventos de corrida de rua e as assessorias públicas. A colocação de que elas podem cumprir a meta, se dá ao entendermos que o consumo do esporte por parte do indivíduo ocorre de maneiras diferentes, podendo assim, com essas ações, atender todas as propostas emitidas pela SMELJ. Isso é reflexo da capacidade polissêmica da corrida de rua, em que no mesmo evento ou grupos de treinamentos, pode haver pessoas com apropriação de diferentes dimensões do esporte.

Quanto às interferências da prefeitura no universo das corridas de rua, observamos que ela se dá mais perceptivamente pelo decreto que busca

regular a realização dos eventos no município, ou seja, com a atuação da CAEEL. Porém, as demais ações desenvolvidas não influenciam com tanta efetividade, pois não conseguem quebrar a lógica própria em vigência desse universo.

Nesse sentido, realizando uma analogia com o cenário das corridas de rua, observamos a atuação da ATCC como sendo um “coelho” – termo típico do universo esportivo das corridas –, ou seja, dá o ritmo ao postulante a vencedor da prova, mas só até certo ponto, depois abandona o percurso. A ATCC, assim como os coelhos, influencia e toma a responsabilidade dentro do universo da corrida de rua, mas por si não consegue controlar todo esse espaço.

Observa-se como sendo o “pelotão de elite” do espaço social, a própria lógica do mercado, pois os modelos de evento e o perfil dos corredores que participam das corridas de rua do município são estabelecidos por seu funcionamento. Já a atuação do poder público municipal de Curitiba, representado pela SMELJ, pode ser visualizada como o “ex-atleta de elite” de grande sucesso, pois suas ações que outrora eram mais representativas do universo das corridas de rua, hoje são apenas formas de não se perder por completo o que foi, um dia, realizado.

Por fim, o próprio corredor, observamos como a grande massa dos corredores amadores, sejam eles os “amadores de elite” ou mesmo os tão desprezados “pangarés”. São eles pessoas com diferentes apropriações e leituras da modalidade, porém, quando juntos, somam-se em uma multidão, o que torna a corrida de rua tão atraente para a sociedade e, torna cada um, uma “estrela” do espetáculo da corrida de rua.

Em relação aos procedimentos metodológicos adotados para a realização da presente pesquisa, consideramos a existência de limitações, uma vez que as ações realizadas pelos órgãos públicos muitas vezes não possuem projetos documentados, relatórios, e material avaliativo do próprio setor. Tal fato dificulta a realização desse tipo de pesquisa e limita o entendimento do cenário onde atuam esses agentes e como as ações influenciam esse universo.

Outro ponto a se considerar, é o volume de ações realizadas voltadas às corridas de rua. Consideramos ser uma quantia razoável, por se tratarem de

ações desenvolvidas em âmbito municipal, isso concernente ao fazer pesquisa. Diante disso, acreditamos que seja interessante para outros estudos, a escolha de uma das ações, para só então, ter um aprofundamento tanto nas questões do processo da política pública, como nos impactos sociais que essa pode ocasionar no universo das corridas de rua na cidade de Curitiba.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. C. **Comportamento do consumidor de materiais esportivos para a prática da corrida de rua na região metropolitana de belo horizonte.** 2007. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Administração, Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2007.

ASSIS, T. S. **A privatização no parque Barigui: possíveis influências na apropriação dos espaços e equipamentos de lazer.** 2014. 97 f. Dissertação de Mestrado - Pós-graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ATCC. **Estatuto social de constituição da ATCC – associação dos técnicos de corridas de rua de Curitiba.** Curitiba, 2008.

ATCC (Curitiba). **ATA DE REUNIÃO – ATCC.** Curitiba, 2015.

ATCC. **Regulamento ATCC.** Curitiba, PR: 30/04/2009.

AUGUSTI, M.; AGUIAR, C.M. Corrida de rua e sociabilidade. **EFDeportes.com, Revista Digital**, Buenos Aires, v. 16, n. 159, 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd159/corrida-de-rua-e-sociabilidade.htm>>. Acesso em: 16 de março de 2013.

BALBINOTTI, M. A. A. et al. Perfis motivacionais de corredores de rua com diferentes tempos de prática. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 37, n. 1, p. 65-73, 2015.

BASTOS, F. C.; PEDRO, M. A. D.; PALHARES, J. M. Corrida de rua: Análise da produção científica em universidades paulistas. **Revista Mineira de Educação Física**, Viçosa, v. 17, n. 2, p. 76-86, 2009.

BATISTA, L. O. B. **REDUÇÃO DE CUSTOS NO CIRCUITO DE CORRIDAS DE RUA DE CURITIBA.** 2016. 40 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal, Departamento de Administração Geral e Aplicada, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

BIESEK, A. S. EVENTOS ESPORTIVOS: UM POTENCIALIZADOR DE NEGÓCIOS – O CASE DA MEIA MARATONA DAS CATARATAS EM FOZ DO IGUAÇU – PARANÁ. In: **VIII FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUAÇU**, 2014, Foz do Iguaçu: N, 2014. p. 1 - 21.

BISCAIA, L. R. R; BELINAZZO, L. O. B. PERFIL DOS CORREDORES DE RUA DE CURITIBA. In: MATHOSO, Eros Fernando (Org.). **“ACONTECE NA SMELJ”**: MOSTRA DE EXPERIÊNCIAS 2012 – 2013 – 2014. Curitiba: Imap, 2014. p. 181-182^a.

BISCAIA, L. R. R; BELINAZZO, L. O. B. CORRIDAS DE RUA SMELJ – ESTATÍSTICA 2008/2014. In: MATHOSO, Eros Fernando. **“ACONTECE NA**

SMELJ”: MOSTRA DE EXPERIÊNCIAS 2012 – 2013 – 2014. Curitiba: Imap, 2014. p. 183-184^b.

BOBBIO, N. **ESTADO, GOVERNO E SOCIEDADE**: Para uma teoria geral da política. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012. 173 p.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

BRUM, A. Facho leva rivalidade às ruas. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 28 ago. 2009. p. 1-1. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/facholevarivalidadeasruasbswqhcbk8voih3q9dqdxpoytg>. Acesso em: 14 out. 2015.

CAEEL. **Diretrizes Para Protocolo de Projetos Para Eventos Esportivos e de Lazer Para O Ano de 2016**. Curitiba, 30 jul. 2015.

CALDERÓN, A. I.; POLTRONIERI, H.; BORGES, R. M. Os rankings na educação superior brasileira: políticas de governo ou de estado. **Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 19, n. 73, p. 813-826, 2011.

CASTRO, R. B. **O patrocínio ao esporte como estratégia de Relações Públicas - o caso do atletismo da Caixa**. 2005. 87 f. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo,

CARTAXO, C. A. F. **AMIZADE, CORPO E CONSUMO ENTRE CORREDORES DE RUA DE ASSESSORIAS ESPORTIVAS NA ZONA SUL DO RIO DE JANEIRO**. 2012. 97 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CASSOU, J. C. PORQUE CURITIBA É ATIVA. In: GRANDE, Dalton et al (Org.). **Política pública de atividade física e qualidade de vida de uma cidade**: Avaliação, prescrição, relato e orientação da atividade física em busca da promoção da saúde e de hábitos saudáveis na população de Curitiba. Curitiba: Venezuela, 2008. p. 20-32.

CICIELSKI, P. É. C. **Orientação Para a Prática de Corrida de Rua**. Curitiba: BMP, 2010.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO (Brasil). **CORRIDAS - Uma Nova Proposta**. 2015. Elaborado por Martinho Nobre dos Santos. Disponível em: http://www.cbaf.org.br/corridas/coluna_correndo_por_dentro.aspx?id=1. Acesso em: 26 jun. 2015^b.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO (Brasil). **O Atletismo - Origens**. Disponível em: <http://www.cbat.org.br/atletismo/origem.asp>. Acesso em: 26 jun. 2015.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO (CBAT) (Brasil). **CORRIDAS DE RUA NO BRASIL: UMA GRANDE HISTÓRIA**. 2003. Elaborado por Benê Turco. Disponível em: <http://www.cbat.org.br/noticias/noticia.asp?news=3184>. Acesso em: 19 jun. 2015.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. **NORMA 07: RECONHECIMENTO E HOMOLOGAÇÃO DE CORRIDAS DE RUA**. São Paulo, 2015. 8 p. Disponível em: <http://www.cbat.org.br/normas/Norma07.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2015^a.

CRQVM. SMELJ. **Centro de Referência de Qualidade de Vida e Movimento Professor Nelson Lopes Pereira**. 2016. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/centro-de-referencia-qualidade-de-vida-e-movimento-smelj/147>>. Acesso em: 13 dez. 2016^a.

CRQVM. SMELJ. **PREPARATÓRIO PARA ATLETA-GUIA**. Curitiba: Curitiba, 2016. 32 slides, color^b.

CURITIBA (Município). Constituição. Decreto nº 1643, de 22 de novembro de 2013. **Decreto Nº 1643**. Curitiba, PR, 22 nov. 2013^a.

CURITIBA (Município). Decreto nº 1150, de 30 de novembro de 2015. **Decreto Nº 1150. Curitiba, PR, 30 nov. 2015^b**.

CURITIBA. Constituição. Decreto nº 580, de 17 de julho de 2015. **Decreto Nº 580**. Curitiba, PR, 17 jul. 2015^e.

CURITIBA. Secretaria do Governo Municipal Instituto Municipal de Administração Pública. **RELATÓRIO DE GESTÃO**. Curitiba, 2005. 280 p.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. **REGULAMENTO: Circuito Infantil De Corridas de Rua Curitiba 2015**. 2015. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/circuito-infantil-de-corridas-de-rua-curitiba-2015/2189>. Acesso em: 12/12/2015^c.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. **REGULAMENTO: Circuito Infantil De Corridas de Rua Curitiba 2016**. 2016. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/circuito-infantil-de-corridas-de-rua-2016/2782>. Acesso em: 12/12/2016.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. **REGULAMENTO: Circuito de Corridas de Rua Curitiba 2015**. 2015. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/circuito-de-corridas-de-rua-curitiba-2015/2142>. Acesso em: 12/12/2015^d.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. **REGULAMENTO:** Circuito de Corridas de Rua Curitiba 2016. 2016. Disponível em: <http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2016/00178761.pdf>. Acesso em: 12/12/2016^a.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. **REGULAMENTO:** XII Corrida de Revezamento das Nascentes do Iguaçu. 2016^b.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. **REGULAMENTO:** 10^a CORRIDA DE REVEZAMENTO ENTRE PARQUES. 2016^c.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. **REGULAMENTO:** 25k CURITIBA – 2^a EDIÇÃO. 2016^d.

CURITIBA. **RELATÓRIO ANUAL 1995.** Curitiba, 1995.

CURITIBA. **RELATÓRIO ANUAL 1996.** Curitiba, 1996.

CURITIBA. **RELATÓRIO ANUAL 1997.** Curitiba, 1997.

CURITIBA. **RELATÓRIO ANUAL 2001.** Curitiba, 2001. 311 p.

CURITIBA. **RELATÓRIO DE GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA 2006.** Curitiba, 2006. 384 p.

CURITIBA. **RELATÓRIO DE GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA 2007.** Curitiba, 2007. 544 p.

CURITIBA. **RELATÓRIO DE GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA 2008.** Curitiba, 2008. 658 p.

CURITIBA. **RELATÓRIO DE GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA 2009.** Curitiba, 2009. 602 p.

CURITIBA. **RELATÓRIO DE GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA 2010.** Curitiba, 2010. 552 p.

CURITIBA. **RELATÓRIO DE GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA 2011.** Curitiba, 2011. 584 p.

CURITIBA. **RELATÓRIO DE GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA 2012.** Curitiba, 2012. 636 p.

CURITIBA. **RELATÓRIO DE GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA 2013.** Curitiba, 2013. 696 p^b.

CURITIBA. **RELATÓRIO DE GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA 2014.** Curitiba, 2014. 547 p.

CURITIBA. **RELATÓRIO DE GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA 2015**. Curitiba, 2015^a.

DALLARI, M. M. **Corrida de rua: um fenômeno sociocultural contemporâneo**. São Paulo: USP, 2009. 130p. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

DELOITTE. **Muito além do Futebol: Estudos sobre esportes no Brasil**. 2011. Disponível em: <https://www.deloitte.com/assets/Dcom-Brazil/LocalAssets/Documents/Estudosepesquisas/PesquisaMuitoAlemFutebol.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2014.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

EVANGELISTA, A. L. **Treinamento de Corrida de Rua: uma abordagem fisiológica e metodológica**. 3. Ed. São Paulo: Phorte, 2014.

FOLEGO. **Custo-benefício**. 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/folego/custo-beneficio/>. Acesso em: 20 jun. 2015.

FREY, K. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas**. nº 21 – Junho de 2000.

FURLAN, A. **Fatores Motivacionais Relacionados à Prática de Corrida de Rua por Mulheres Adultas na Cidade de Curitiba/PR**. Monografia de Graduação (Bacharelado em Educação Física) – Departamento Acadêmico de Educação Física. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. Tradução: Denise Regina de Sales 7^a. ed. Porto Alegre: AMH, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOBATTO, E; BOT, F. L. EQUIPE DE CORRIDAS BQ RUNNERS. In: MATHOSO, Eros Fernando (Org.). **“ACONTECE NA SMELJ”**: MOSTRA DE EXPERIÊNCIAS 2012 – 2013 – 2014. Curitiba: Imap, 2014. p. 93-94.

GONÇALVES, G. H. T. **Corrida de rua: um estudo sobre os motivos de adesão e permanência de corredores amadores de porto alegre**. Monografia (Bacharel em Educação Física) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

GOTAAS, T.. **CORRER: A história de uma das atividades físicas mais praticadas no mundo**. São Paulo: Matrix, 2013.

HAYEK, F. B. A. Gestão do Trânsito para Atividades Esportivas na Via-Corridas de Rua na cidade de São Paulo. **Podium Sport, Leisure and Tourism Review e-ISSN: 2316-932X**, v. 3, n. 3, p. 45-56, 2014.

KIAN, T. Terceirização na administração pública. **Revista do Direito Público**, v. 1, n. 2, p. 227-240, 2006.

LOPES, M. E. **GRUPOS DE CORRIDA DE RUA EM PORTO ALEGRE**: estratégias de marketing nos sites. 2011. 55 p. Monografia (Bacharel em Educação Física) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LOURENÇO, T. **REVISTA CONTRA RELÓGIO** nº 12 – Editora Contijo. p. 23-29, 1997.

MANHÃES, E. D. **Política de Esportes no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2002

MARCHI JÚNIOR, W. **“Sacando” o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000)**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

MARCHI JÚNIOR, W.; AFONSO, G. F. Globalização e Esporte: apontamentos introdutórios para um debate. In: Luiz Ribeiro. (Org.). **Futebol e Globalização**. Jundiaí: Fontoura, 2007, p. 131 – 149.

MARCHI JÚNIOR, W. O ESPORTE “EM CENA”: perspectivas históricas e interpretações conceituais para a construção de um Modelo Analítico. **The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport (ALESDE)**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 46-67, jul. 2015. ISSN 2238-0000. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/43890/28770>>. Acesso em: 16 out. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/jlasss.v5i1.43890>.

MARCHI JÚNIOR, W. **Sacando” o voleibol**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARQUES, R. F. R. O conceito de esporte como fenômeno globalizado: pluralidade e controversias. **Rev. ODEP**, v. 1, n. 1, p. 147-185, 2015.

MARQUES, R. F. R.; DE ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. **Movimento**, v. 13, n. 3, p. 225-242, 2007.

MATHOSO, E. F; MATHOSO, L. R. MARATONA ECOLÓGICA DE CURITIBA: Pela caracterização do trinômio Homem – Cidade – Natureza, o crédito por uma missão bem cumprida. In: GRANDE, D; ET AL. (Org.). **Política pública de atividade física e qualidade de vida de uma cidade**: Avaliação, prescrição, relato e orientação da atividade física em busca da promoção da saúde e de

hábitos saudáveis na população de Curitiba. Curitiba: Venezuela, 2008. p. 77-79.

MATTIOLLI, I. Imprensa. **76ª Corrida do Facho é realizada em Curitiba.** 2013. Disponível em: <http://www.fecomerciopr.com.br/saladeimprensa/noticia/76acorridadofachoerealizadaemcuritiba/>. Acesso em: 14 out. 2015.

MEZZADRI, F. M. et al. Políticas públicas para o esporte e lazer nas cidades do estado do Paraná. In: MEZZADRI F. M.; CAVICHIOLO F. R.; SOUZA D. L. (Org.). **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e gestão de políticas públicas.** Jundiaí: Fontoura, 2006, p. 43-60.

MEZZADRI, F. M. Políticas Públicas para o Esporte e lazer: teorias e conceitos. In: Alexandre Motta & Rodrigo Terra. (Org.). **Esporte, Lazer e políticas públicas na região dos Lagos.** Rio de Janeiro: iVentura, 2011, p. 89-102.

MEZZADRI, F. M.; MORAES E SILVA, M.; FIGUERÔA, K. M. Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 49-63.

MORAES E SILVA, M. **Novos modos de olhar outras maneiras de se comportar: a emergência do dispositivo esportivo da cidade de Curitiba (1899-1918).** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

MOURA, C. A. et al. Características associadas aos corredores da maratona do Rio de Janeiro. **Fitness & Performance Journal**, v. 9, n. 1, p. 106-112, 2010.

OLIVEIRA, S. N. **Lazer Sério e Envelhecimento:** explorando a carreira de corredores de longa distância em um grupo de corridas de rua no sul do Brasil. Porto Alegre, 2016. 178 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

OLIVEIRA, S. N. **LAZER SÉRIO E ENVELHECIMENTO:** loucos por corrida. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

OSSE, J. S. **A corrida dos lucros.** 2009. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoedinheiro-temp/edicoes/629/artigo154606-1.htm>. Acesso em: 20 jun. 2015.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECS). **Corrida do Facho, que comemora Dia do Soldado no Paraná, faz 70 anos.** 2007. Elaborada pela Agência Estadual de Notícias do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.historico.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=30958>. Acesso em: 14 out. 2015.

PAZIN, J. et al. Corredores de rua: características demográficas, treinamento e prevalência de lesões. **Revbrascineantropom desempenho hum**, v. 10, n. 3, p. 277-82, 2008.

PEREIRA, E. R; ASSIS, F. R; NAVARRO, F. Perfil e hábitos de hidratação dos corredores de rua de Curitiba, categoria amador. **RBNE-Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 4, n. 22, 2012.

PRONI, M. W. **Proposições para o estudo do esporte contemporâneo**. Revista da ALESDE, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 166-182, setembro 2011.

PURIM, K. S. M. et al. Lesões desportivas e cutâneas em adeptos de corrida de rua. **Rev. bras. med. esporte**, v. 20, n. 4, p. 299-303, 2014.

QUEIROZ, R. B. **Formação e gestão de políticas públicas**. 3ª. Ed. Curitiba: IBPEX, 2011

ROJO, J. R. et al. RESENHA: POLÍTICAS PÚBLICAS E ESPORTE. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 1, mar. 2016.

ROJO, J. R. **PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DAS CORRIDAS DE RUA: UM ESTUDO DA PROVA RÚSTICA TIRADENTES**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2014.

ROJO, J. R; ROCHA, F. F; NAZARIO, P. F. Características dos corredores de rua: um mapeamento dos participantes da 41ª Prova Rústica Tiradentes. **Educación Física y Ciencia**, v. 18, n. 1, p. 008, 2016.

ROSA, J. P. **CORRIDAS DE RUA: APRENDIZAGENS NO TEMPO PRESENTE**. 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013

ROSA, S. Reforma da previdência: política de Estado ou política de governo. **Res Pvblica**, p. 80-98, 2003.

SALGADO, J.V.V.; CHACON-MIKAHIL, M.P.T. Corrida de rua: análise do crescimento do número de provas e de praticantes. **Revista Conexões**, Campinas, v.4, n.1, p. 100-109, 2006.

SÃO SILVESTRE. **REGULAMENTO 2015**. São Paulo, 2015.

SIERRA, A. P. et al. Analysis of Participation and Performance in Half Marathon Runners. **Journal of Sports Science**, v. 3, p. 96-104, 2015.

SIQUEIRA, J. E. **A Maratona da Cidade** – Projeto de execução. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Curitiba. CURITIBA, 1997.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 8, nº16, jul/dez 2006, p. 20-45.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

STAREPRAVO, F. A.; DE ALMEIDA REIS, L. J. Relações entre esporte, saúde e educação. **Revista des-encuentros**, v. 8, n. 1, 2009.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; MARCHI JR, W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Movimento (ESEF/UFRGS)**, v. 17, n. 3, p. 233-251, 2011.

TERRA. **Seis maratonas internacionais movimentam US\$ 400 milhões**. 2013. Disponível em: <http://economia.terra.com.br/operacoes-cambiais/para-sua-viagem/seis-maratonas-internacionais-movimentam-us-400-milhoes,d563475f1e8b2410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 01 nov. 2015.

ANEXOS

ANEXO 1: PARECER CEP DA SMELJ



Prefeitura Municipal de Curitiba
Centro de Referência Qualidade de
Vida e Movimento - SMELJ
Rua Augusto de Maril, 2150
Guaíra – CEP 80.630-010
Curitiba/PR
Tel. (41)3350-3784
www.curitiba.pr.gov.br

Parecer nº 08/2015 – CEP/SMELJ

Curitiba, 21 de dezembro de 2015.

Senhor Pesquisador:
JEFERSON ROBERTO ROJO

O Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude (CEP da SMELJ) é uma instância colegiada com abrangência Municipal, vinculada à SMELJ, de natureza consultiva, deliberativa e educativa no âmbito da emissão de pareceres sobre protocolos de pesquisas. Por sua competência, ao CEP da SMELJ cabe revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, participantes e usuários das atividades e equipamentos SMELJ, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos usuários (voluntários participantes) nas referidas pesquisas.

Dada a entrada de processo para solicitação de pesquisa entre usuários do Projeto de Atletismo da Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude da Prefeitura Municipal de Curitiba, levou-se à comissão de análise o projeto de pesquisa intitulado A CORRIDA DE RUA EM CURITIBA. Proposto pelos pesquisadores JEFERSON ROBERTO ROJO, orientado pelo professor FERNANDO MARINHO MEZZADRI, da Universidade Federal do Paraná, foi enquadrando na categoria: **APROVADO**.

Apesar de não haver nenhum procedimento invasivo, salientamos a necessidade da aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelo(s) entrevistados(s) para a entrevista. As etapas de observação bem como a entrevista devem ser agendadas e organizadas junto ao Coordenador de Corridas de Rua de Curitiba, com comunicado a este Comitê em Pesquisa da SMELJ. Indicamos o professor Luiz Otávio, conhecedor da sua proposta de pesquisa, participante da reunião de aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa para acompanhar o desenvolvimento da sua pesquisa. Contato com ele pelo telefone: 3350-3703.

Além disto, aguardamos que a contrapartida sugerida no trabalho seja agendada, com comunicação de data e horário também a este comitê, pelo seguinte email: siubel@smeli.curitiba.pr.gov.br. A sugestão do CEP da SMELJ foi que o pesquisador



Prefeitura Municipal de Curitiba
Centro de Referência Qualidade de
Vida e Movimento - SMELJ

Rua Augusto de Maril, 2150
Guaíra – CEP 80.630-010
Curitiba/PR
Tel. (41)3350-3784

www.curitiba.pr.gov.br

apresente o resultado da pesquisa, de forma oral e escrita a um grupo de interessados após conclusão do trabalho.

Coloco-me a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Simone Cristina Iubel
Presidente CEP/SMELJ

ANEXO 2: PARECER CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - SETOR DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE/ SCS -



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O esporte brasileiro frente ao projeto Rio 2016: expectativas e realidades (2014-2018)

Pesquisador: Fernando Marinho Mezzadri

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 47607114.8.0000.0102

Instituição Proponente: Departamento de Educação Física

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.283.908

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um estudo pesquisa qualitativa de cunho exploratório ., intitulado "O esporte brasileiro frente ao projeto Rio 2016: expectativas e realidades (2014-2018)", de autoria do pesquisador Fernando Marinho Mezzadri, do Departamento de Educação Física da UFPR, com a participação dos seguintes integrantes: Ana Paula Cabral Bonin, André Felipe Caregnato, Katia Bortolotti Marchi, Katiúscia Mello Figuerôa; Leila Salvini, Taiza Daniela Seron Kiouranis.

O estudo pretende explorar, por meio de documentos oficiais, referências bibliográficas, entrevistas semiestruturadas, questionários, análise de material midiático e dados estatísticos [IBGE, IPEA, e pesquisas realizadas por centros especializados], o panorama das "ações de instituições do Sistema Nacional de Esporte e dos intelectuais, bem como da veiculação das informações midiáticas relacionados à realização e aos legados" dos Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos de 2016.

Objetivo da Pesquisa:

Segundo o pesquisador, são os objetivos:

Geral

Endereço: Rua Padre Camargo, 280

Bairro: 2º andar

CEP: 80.060-240

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cometica.saude@ufpr.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - SETOR DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE/ SCS -**



Construção do Pensar: 1.953.809

- Desenvolver um panorama a partir das ações de instituições do Sistema Nacional de Esporte e dos Intelectuais, bem como da veiculação das informações midiáticas relacionadas à realização dos JO/PO-2016 e aos legados que serão deixados por estes.

Objetivos Específicos

- Identificar, descrever e analisar as características da candidatura dos JO/PO-2016 quanto ao desenvolvimento do esporte no Brasil;
- Identificar, descrever e analisar as características do projeto dos JO/PO-2016 quanto ao desenvolvimento do esporte no país;
- Identificar, descrever e analisar as características e perspectivas das propostas do governo federal, de governos estaduais e municipais, dos Comitês Olímpico e Paralímpico brasileiros e de confederações de modalidades olímpicas, para o desenvolvimento do esporte no Brasil;
- Identificar, descrever e analisar a implementação e o desenvolvimento das propostas do governo federal, de governos estaduais e municipais, dos Comitês Olímpico e Paralímpico brasileiros e de confederações de modalidades olímpicas, para o desenvolvimento do esporte no país;
- Investigar a produção e difusão de princípios, fundamentos e características do projeto de desenvolvimento do esporte para o país, a partir da cobertura midiática nacional dos JO/PO-2016;
- Identificar, descrever e analisar a existência de relações convergentes e/ou divergentes entre a proposta do projeto dos JO/PO-2016 e a efetivação de projetos governamentais, dos Comitês Olímpico e Paralímpico brasileiros e de confederações das modalidades olímpicas;
- Identificar, descrever e analisar as expectativas em relação aos possíveis legados e efetivação dos mesmos na ótica de Intelectuais dedicados aos estudos do esporte, de gestores da área de esporte e lazer nos níveis federal, estadual e municipal e de líderes do setor produtivo.³

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Quanto aos riscos, o pesquisador informa que os possíveis riscos e desconfortos q "estão ligados principalmente à demanda de tempo e ao receio de que suas declarações tenham repercussões negativas." O pesquisador, refere os cuidados para garantir o anonimato dos participantes.

Os benefícios são apresentados pelo pesquisador como se segue: "um maior conhecimento e entendimento sobre o panorama do esporte brasileiro frente ao projeto Rio-2016 através da análise das propostas para o esporte contidas em tal projeto e suas relações com o planejamento, ações e financiamento da área durante todo o processo de construção dos legados esportivos.

Endereço: Rua Padre Caspary, 286

Bairro: 2º andar

CEP: 80.080-940

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3063-7290

E-mail: comitex.saude@ufpr.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - SETOR DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE/ SCS -**



Contribuição do Pesquisador: 1.203.800

Será possível compreender como se efetiva o diagnóstico, o planejamento, a implementação e a avaliação das diferentes ações propostas pelas entidades, de que forma se estrutura o diálogo frente ao maior projeto Jogos Olímpicos/Paraolímpicos-2016 e seu legado esportivo voltado ao Brasil e de que forma essas ações são veiculadas pela mídia nacional."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O pesquisador refere os critérios para o recrutamento dos participantes:

- "A entrevista semiestruturada e o questionário serão realizados com agentes do ME."
- "Buscaremos os gestores do ME que estão diretamente relacionados às ações, programas e projetos relacionados aos JO/PO e ao desenvolvimento do esporte brasileiro."
- "Após um contato inicial, que poderá ser realizado por telefone ou e-mail, apresentaremos pessoalmente os objetivos e procedimentos da pesquisa, para que conheçam a proposta."
- "A entrevista e o questionário desse estudo serão realizados pessoalmente nas cidades-sede do ME. Caso algum dos participantes opte por ser entrevistado em outro lugar, que considere mais adequado para prestar as informações referentes à entrevista, será solicitado que se garanta uma sala com privacidade e instalações suficientemente adequadas para que a entrevista possa ser realizada com qualidade e conforto para os participantes".

Aplicação de Instrumentos de Participação aos Beneficiários

O pesquisador detalha o instrumento de participação aos beneficiários no ANEXO 22.3 e especifica:

"A definição do número de atendidos pelo projeto e os locais de realização da coleta serão definidos posteriormente, durante a realização da pesquisa, pois atualmente essas informações são desconhecidas, e fazem parte da coleta de dados da pesquisadora beneficiários que serão aplicados a uma amostra representativa em cada ação identificada."

- "A coleta de dados junto aos beneficiários é de responsabilidade dos pesquisadores e será realizada nos locais e horários onde os projetos e programas financiados pelo Ministério do Esporte acontecem."
- "Para os beneficiários menores de idade (entre 12 anos e 18 anos incompletos), será encaminhado um Termo de Assentimento, bem como um Termo de Consentimento Livre e

Endereço: Rua Pedro Carnego, 200

Bairro: 2º andar

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3362-7290

CEP: 80.060-910

E-mail: correliza.saude@ufpr.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - SETOR DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE/ SCS -**



Continuação do Formulário 1.203.009

Esclarecido aos responsáveis pelos menores e para os beneficiados maiores de idade que aceitarem participar da pesquisa.*

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

- Conforme solicitado foi corrigido, conforme solicitado: nome do pesquisador; assinatura de todos os integrantes do projeto de pesquisa no TCLE e nos termos referentes a sigilo e confidencialidade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto apresenta todos os termos e documentos requeridos.

Recomendações:

Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios semestrais e final, sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento, encerramento e destino dos conhecimentos obtidos, através da Plataforma Brasil - no modo: NOTIFICAÇÃO. Demais alterações e prorrogação de prazo devem ser enviadas no modo EMENDA. Lembrando que o cronograma da execução da pesquisa deve ser atualizado no sistema Plataforma Brasil antes de enviar solicitação de prorrogação de prazo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando a tramitação do projeto, o cronograma proposto deve ser adequado.

- É obrigatório retirar na secretaria do CEP/SD uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com carimbo onde constará data de aprovação por este CEP/SD, sendo este modelo reproduzido para aplicar junto ao participante da pesquisa.

O TCLE deverá conter duas vias, uma ficará com o pesquisador e uma cópia ficará com o participante da pesquisa (Carta Circular nº. 003/2011/CONEP/CNS).

Considerações Finais e critério do CEP:

Endereço: Rua Padre Camargo, 266

Bairro: 2º andar

CEP: 80.060-910

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3363-7290

E-mail: comitea.saude@ufpr.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - SETOR DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE/ SCS -**



Continuação do Parecer: 1.263.806

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_298773.pdf	04/08/2016 06:38:38		Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_1171222.pdf	04/08/2016 06:38:01	Katiuscia Mello Figueroa	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_PB.pdf	04/08/2016 06:37:06	Katiuscia Mello Figueroa	Aceito
Outros	Pendencias_do_parecer.docx	04/08/2016 06:32:48	Katiuscia Mello Figueroa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_corrigido.docx	04/08/2016 06:31:27	Katiuscia Mello Figueroa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_responsavel.docx	04/08/2016 06:30:58	Katiuscia Mello Figueroa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_maior_de_18.docx	04/08/2016 06:30:02	Katiuscia Mello Figueroa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_ASSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_12_a_18.docx	04/08/2016 06:29:48	Katiuscia Mello Figueroa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_corrigido.docx	04/08/2016 06:29:08	Katiuscia Mello Figueroa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessária Apreciação da CONEP:

Não

CURITIBA, 18 de Outubro de 2015

Assinado por:
IDA CRISTINA GUBERT
(Coordenador)

Endereço: Rua Padre Camargo, 266

Bairro: 2º andar

CEP: 80.060-910

UF: PR Município: CURITIBA

Telefone: (41)3363-7290

E-mail: conep@scs.ufpr.br